

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

**Percepções e projetos:
agricultura familiar em mudança**

- o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul -

Renata Menasche

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança

- o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul -

RENATA MENASCHE

Sob orientação do Professor Doutor
Roberto José Moreira

Dissertação submetida como requisito
parcial para a obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento, Agricultu-
ra e Sociedade. Área de concentração
em Sociedade e Agricultura.

Rio de Janeiro, novembro de 1996

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

Percepções e projetos: agricultura familiar em mudança

- o caso da região de Santa Rosa, Noroeste do Rio Grande do Sul -

RENATA MENASCHE

Aprovada em 18/11/96

Roberto José Moreira

Ricardo Abramovay

Leonilde Sérvolo de Medeiros

Maria José Carneiro

Às muitas pessoas - amigas, amigos e família -
que ao longo dos anos têm me ensinado
que o ser humano vale a pena.
Ao Régis, por nosso amor.
Aos agricultores familiares do Sul,
homens e mulheres, que me ensinam que
lutar pela vida faz sentido.

*Seja paciente com tudo que há não solucionado
em seu coração
E procure amar as próprias perguntas.
Não procure as respostas que não lhe podem
ser dadas
Porque não poderia vivê-las
E o que importa é viver tudo
Viva as perguntas agora
Talvez gradativamente e sem perceber
Chegue a viver algum dia distante as respostas.*

RAINER MARIA RILKE

*Apenas os vitoriosos
(no sentido daqueles cujas aspirações
anteciparam a evolução posterior) são lembrados.
Os becos sem saída, as causas perdidas
e os próprios perdedores são esquecidos...
Não deveríamos ter como único critério de julgamento o fato de as ações de um
homem se justificarem, ou não,
é luz da evolução posterior.
Afinal de contas, nós mesmos não estamos
no final da evolução social.
Podemos descobrir, em algumas das causas perdidas...
percepções de males sociais que ainda estão por curar.*

E.P.THOMPSON

BIOGRAFIA DO AUTOR

Renata Menasche, nascida em 30 de abril de 1963, em São Paulo, SP.

Graduada em engenharia agronômica pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, em 1984.

Desenvolveu atividades profissionais em Organizações Não Governamentais que atuam junto aos agricultores familiares do Sul do País.

Em 1985, em Lages/SC, junto ao Projeto Tecnologias Alternativas da FASE.

Entre 1986 e 1992, no Noroeste gaúcho, junto ao GEA-Formação e Assessoria Sindical.

Entre 1994 e 1996, no Deser-Departamento Sindical de Estudos Rurais.

Ainda em 1996 foi professora de Extensão Rural junto ao Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná.

RESUMO

Este trabalho analisa o processo de debates e construção de propostas em um momento de mudanças da agricultura familiar de uma região do Sul do País - o Noroeste do Rio Grande do Sul -, período em que o modelo baseado no binômio trigo-soja, implantado no processo de modernização da agricultura, é colocado em questão.

Sindicatos de trabalhadores rurais, da CUT e da FETAG. Cooperativas. Agroindústrias. O Estado, alvo da ação dos agricultores familiares nas lutas por política agrícola. São esses, fundamentalmente, os agentes sociais em cena. São esses os lugares de onde falam os entrevistados para esta pesquisa.

A discussão realizada mostra como, a partir da crítica à modernização, são resgatados do passado - da agricultura colonial - valores e técnicas que, ressemantizados, remetem à presença no imaginário social regional de elementos do que denominamos de um projeto de autonomia campesina.

A análise aponta, ainda, que é a presença desses elementos nesse imaginário social a condição que permite compreender, através da diversidade dos projetos em disputa, a unanimidade que alcança a proposta da agroindustrialização como resposta à necessidade - já então consensual - de diversificar a produção.

ABSTRACT

The present work focuses on the process of debates and projects design of family agriculture in the North-western region of Rio Grande do Sul (Southern Brazil) within a transforming framework. In this time, the agriculture modernisation-established soybean/wheat farming system is argued.

CUT's and FETAG'S Rural Workers Unions. Co-operatives. Agro-industries. The State Government, target of family farmers action in their struggle for agriculture policies. These are the main actors on the scene. These are the places where this investigation's interviewed people speak from.

A peasant farmers' autonomous project is brought up to life through the elements it introduces into the regional social imaginary. The discussion shows how the critical analysis of modernisation recovers and updates from the past colonial agriculture the values and techniques.

Considering the unanimous consensus agro-industrialisation reaches as an answer to the necessity of diversification, the analysis points to the presence of the above mentioned elements in the social imaginary as the way to understand the diversity among the confronting projects.

RESUME

Ce travail analyse le processus des débats et de la construction des propositions, à un moment où s'opèrent des changements dans l'agriculture familiale, dans une région du sud du pays - le nord-ouest de Rio Grande do Sul. C'est au cours de cette période que le modèle fondé sur le binôme blé-soja, implanté dans le processus de modernisation de l'agriculture est remis en question.

Les principaux agents sociaux impliqués dans ce processus sont les syndicats de travailleurs ruraux (de la CUT et de la FETAG), des coopératives, des agro-industries et de l'État. Ce dernier est devenu la cible des luttes engagées par les agriculteurs familiaux pour la mise en place d'une politique agricole. Ce sont ces agents qui sont interwiuvés dans ce travail.

Le débat montre comment à partir de la critique de la modernisation, des valeurs et des techniques émergent du passé et nous renvoient, dans une nouvelle sémantique, en présence d'éléments qu'on appelle projet d'autonomie paysanne, dans l'immaginaire social régional.

L'analyse indique que la présence de ces éléments dans cet immaginaire social est aussi la condition qui nous permet de comprendre, à travers la diversité des projets en dispute, que la proposition d'agro-industrialisation en tant que réponse au besoin de diversifier la production atteint l'unanimité.

SUMÁRIO

<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>1. A CRISE</u>	8
1.1. QUE CRISE?	9
1.2. AS PERCEPÇÕES DA CRISE	14
1.2.1. olhando prá trás	14
1.2.2. “plante e coma, senão o governo toma”	22
1.2.3. 1987: uma luta dos pequenos	35
<u>2. QUEM É ESSE COLONO?</u>	48
2.1. A AGRICULTURA COLONIAL	50
2.1.1. de onde vem esse colono?	51
2.1.2. a agricultura colonial	54
2.1.3. o trabalho e a vida	56
2.2. A MODERNIZAÇÃO	64
2.2.1. “plante que o governo garante”	64
2.2.2. “o pessoal começou a arriar as barbas-de-bode”	74
2.2.3. a família, a comunidade, o dinheiro	81
<u>3. AS “SAÍDAS” DA CRISE: PERCEPÇÕES E PROJETOS</u>	90
3.1. DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO	92
3.1.1. origem, desenvolvimento e consolidação da proposta	92

3.1.2. diversificação? agroindústria!	111
3.2. DA PRODUÇÃO PARA SUBSISTÊNCIA À “ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO”	122
3.2.1. contextualizando: em busca de respostas concretas	122
3.2.2. produzir, industrializar, comercializar	132
CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
BIBLIOGRAFIA E FONTES	147
bibliografia	147
outras fontes	153
entrevistas	158
SIGLAS UTILIZADAS	160
ANEXOS	163
1. depoimento de um imigrante	163
2. operação tatu	166
3. confisco da soja	168
4. a luta contra a correção monetária	170
5. alguns dados sobre a região	v
6. mapas	x

INTRODUÇÃO

"aquilo que é dito e o que é escondido, aquilo que é louvado e o que é censurado, compõem o imaginário de uma sociedade, através do qual seus membros experimentam suas condições de existência. Não quer dizer que todos os discursos sejam iguais e nem mesmo que derivem de uma mesma matriz discursiva. Mas, tendo de interpelar um dado público, todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referências compartido pelo que fala e por seus ouvintes... É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade" (SADER, 1988:59)

O objetivo deste trabalho é, à luz das percepções dos diversos agentes sociais envolvidos, analisar as mudanças recentes na agricultura familiar de uma região do Sul do País - o Noroeste do Rio Grande do Sul - e o debate sobre essas mudanças.

A área onde foi realizada a pesquisa é a região de Santa Rosa. Ao entender, porém, que “região” não se refere à delimitação meramente territorial do espaço, mas sim que o conceito de região deve abarcar as noções de relação, contradição e processo, e que “não se trata de buscar uma unidade de características internas e peculiares a uma região específica, mas sim a peculiaridade de suas relações com o entorno que lhe deu origem e do qual é parte” (BREITBACH, 1988), foi necessário assumir, no desenvolvi-

mento deste trabalho, o que talvez pareça uma certa imprecisão geográfica.

Dessa forma, o foco da análise realizada, tendo por contexto a conjuntura nacional, especialmente no que diz respeito às políticas públicas para a agricultura e aos diferentes estágios de organização e ação política dos agricultores familiares, não tem uma delimitação geográfica rígida: o corte é, por vezes, dado pela base produtiva agrícola, mas sua determinação é, predominantemente, dada pela ação dos diferentes agentes, assumindo ênfases ou ausências condicionadas pelo acesso às fontes de informação (pessoas e documentos).

O *zoom* utilizado oscila entre a agricultura familiar dos três estados do Sul - que apresenta semelhanças importantes enquanto base física, tipo de colonização e formas de organização produtivas e políticas, além de, nos 90, com a estruturação do Fórum Sul dos DETRs, se constituir em referência da ação do sindicalismo rural cutista - e um pequeno conjunto de municípios, originários todos do antigo município de Santa Rosa, emancipado de Santo Angelo em 1931, reconhecido pelos diversos agentes locais como Grande Santa Rosa. Essa micro-região é base de ação da organização regional da FETAG e área de interseção da abrangência de várias cooperativas - com destaque para a COTRIROSA -, além de se constituir - através das candidaturas regionais - em espaço de disputa pelas diversas agremiações político-partidárias.

Mas mesmo essa delimitação - Grande Santa Rosa - é fluida, restringindo-se ou ampliando-se enquanto identidade regional, muitas vezes por ação de políticos, igrejas, agroindústrias, sindicatos ou cooperativas que, especialmente através de órgãos de imprensa, principalmente rádios - os

diversos agentes regionais mantêm programas de rádio de periodicidade mínima semanal¹ -, mas também jornais e televisão, colocam em questão a posição de pólo do município de Santa Rosa, conformando identidades regionais mais reduzidas, mas ainda assim mais amplas que as unidades municipais.

Entre o Sul e a Grande Santa Rosa, o olhar se detém, em diferentes momentos:

- na micro-região colonial de Santa Rosa, mais abrangente que a Grande Santa Rosa e espaço primeiro de ampliação da identidade regional desta, área “homogênea” delimitada pelo IBGE e referência administrativa - em muitos momentos mas nem sempre - para a ação do governo estadual;
- na região das Missões, que unifica as regiões de Santa Rosa e Santo Angelo, unidade regional de ação da CUT, através da CUT-Missões²;
- no Noroeste do estado, onde se inclui, neste trabalho, além das duas regiões mencionadas acima, a região de Ijuí, pólo difusor - através da ação da COTRIJUÍ e da UNIJUÍ - do debate sobre a agricultura em toda essa grande região;
- no estado do Rio Grande do Sul, base da ação das federações dos trabalhadores rurais (FETAG), das cooperativas (FECOTRIGO) e do setor patronal da agricultura (FARSUL), assim como da CUT, além, obviamente, do governo estadual.

Sindicatos de trabalhadores rurais e suas diversas estruturas organizativas mais amplas (regionais, estaduais, nacionais), da CUT e da FETAG. Cooperativas, especialmente a COTRIJUÍ (juntamente com a principal Universidade da região, a UNIJUÍ) e a COTRIROSA. Agroindústrias. O Estado, identificado nas lutas dos agricultores familiares por política agrícola como alvo

¹ Uma pesquisa realizada em 1993 entre 41 SRS gaúchos indicou que 83% deles mantêm programas de rádio regulares (DESER&DESEP, 1993:15).

² A área de ação da CUT-Missões abrange também a região de Ijuí, mas até o período em que foram coletados os dados de campo para esta pesquisa não existiam, efetivamente, SRS cutistas na região de Ijuí.

de sua ação, mas também, no âmbito estadual, muitas vezes através da EMATER, responsável por planos e programas para essa agricultura e, ainda, nas regiões e municípios, intervindo no desenvolvimento e no debate sobre o desenvolvimento dessa agricultura. Daí saem as publicações e documentos que informam a análise. São esses, fundamentalmente, os agentes sociais em cena.

São esses os lugares de onde falam os entrevistados para esta pesquisa³. Quase todos originários dessa agricultura familiar. Alguns técnicos⁴ ou assessores, mas a maioria agricultores. A maior parte deles não agricultores “comuns”, mas dirigentes e lideranças, gente que “fala por” e “fala para”, gente que forma opinião. E que, ao fazê-lo, atua na conformação da realidade⁵.

São dois os cortes temporais que orientam a análise aqui desenvolvida: dois momentos de crise e reestruturação da agricultura regional, momentos de mudança da agricultura familiar estudada.

Cronologicamente, o primeiro desses momentos ocorre já a partir do final dos anos 50, quando - resumidamente - o esgotamento da fertilidade natural dos solos da região, a falta de terras para o assentamento da nova

³ A caracterização dos entrevistados ao longo do trabalho será feita sempre que considerada necessária, especialmente quando for esclarecedora de posicionamentos diferentes. Caso contrário, será colocado no final da citação apenas um número entre parênteses, que corresponde ao número da entrevista. A caracterização dos entrevistados, seguindo a mesma numeração, encontra-se no item “entrevistas”, a partir da página 157. Ainda, sempre que uma citação estiver destacada em itálico, estará sendo reproduzida uma fala, seja de algum dos entrevistados, seja de depoimentos de pessoas transcritos em alguma publicação ou, ainda, reproduções de pronunciamentos gravados em alguns eventos.

⁴ Neste trabalho, a designação “técnico”, indicando função técnica, será empregada indistintamente para os diversos profissionais das ciências agrárias, de nível superior ou secundário.

⁵ Ao discutir a “alquimia da representação” e o “efeito teoria”, BOURDIEU (1982:100-1) afirma que a contribuição na imposição de uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social contribui na construção da realidade deste mundo.

geração de agricultores e os reflexos das alterações dos padrões de consumo urbanos (especialmente no que diz respeito à substituição das gorduras animais por óleos vegetais) colocam em situação de impasse a reprodução social dessa agricultura familiar nos moldes dos sistemas produtivos característicos da até então agricultura colonial.

O segundo corte temporal tem por marcos as alterações na política de subsídios ao crédito rural e a queda dos preços internacionais da soja, ocorridas nos 80.

É nesse período que crescem as contestações ao modelo implantado no processo de modernização da agricultura, modelo que se consolidara como resposta à crise da anterior agricultura colonial.

O centro da análise aqui desenvolvida é situado no processo de mudanças e de debates - entre os diversos agentes sociais - referente às “alternativas” para a agricultura regional nesse período em que o modelo baseado no binômio trigo-soja é colocado em questão.

O primeiro capítulo é dedicado à contextualização desse período. Aí são, em um primeiro momento, analisados os fatores que levam à queda de rentabilidade dessa agricultura familiar e, em seguida, as percepções da crise de agricultores, suas lideranças e entidades representativas.

Para a análise dessas percepções são utilizados, basicamente, dois tipos de procedimentos.

Em “olhando prá trás”, ao analisar as significações atribuídas à monocultura da soja por agricultores entrevistados, podemos vislumbrar, através de seu olhar retrospectivo, sua atual visão crítica em relação à cultura-símbolo da modernização da agricultura regional.

Em “plante e coma, senão o governo toma” e “1987: uma luta dos pequenos” são trabalhadas as lutas e mobilizações dos agricultores familiares gaúchos nos 80. Os documentos da época permitem resgatar a construção da contraposição à monocultura - e sua associação ao Estado e suas políticas para a agricultura, alvo das mobilizações - pela produção para subsistência e, depois, também pela produção de alimentos para o mercado interno.

No segundo capítulo, através da análise das memórias dos entrevistados referentes à época da agricultura colonial e ao processo de modernização dessa agricultura, são buscadas as representações fundadoras da legitimidade da contestação ao modelo de desenvolvimento agrícola implantado pela modernização e da proposta da produção para subsistência/de alimentos, base para a proposta de diversificação da produção que viria a se consolidar.

As percepções e projetos dos diversos agentes sociais referentes à reestruturação da agricultura regional são objeto da análise desenvolvida no terceiro capítulo.

Aí é discutida a construção da proposta de diversificação da produção e a forma como a proposta de agroindustrialização é incorporada pelos projetos dos diversos agentes, inclusive o sindicalismo rural - em suas duas vertentes, CUT e FETAG. Ao longo dessa análise busca-se mostrar as semelhanças e diferenças entre os projetos em disputa, o que é sintetizado nas “considerações finais”.

A discussão procura demonstrar como, a partir da crítica à modernização, são resgatados do passado - da agricultura colonial - valores e técnicas

que, ressemantizados, remetem à presença no imaginário social regional de elementos do que denominamos de um projeto de autonomia campesina.

A análise aponta, ainda, que é a presença desses elementos nesse imaginário social a condição que permite compreender, através da diversidade dos projetos em disputa, a unanimidade que alcança a proposta de agroindustrialização como resposta à necessidade - já então consensual - de diversificar a produção.

A CRISE

O objetivo deste capítulo é construir, para o período recente, um quadro da situação da agricultura familiar analisada, bem como das percepções sobre essa situação.

A caracterização, pelos diversos agentes, dos 80 como um período que inaugura uma situação de crise os leva à reconstrução de um outro momento, anterior, gerando uma releitura crítica do processo de modernização dessa agricultura.

Em “que crise?” são analisados os elementos que causaram a queda de rentabilidade dessa agricultura.

“Olhando prá trás” é um olhar retrospectivo: a forma como os entrevistados se referem hoje à monocultura é resgatada para analisar as percepções sobre um momento de mudança anterior, quando foi implantada a monocultura.

Em “plante e coma, senão o governo toma” e “1987: uma luta dos pequenos” estão em foco, com o objetivo de trazer à tona as percepções dos diversos agentes, as manifestações públicas realizadas pelos agricultores nos 80, com destaque para dois momentos considerados particularmente significativos. Em 1980, a luta contra o confisco da soja, manifestação convocada por FARSUL, FECOTRIGO e FETAG - quando a frase “plante e coma, se-

não o governo toma” era vista em faixas e cartazes em todo o Rio Grande do Sul. Em 1987, a luta pela queda da correção monetária referente ao período do Plano Cruzado, convocada pela FETAG e pela CUT, marco da ação política independente dos agricultores familiares no estado. Para essa análise são utilizados, principalmente, documentos e publicações através dos quais os diversos agentes, na época, se dirigiam às suas bases ou, posteriormente, contaram as histórias; bem como as imagens desses momentos refletidas pela grande imprensa⁶.

QUE CRISE?

“... ‘O que nós produzimos sempre está atrás do que compramos. Se precisamos de uma caixa de fósforo, o preço não baixa. Quando é que deu Chicago na gasolina? Não tem isso não, que a gasolina nunca baixa como a soja, só tem alta’... Fazendo um balanço da situação, seu Delmo conclui que foi um dos produtores que empobreceram com a soja, pois ‘antes eu não tinha dívida e hoje estou endividado com o trigo e a soja, que não sei nem como sair’. Seu Delmo calcula que ‘de 100 pessoas, talvez umas 40 enriqueceram e 60 ficaram mais pobres’ em função da monocultura. ‘E com o preço que está hoje, não é muito fácil ganhar dinheiro’...” (“O entusiasmo já passou”. COTRIJORNAL, novembro/81:18-9)

A década de 80 trouxe alterações significativas para a agricultura, em particular para a agricultura familiar modernizada produtora de soja do Sul do País. A queda dos preços internacionais da soja e as restrições em

⁶ Como afirma BOURDIEU (1989:75-6), “é, sem dúvida, no trabalho de mobilização e, mais precisamente, no trabalho de unificação e de universalização que se gera uma grande parte das representações... que os grupos... dão de si próprios e da sua unidade as quais eles condensam, para as exigências da luta... em ‘idéias-forças’ ou em sinais de reagrupamento... frequentemente retomados tal e qual pelo discurso... sobre o mundo social”.

termos de volume e subsídios ao crédito rural, aliados à expansão da produção empresarial de grãos, especialmente no Centro-Oeste brasileiro, são alguns dos fatores que colocaram em xeque a reprodução social dessa agricultura, ao menos nos mesmos moldes em que se dera na década anterior.

O processo de ajuste da economia brasileira, ocorrido no período 1981-84 a partir do movimento de inversão do fluxo de recursos em relação ao sistema financeiro internacional, trouxe uma importante mudança em relação aos instrumentos de política agrícola: o papel central dentre as políticas públicas para a agricultura ocupado nos 70 pelo crédito rural passava, na década de 80, a ser ocupado pela política de garantia de preços mínimos (REZENDE, 1988).

Já em 1977 começaram a ser questionadas as taxas de juros aplicadas aos financiamentos agrícolas, sendo, então, introduzidas pequenas modificações. No período 1976-80 ocorreu uma gradual perda de importância do crédito de investimento frente ao crédito de custeio, que, a partir desse último ano, também passava a sofrer restrições crescentes. Em 1983 era acelerado o movimento de redução dos subsídios à agricultura, sendo que em 84 a correção monetária passaria a ser plena, com contenção do volume de recursos destinados ao crédito (FURSTENAU, 1988).

Diversos autores, analisando a perda de dinamismo da agricultura na década de 80, apontam que seu crescimento ainda assim foi maior que o do conjunto da economia brasileira⁷, atribuindo esse crescimento à política de preços mínimos (REZENDE, 1989; NUNES DA SILVA & HOFFMANN, 1990).

⁷ REZENDE (1989) mostra que no período 1970-80 a taxa média anual de crescimento geométrico da agricultura foi de 4,7%, enquanto a da indústria era de 9,3%. Já no período 1980-88, essa taxa cairia, na agricultura, para 3,1%, enquanto que na indústria a queda seria muitas vezes maior, ficando em 1,2% ao ano.

O preço da soja, porém, sempre pouco influenciado pela política de garantia de preços mínimos, apresentou fortes quedas no período. REZENDE (1987) aponta que apenas entre 1979 e 1985 a soja teve seu preço no mercado internacional reduzido em cerca de 40%, enquanto CIPRANDI (1993:316), tendo por base os preços recebidos pelos produtores do Paraná, calcula que o preço médio da soja no período 1986-90 equivalia a apenas 64,8% do preço médio recebido no período 1976-1980⁸, como mostra a tabela a.

Tabela A: preços médios relativos recebidos pelos produtores de soja do Paraná

Período	Preço
1976 a 1980	100
1981 a 1985	84,6
1986 a 1990	64,8

Fonte: CIPRANDI (1993), com base em *Acompanhamento da situação agropecuária do Paraná* (DERAL, vários anos).

Dentre os fatores que alteraram a situação dos agricultores familiares produtores de soja do Sul do País nos 80 cabe destacar, além das mudanças no crédito rural e da queda nos preços, acima comentados, a perda relativa de importância de sua produção, ocasionada pela expansão da produção empresarial de grãos na região Centro-Oeste.

Ao mesmo tempo em que se expandia e apresentava elevação de produtividade física no Centro-Oeste, atingindo produtividades acima de 2.000 quilos por hectare nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás (CIPRANDI, 1993:320-1), a produção de soja sofria um declínio absolu-

⁸ Considera-se que neste período (1976-80) os preços da soja no mercado internacional permaneceram relativamente estáveis (na faixa de 240 dólares a tonelada), diferente do que ocorreu no início dos anos 70, quando estiveram em crescimento, chegando a 276,6 dólares a tonelada em 1973, ano do *boom* da soja (CIPRANDI, 1993:318-9).

to no Sul e em São Paulo - à taxa média anual de 3,5% entre 1980 e 1988 (REZENDE, 1989). Especificamente no Rio Grande do Sul ocorreu, entre 1980-87, uma redução de 20,8% na área cultivada com soja (FURSTENAU, 1990).

A tabela b, a seguir, mostra a superioridade da produtividade nacional (média elevada pelos índices do Centro-Oeste) em relação à gaúcha em praticamente todos os estratos de área⁹.

Tabela B: produtividade da soja (kg/ha) por estratos de área no Brasil e RS

estratos de área (ha)	1980		1985	
	BR	RS	BR	RS
0 a 10	1.447	1.315	1.409	1.357
10 a 20	1.538	1.376	1.443	1.490
20 a 50	1.677	1.463	1.728	1.616
50 a 100	1.763	1.417	1.829	1.662
100 a 200	1.740	1.324	1.823	1.611
200 a 500	1.641	1.295	1.825	1.588
+ 500	1.576	1.310	1.836	1.612

Fonte: CIPRANDI (1993), com base em *Censo Agropecuário* (IBGE, 1980 e 1985).

A tabela b mostra, também, que os incrementos em produtividade mais significativos ocorreram nas propriedades maiores.

Assim sendo, é possível deduzir que, seja devido às alterações nas condições dos financiamentos, por um lado, seja devido à queda dos preços da soja, por outro, as pequenas propriedades não tiveram, nos 80, capacidade de absorver plenamente as inovações tecnológicas.

Os dados apresentados por CIPRANDI(1993:327) não deixam dúvidas quanto à queda da rentabilidade da soja no Rio Grande do Sul durante a década

⁹ De 1973 a 1990 a produtividade média apresentou um crescimento de 11% para o conjunto do País, enquanto que para os estados do Rio Grande do Sul e Paraná esse crescimento foi de apenas 5,7% no período, sendo que o crescimento do Rio Grande do Sul foi menor do que o do Paraná (CIPRANDI, 320-1).

de 80: a renda líquida média por hectare de soja no quinquênio 1986-90 correspondia a apenas 63% daquela do período 1980-85¹⁰.

É possível afirmar que essa queda de rentabilidade, seja devido às menores produtividades, seja devido aos custos de produção mais elevados, tenha sido maior nas propriedades de menor tamanho.

O quadro de descapitalização e empobrecimento dessa agricultura familiar é completado pela redução de perspectivas trazida, por um lado, pela menor atratividade do mercado de trabalho urbano nos anos 80, decorrente da queda de crescimento da economia, e, por outro, pelo crescente descrédito nos projetos de colonização das regiões de fronteira agrícola¹¹.

O depoimento a seguir é ilustrativo desse quadro de crise:

“... o financiamento fica cada vez mais difícil de pagar, que antes era fácil... sempre se tinha esse cálculo ‘tem que pegar esse financiamento, a gente pega ele, corrige a terra, compra a trilhadeira, compra o trator, compra a máquina, o insumo, paga em cinco prestações. Com juros fixos e a inflação que tinha, a última prestação se paga com meia dúzia de ovos, com umas duas ou três galinhas, quem sabe’... e isso é real, super real... tu tem todo um período onde é trigo e é soja, e é valendo, um período todo onde as pessoas vivem a euforia disso... parecia que não ia acabar, a ARENA... se rezava pelos governantes... toda essa euforia, e tem quem se embebeda, quem fica ébrio disso... até que

¹⁰ Embora tenha ocorrido no período decréscimo nos custos de produção na agricultura, CIPRANDI (1993:327) mostra que o decréscimo nos preços da soja foi superior à queda dos custos de produção. O cálculo seguinte é ilustrativo dessa relação: “... se em 1980 o produtor necessitava de 2.670 sacos de soja para comprar uma colheitadeira, em 1985 já precisava 4.603 e em 1989 eram necessários 7.065 sacos de soja...” (“Novos desafios para a agricultura”. COTRJORNAL, agosto/90:2).

¹¹ TAVARES DOS SANTOS (1993) mostra como, através das redes familiares e de vizinhança mantidas entre as regiões de origem e de destino dos projetos de colonização implantados nos 70 e do grande número de “colonos retornados”, a desilusão sobre a “terra prometida” e o sentimento de abandono consolidado entre os colonos nas regiões de fronteira agrícola construía a recusa dos camponeses aos novos projetos de colonização. Essa recusa tornar-se-ia elemento constitutivo da luta pela terra no Sul.

comeram a última tábua do galpão, até que comeram o último caco de trator, ah, não sei se vão se dar em conta. Mas tem quem se dá em conta, quem começa a sentir... cada vez volume maior de produto prá pagar o mesmo volume de corretivo, prá pagar o mesmo volume de fertilizante... tem máquinas aí que hoje você precisa três, quatro vezes o volume de produto que você precisava... isso é uma das coisas que se começa a sentir. E quando não dá mais, a crise bate aonde? no mais fraco. Começa o bem pequeninho... é um troço violento... claro que não de uma hora prá outra, isso passa a se afunilar..." (4)

AS PERCEPÇÕES DA CRISE

olhando prá trás

"... o pequeno agricultor... ele deveria sim plantar soja, agora só para o consumo dele. Eu sempre digo assim... o pequeno agricultor, prá ele não interessa o preço do soja¹², não deve interessar o preço do soja, porque eu tenho que plantar, o pequeno agricultor, prá o consumo dos meus animais, mas eu não tenho que plantar soja, então prá mim não interessa o preço do soja..."

(14)

A idéia expressa nesse depoimento, de um pequeno agricultor de Santo Cristo, aos 58 anos de idade em 1994, dificilmente se manifestaria 20

¹² É interessante notar que, talvez por referência ao feijão soja, nas falas dos agricultores "soja" aparece quase sempre como substantivo masculino, "o soja", o que é recorrente no Sul do País tanto entre os agricultores familiares de origem alemã como italiana.

anos antes, no auge da soja, que se consolidava, então, como saída quase milagrosa da crise da anterior agricultura colonial¹³.

Como se verá adiante (em “a modernização”, a partir da página 64), o clima do período em que se expandiu a produção de soja era de euforia: nunca antes se vira tanto dinheiro.

“O passado apenas pode ser contado como realmente é, não como realmente foi. Pois recontar o passado é um ato social do presente, feito por homens do presente e afetando o sistema social do presente...” (WALLERSTEIN, 1990:20).

A maneira como o agricultor citado (entrevistado número 14) desenvolve sua idéia, a seguir, mostra que sua atual visão crítica em relação à principalidade da soja como cultivo comercial para os pequenos agricultores está alicerçada na experiência vivida no período pós-euforia.

“... o pequeno agricultor que planta só soja, ele não vai bem, uns anos ele vai, depois se o soja não tem preço bom, ele se lasca todo...”

“... depois que entrou o soja, que o preço... era bastante bom, sabe, então o pessoal começou a abandonar mais o porco, até muitos abandonaram as vacas... em geral não tinha muita vaca naquela vez, mas foi abandonado, e muitos até tiraram mato e árvores frutíferas, pés de laranja, só prá completar a lavoura mais com soja. Eu acho que prá o pequeno agricultor isso foi muito

¹³ A “agricultura colonial” compreende, nas regiões de colonos do Sul do País, a fase que se estende do povoamento e ocupação à modernização da agricultura, constituindo-se esse período no objeto do próximo capítulo. Adiantando um pouco, para facilitar a compreensão, no Noroeste do Rio Grande do Sul já no final dos 50 a agricultura colonial mostrava sinais de debilidade: as terras estavam enfraquecidas, já não havia na região terras disponíveis para as novas gerações de agricultores, o êxodo era intenso. A substituição dos sistemas de produção característicos dessa agricultura colonial por sistemas de produção que incorporavam elementos da considerada “agricultura moderna”, especialmente através do cultivo da soja, propiciou a expansão das áreas de lavoura e incrementos na produtividade e nos rendimentos dessa agricultura.

muito ruim, porque eu acho que o pequeno agricultor ele começou só em cima mais do soja, eu nunca topei isso ali, acho que o pequeno agricultor tem que ter de tudo, não pode ser só uma coisa, e por isso o agricultor pequeno ele ficou bastante prá trás..."

"... hoje nós temos a pequena propriedade tá falida quase, tão mal, tão muito mal... a maioria... planta mandioca prá comer, anos atrás nem plantava, nós tinha colono... até a senhora deve saber que nós tinha produtor que foi no mercado comprar mandioca, agricultor!... tiraram tudo, e não plantaram mais mandioca, porque soja é coisa fácil, chegou nesse ponto!"

Em 1994, olhando prá trás, esse agricultor identifica a monocultura como a causa das dificuldades vividas pelos agricultores familiares a partir dos 80. E, para dar mais força à sua crítica, enfatiza que “o pessoal” - sempre os outros, como se verá adiante - abandonou as outras atividades para produzir apenas soja, chegando até a ir “no mercado comprar mandioca”. A maneira desse agricultor construir sua crítica é bastante semelhante à de outros entrevistados.

Mas será que de fato foi isso o que ocorreu? Os agricultores familiares se tornaram mesmo monocultores? Os depoimentos a seguir, respostas dos entrevistados quando indagados sobre a intensidade com que a monocultura da soja teria de fato se generalizado e substituído a produção para subsistência, trazem alguns elementos interessantes para refletir sobre essa questão.

"... deu uma mudança muito grande, que deu prá ver, principalmente as terras de máquina... era trigo e soja... nas terras de máquina, trabalhado com máquina, 70% é soja e trigo, isto está acontecendo hoje, e muito... inclusive um vizinho meu praticamente faliu com isso, essa foi a pura verdade..." (22)

“... teve agricultor por aqui que plantava soja até na porta da casa, não criava mais nem uma galinha e nem um porquinho prá sobrevivência...” (5)

“... muita gente, realmente, nas terras vermelhas¹⁴, mais de maquinário, a gente também não era de terra tão mecanizável, então... se mantinha mais... tem muita gente que realmente deixou...” (10)

“... o pessoal de terra vermelha, isto é verdade, isso a gente realmente sabe que esse pessoal não produz mais... hoje, aos poucos, estão voltando de novo, mas o pessoal de terra dobrada não deixou...” (15)

“... aqui na minha realidade [terra vermelha], por exemplo, isso é fofoca, isso não é verdade, isso hoje o pessoal não faz, o pessoal aqui produz a mandioca, tudo... isso aconteceu talvez mais, se isso aconteceu, eu tenho escutado isso muito, mas deve ter acontecido lá no Paraná, onde eles, com a mecanização, aí abririram realmente todas as roças, deixaram sem mata a terra, e ficava só a casa no meio da lavoura, isso é prá ser verdade, agora aqui não, a... realidade aqui não é esta, porque sempre se manteve o senso de pequeno agricultor, apesar de tudo, mesmo que botou tudo no soja, assim a lavoura, mas produtos de alimentação, 90% do pessoal até hoje mantém algum produto de alimentação...” (19)

“... prá quem morava perto da cidade isso não é exagero. Onde eu me criei, a 25 quilômetros da cidade, isso não é viável, mas prá quem morava perto da cidade isso chegou a acontecer, sim.” (4)

¹⁴ As “terras de pedregulho”, também chamadas “terras dobradas”, são solos de alta fertilidade natural, baixa profundidade e relevo fortemente ondulado, enquanto que as “terras vermelhas” são os solos de maior profundidade, baixa fertilidade natural e relevo suavemente ondulado. A alta acidez das “terras vermelhas” fez com que seu aproveitamento intensivo (e consequente valorização) se desse apenas a partir da difusão do uso do calcário. São, ainda, estas terras, de relevo mais suave, que viriam a absorver com maior intensidade a mecanização agrícola.

“... eu acho que assim nos pequenos agricultores isso aí não... não aconteceu. Por exemplo, essa região onde eu vivi [perto da cidade], eles plantaram mandioca sempre, e estão plantando ainda... mas muito prá manter um porquinho, manter o gado, os bois, as vacas... mas a vaca e o porco era muito no sentido de subsistência, não se tratava prá se comercializar...” (20)

“... isso já aconteceu com os que eram gente do comércio, que tinham dinheiro, e começaram de comprar as pequenas propriedades, eles fizeram isso, arrancaram tudo e limparam, e tiraram as benfeitorias, mas isto aqui [terra vermelha, perto da cidade]... não aconteceu tanto, né... o pequeno produtor, pequeno mesmo, não acredito muito que isto é tão significativo assim...” (21)

“... na região da pequena agricultura não era isso tanto... na nossa região lá, que é terra mais dobrada, não foi tanto assim. Foi arrancado árvores frutíferas... erva-mate... foi deixado de plantar feijão, isso sim, deixaram de plantar arroz, que antigamente o pessoal plantava arroz, feijão, mandioca, batata, tinha tudo prá comer... tinha ovos, tinha galinha, tinha porco, então não faltava comida, e na época da soja foi diminuído isso... era um problema que alguns anos não vinha dando feijão... então entrou a soja, deu dinheiro, era bem mais fácil produzir um saco de soja e comprar dois sacos de arroz do que produzir arroz... claro que em Santa Rosa, Giruá, aí o pessoal foi comprar tudo, mas na nossa região mantinha uma horta, talvez menos capricho na horta...” (8)

Comentando as entrevistas que realizou com mulheres francesas deportadas para os campos de extermínio durante a Segunda Guerra Mundial, POLLAK (1992:212-4), partindo do entendimento de que a memória é seletiva, chama atenção para outros elementos das entrevistas que não o conteúdo, elementos que dizem respeito ao estilo, destacando as diferentes formas de utilização dos pronomes pessoais pelas entrevistadas. No caso

dos trechos de entrevistas aqui reproduzidos, é possível perceber que a utilização de “o pessoal” (ou “ele”, “eles”) - em contraposição a “a gente”, a “nós” e, mais ainda, a “eu” - indica, como na análise de POLLAK (1992), distanciamento, não pertencimento e impotência.

Para cada um dos entrevistados citados acima, foi sempre “o outro” quem aderiu à monocultura. Foi o vizinho. Para os de longe da cidade, foram os de perto da cidade. Para os da terra dobrada, foram os da terra vermelha, terra de maquinário. Mas os agricultores de perto da cidade e os da terra vermelha dizem que em sua realidade isso não aconteceu: foram os agricultores de outros municípios, ou os do Paraná, ou foram aqueles que nem eram agricultores, eram gente do comércio.

Não está em questão a existência da monocultura da soja, mas de fato não foi entre esses agricultores familiares que ela se deu. No Noroeste do Rio Grande do Sul a área plantada de soja aumentou, disso não há dúvidas (ver “alguns dados sobre a região”, a partir da página v). Mas isso não significa que tenha passado a ser a única cultura. Passou, certamente, a ser a principal fonte de renda da propriedade, em muitos casos talvez a única, substituindo, nesse sentido, a produção de suínos e reduzindo, dessa forma, a área plantada de mandioca. Mas nem a produção de suínos, tampouco a de leite, ou as produções de milho e mandioca, associadas às criações, ou todo um conjunto de cultivos voltados para a subsistência da família deixaram de existir.

“... Apesar das grandes áreas na região da COTRIJUÍ serem destinadas para o trigo e a soja, muitos agricultores médios e pequenos... não deixam de plantar o tradicional feijão preto, o milho e a mandioca” (“COTRIJUÍ comercializa feijão preto”. *COTRIJORNAL*, março/75:6).

Entre esses agricultores, a afirmação da existência da monocultura, no sentido estrito da palavra, combinada, de forma recorrente, à sua negação para o próprio caso e atribuição a outros (“o pessoal”) indica a carga de significados a ela conferida. À monocultura está associada a “falência” da agricultura familiar. A associação é entre crise e monocultura, ou melhor, entre crise e não produção para subsistência.

Essa visão de monocultura é construída no momento em que essa agricultura familiar modernizada percebe que sua reprodução social está ameaçada, se percebe em situação de risco. O risco da dependência monetária de um único cultivo, o risco de depender da venda da soja para comprar até mesmo alimentos, a subsistência em risco. “O presente colore o passado” (POLLAK, 1989:8).

“... naquela época, então nós éramos da colônia, 80% era colono, e depois começou a cair, e hoje é pouco, assim então a diferença é grande, não é? Mudou muito, e por isso também a gente acredita que o mantimento prá comer também falta por isso, porque tem muito pouco colono... a humanidade é grande, e se a agricultura fica menor, bom, aí então é certo que vai faltar a comida... nós aqui, a terra também é velha... a adubação é muito cara, não dá prá completar bem a quantia que precisava de adubo, porque sai muito caro, e ali então a colheita ela não dá completa... ali então não vai sobrar tanto, e por causa que as despesas são grandes, e ali então a gente tá às vezes até num perigo.”

(16)

“... a parte assim da subsistência na propriedade, de ter de tudo, a grande maioria das famílias deixou de ter isso, agora isso é uma coisa que, pensando hoje assim, pensando agora... o pai falava muito disso, de plantar de tudo, e reclamava muito do pessoal que não tinha mais as coisas em casa e ia começar a depender muito do comércio, de estar comprando, então o pai batia muito nisso de ter de tudo em casa, prá não estar dependen-

do, e eu lembro disso, ele falava isso aí, do perigo inclusive que era isso..." (17)

*"... o soja é uma vez por ano, e muitos não têm controle na propriedade, gastam o dinheiro e depois não tem mais, aí chega uma doença e tão fritos, aí que tá os problemas."*¹⁵ (14)

SCOTT (1976), analisando o comportamento do campesinato do Sudeste Asiático no processo de intensificação de sua integração à economia de mercado (anos 30), aponta a existência de um perímetro defensivo em torno das rotinas de subsistência, dentro do qual os riscos são evitados como potencialmente catastróficos.

Dessa forma, esse autor relaciona à necessidade de garantir o “mínimo de subsistência” o comportamento desses camponeses frente aos riscos representados, por exemplo, pela adoção de novas tecnologias ou de novos cultivos. Por outro lado, SCOTT (1976) afirma que quando as rotinas de subsistência deixam de produzir resultados, isto é, quando essas rotinas deixam de garantir o “mínimo de subsistência”, os riscos - a adoção, por exemplo, de novas tecnologias ou novos cultivos - passam a ser no interesse da subsistência.

No final dos anos 60, entre os agricultores familiares do Noroeste do Rio Grande do Sul, quando os sistemas de produção característicos da agricultura colonial haviam deixado de responder às condições necessárias à reprodução social desses camponeses, a modernização, materializada no cultivo da soja, fora o caminho encontrado como saída daquela crise¹⁶.

¹⁵ A associação entre dependência de culturas anuais e vulnerabilidade em situações críticas (como seria o caso da ocorrência de doença na família) explica um fato comum (e normalmente não compreendido pelos técnicos que buscam induzir os agricultores a uma produção leiteira “mais racional”) entre esses e outros agricultores familiares: a utilização do gado como “poupança”.

¹⁶ Essa passagem não se deu, certamente, sem conflitos mesmo no interior da família: *“Eu me lembro muito bem que a mãe brigava com o pai muitas vezes por causa disso... o cálculo”*

Quando, nos 80, são alteradas as condições do crédito rural e cai a rentabilidade da soja, essa agricultura familiar percebe sua reprodução social mais uma vez ameaçada. A soja passa a ser apontada, então, como fator de insegurança, que agora coloca em risco a subsistência da família.

“... a coisa era cada vez mais espremida... o pessoal começou a comprar mais coisas... o pessoal começou a aprender a gastar... começou a entrar supermercado no interior, começou a comprar mesmo... e isso fez com que o pessoal entrasse mais nos apertos... o pessoal não tinha mais dinheiro pro médico, já não tinha mais aquela poupança em casa... antes tinha, e começou a não ter mais... começou a se obrigar a lutar porque não tinha mais... os preços começaram a encolher... a gente sentia assim bem claro, a exploração em cima da agricultura começou a se dar com muito mais intensidade... o soja... foi por essa época... começou a complicar... e aí começa a entrar a luta sindical...” (10)

“plante e coma, senão o governo toma”

“... a primeira grande mobilização na região foi contra o confisco da soja, isso mexeu diretamente com o bolso dos colonos...” (10)

Já nos últimos anos da década de 70 o panorama era instável para os sojicultores. As safras de trigo, cultura complementar à soja¹⁷, foram, em

lo era, o pai sempre dizia ‘se eu planto um canteiro de verdura... ou qualquer outra coisa, eu com a metade da soja e com a metade do serviço eu compro essas coisas e ainda me sobra dinheiro’.” (4). É interessante notar que as opiniões diferentes do “pai” e da “mãe” frente à monetarização dos produtos necessários à alimentação da família indicam a diferenciação entre os papéis sociais de homens e mulheres na agricultura familiar (relações sociais de gênero): de maneira simplificada, eles mais familiarizados com “os negócios”, elas responsáveis primeiras pelo abastecimento da casa.

¹⁷ Embora anterior à expansão da lavoura de soja, o cultivo modernizado de trigo se tornaria, provavelmente devido à sua susceptibilidade aos fatores climáticos e às oscilações das políticas públicas em relação ao produto, complementar à soja. A expansão da lavoura mecanizada de trigo ocorreu entre os “granjeiros”, que, segundo FRANTZ (1982:14), caracterizavam-se por propriedades com áreas superiores a 100 hectares e utilização de trabalho assalariado. Sobre os fatores que confluíram para a implantação das “granjas” de trigo, sua expansão (1946 a 1957) e sua retração (1957 a 1968), ver FRANTZ (1982:26-40).

1975, 76, 77 e 79, frustradas devido às condições climáticas. A soja, mesmo sendo considerada mais sujeita às variações de preços e menos vulnerável às adversidades climáticas que o trigo, sofreu, no período, duas frustrações de safra seguidas, em 78 e 79 (*COTRIJORNAL*, julho/77:25; novembro/77:28; outubro/79:9-16).

A expectativa gerada a partir da instabilidade dos preços da soja era, conforme retratado no *COTRIJORNAL*, o jornal da COTRIJUÍ¹⁸, uma constante no período:

“Colhida a maior safra de soja de nossa história, cooperativas, firmas exportadoras e o próprio Governo vivem a incógnita do preço para o produto, cuja tendência tem persistido para a baixa. A pergunta mais insistente que se ouve é: a soja sobe de preço ou baixa ainda mais?...” (*COTRIJORNAL*, junho/75:6)

“... E como serão os preços para essa safra?... pela atual tendência parece que os preços não irão nem alcançar os níveis deste ano...” (*COTRIJORNAL*, dezembro/77:26)

Em 1980, quando o preço da soja estava alto e a colheita seria boa, o governo estabelece um imposto de exportação, que se tornaria conhecido como “o confisco da soja”.

“... A coisa começa mesmo a dar um certo chacoalho com o famoso ‘lagartão da soja’, 1980, confisco cambial da soja... o então ministro... Delfim Neto... o governo precisava fazer caixa... eu sei que era uma coisa fantástica de confisco cambial na soja... e bueno, aí deu uma grita geral, deu um levante...” (4)

“... se chamava o Delfim Neto de ‘lagartão do soja’...” (1)

¹⁸ Sobre o papel da COTRIJUÍ e de seu jornal na formação de opinião a respeito da agricultura regional ver notas 91 e 92 (página 94). Especificamente sobre a soja e o período em foco, Ijuí cumpriria o papel de pólo de irradiação a nível de estado: em Ijuí seria, como veremos adiante, realizada a reunião que viria a deflagrar a mobilização estadual dos sojicultores.

O imposto de exportação, que já havia sido aplicado uma vez, em 1976, foi instituído pelo “pacote” econômico divulgado em dezembro de 1979, quando também foram elevadas as taxas de juros dos financiamentos agrícolas e, ainda, foi desvalorizado em 30% o cruzeiro (“Chega de medidas injustas”. *COTRIJORNAL*, fevereiro-março/80:3). O imposto foi fixado em 13% sobre a tonelada exportada de soja em grão, 5% sobre a de farelo e 28% sobre a de óleo (BRUNET & HACKBART, 1990:9).

“O ânimo que começou a tomar conta dos produtores de soja com a perspectiva de uma safra que permitisse uma recuperação das duas últimas frustrações, deu lugar a um espírito de revolta e desconformidade quando eles começaram a se dar conta do que vai representar a taxação do produto pelo Governo, chamada de Imposto de Exportação... esta medida não passa de um puro e verdadeiro confisco...” (“Chega de medidas injustas”. *COTRIJORNAL*, fevereiro-março/80:3)

O governo federal foi irredutível frente às gestões, que até então sempre haviam resolvido os problemas, dos interlocutores tradicionais, as representações políticas das cooperativas e do empresariado - FECOTRIGO (Federação das Cooperativas de Trigo do Rio Grande do Sul), FARSUL (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul) e ABIOVE (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais). Os canais de diálogo haviam, então, sido fechados.

O movimento foi deflagrado a partir de uma reunião realizada em Ijuí, em 21 de março de 1980, onde participaram 50 dirigentes sindicais e quando se realizou uma grande concentração de sojicultores. Aí foi marcado para 31 de março o “Dia do Protesto”. As mobilizações chegaram a

envolver 700 mil pessoas de cerca de 100 municípios das regiões sojicultoras do Rio Grande do Sul (BRUNET & HACKBART, 1990:10)¹⁹.

O ineditismo, a força e a legitimidade conferida a esse protesto, bem como as dimensões de seu impacto, podem ser percebidos na forma como o evento foi retratado em publicações - da época e recentes - de agentes envolvidos, em depoimentos de lideranças entrevistadas e, especialmente, no teor das reportagens publicadas pela grande imprensa (ver “confisco da soja”, a partir da página 168).

“... não foi fácil o Governo se convencer da inutilidade e injustiça desta medida. Os produtores tiveram que sair à rua, com seus tratores, colheitadeiras e caminhões, para mostrar que estavam unidos na exigência da retirada total e imediata do chamado Imposto de Exportação...” (“Uma luta ganha”. *COTRIJORNAL*, abril/80:3)

“Foi a maior demonstração de protesto de todos os tempos na história da agricultura gaúcha... Nunca uma medida do governo havia provocado tão forte reação...” (“Um cheiro de óleo diesel e de muita revolta no ar”. *Zero Hora*, 1º/4/80:31)

“O ano de 1980 marcou o adicionamento de um ingrediente novo nas lutas da FETAG, que são as manifestações públicas. No dia 21 de março, em Ijuí, aconteceu uma concentração da região

¹⁹ Foram os Sindicatos de Trabalhadores Rurais que tiveram a iniciativa de mobilizar os agricultores, mas seriam os interlocutores tradicionais que viriam a negociar com o governo a resolução do impasse, a adoção do contingenciamento, que mais tarde seria percebida por algumas lideranças sindicais como uma manobra que não atendia aos interesses dos colonos (entrevistado número 1). “... Foram estudadas as alternativas... a liberação para exportar grãos sem imposto, mas contingenciando a exportação de óleo e farelo. Essa última alternativa, que na noite de ontem vinha despontando como a solução mais provável a ser adotada hoje, atenderia ao mesmo tempo às reivindicações dos produtores, que pleiteiam o fim do confisco, e aos objetivos do Governo, que visam manter em níveis aceitáveis os preços do óleo e do farelo no mercado interno. O contingenciamento, através de cotas de exportação, foi também a solução adotada por Delfim, em 1973, quando ministro da Fazenda. Naquele ano, para cada três toneladas de óleo exportadas, uma tinha que ficar no mercado interno... A alternativa de contingenciamento tem ainda o apoio da FECOTRIGO...” (*Zero Hora*, 1º/4/80:32).

produtora de soja, com a presença de 10 mil pessoas, dando-se o prazo de 10 dias para o governo retirar o confisco imposto à comercialização da soja. Como não houve o atendimento da reivindicação, conforme planejado deflagrou-se o ‘Dia do Protesto’ (31 de março de 1980), o qual foi marcado por passeatas, máquinas agrícolas na rua, trancamento de rodovias... e exigia a queda do ‘confisco da soja’. Pelo momento político em que se realizou e pela força demonstrada, esta foi uma das mais extraordinárias manifestações dos agricultores, que atingiu seus objetivos, pois o confisco caiu.” (*FETAG/RS: 30 anos de luta*, 1993:85)

“... eu acho que mais ou menos no confisco é que começa a luta dos pequenos, entram na luta, né, porque pelo menos aqui na região eles estavam muito fora... mais da luta sindical... e aí que começa a crescer os sindicatos...” (20)

“Ao reafirmar seu desejo de que o movimento contra o confisco da soja finalize numa solução que atenda, realmente, os interesses dos agricultores, o governador Amaral de Souza declarou ontem a legitimidade das manifestações desencadeadas no interior do Estado - uma vez que, afirmou ele, ‘elas se realizam de forma ordeira e pacífica’...” (Zero Hora, 1º/4/80:32).

Essa luta não era apenas dos pequenos agricultores, mas sim de todos os setores envolvidos com a sojicultura, chegando a contar, inclusive, com o apoio do governador do estado, como é possível observar na citação anterior.

Eram vários os setores envolvidos, mas, analisando as notícias da época (ver “confisco da soja”, a partir da página 168), podemos perceber que as mobilizações realizadas tiveram, através de gestos, músicas, palavras de ordem, encenações e outras manifestações, uma “marca” dos colonos:

“Mais de dez oradores falaram. Houve trova, poesia e até uma peça ridicularizando o confisco... Carlos Karlinski, presidente

do sindicato dos trabalhadores rurais do município, na mesa, estava ao lado de Reinhaldo Kommers, presidente do Sindicato Rural de Ijuí; de Orgênio Rott, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG) e de Rubem Ilgenfritz da Silva, presidente da COTRIJUÍ (o prefeito local, Wilson Mânicá, chegou quando a assembléia já havia começado para prestar sua solidariedade, mesmo sem ter sido convidado oficialmente)...” (“As emocionadas críticas ao ministro Delfim Neto”. *Zero Hora*, 1º/4/80:29)

“... Os colonos riem, erguem os braços em sinal de vitória, bebem chimarrão, escutam as emissoras de rádio locais que dão notícias sobre a chegada de novos colonos. Mas quando efetivamente a segunda-feira acorda, é a cidade toda que protesta em cada esquina... o comportamento é semelhante: em Ijuí e em Santo Angelo, onde os agricultores e suas máquinas começaram a chegar por volta das 5 horas...” (“Em Ijuí, um ar de domingo e um jeito de guerra”. *Zero Hora*, 1º/4/80:28)

O teor das faixas exibidas nas ruas e das propostas aprovadas pelos colonos era claro: à crítica ao governo²⁰, motivada pela taxação, era associada a crítica à monocultura, por sua vez contraposta pela produção para subsistência:

“Plante e coma, senão o governo toma.”²¹

“... A não comercialização da soja e o plantio apenas para subsistência são algumas das decisões já apoiadas pelos agricultores se persistir o atual imposto.” (“No Alto Uruguai, a adesão catarinense”. *Zero Hora*, 1º/4/80:30)

²⁰ Certamente a data escolhida para a realização do “Dia de Protesto”, 31 de março, aniversário do golpe militar, não foi uma coincidência. Nos anos seguintes essa data, que além do conteúdo político também antecede a colheita da soja, seria, juntamente com a Semana da Pátria, escolhida pelos agricultores para realização das grandes mobilizações.

²¹ Título de reportagem que reproduz o conteúdo expresso em faixas por todo o estado (*Zero Hora*, 1º/4/80:31).

A referência à produção para subsistência aparece, nesse momento, quase como uma ameaça dos agricultores ao governo, ameaça de não produzir soja.

É relevante lembrar que em 80 a economia brasileira, devido à alta de preços do petróleo e das taxas de juros incidentes sobre a dívida externa, passava por ajustes. Nesse momento a necessidade de reduzir as importações e aumentar as exportações ocupava lugar central nas políticas econômicas (REZENDE, 1988:13-21). Ainda em 80, quando o Rio Grande do Sul concentrava 42,89% da área brasileira cultivada com soja (IBGE, 1984), as exportações agrícolas - tendo como item de destaque a soja e seus derivados - correspondiam a 51,7% das exportações totais do País (REZENDE, 1988:51).

Nesse quadro, em que a soja ocupava posição crítica em relação à balança de pagamentos, é possível entender o tom de ameaça dos sojicultores gaúchos. Embora demonstrada a força econômica da reivindicação política dos sojicultores, é possível, no entanto, interpretar essa ameaça como uma espécie de “jogo de cena”, algo como um blefe, uma vez que toda a estrutura de produção dessa agricultura estava voltada para a soja, e não seria de uma hora para outra que poderiam simplesmente deixar de produzi-la.

Nos anos seguintes a associação entre monocultura e crítica ao governo seria uma constante²². Era o início de um período em que os agricultores identificariam no Estado o objeto central de seu enfrentamento²³.

²² “ Ditadura e monocultura”, título de artigo publicado na revista *Terragente*, 27, março-abril/84:9, ilustra essa associação.

²³ Os posicionamentos da FETAG em relação aos projetos de colonização na Amazônia são ilustrativos dessa mudança de posicionamento em relação ao Estado. Em 1976, em visita à COTRUÍ o então presidente da FETAG declarara-se “... plenamente favorável à implantação do projeto de colonização na Amazônia” (*COTRUIJORNAL*, janeiro/76:7). Já em 1980, no relatório anual da diretoria, a Federação posicionar-se-ia claramente contrária aos projetos de colonização (*FETAG/RS: 30 anos de luta*, 1993:84).

Acompanhando o ressurgimento dos movimentos populares na cena política nacional, os agricultores familiares do Sul do País passavam também a ir às ruas, lutando por terra²⁴, por direitos previdenciários e assistência médico-hospitalar e por política agrícola.

Em todo o Sul os agricultores familiares passavam a participar, a se mobilizar, a reivindicar do Estado, a criticar o governo. É o que podemos perceber nos artigos publicados no periódico da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Rio Grande do Sul, o *Informativo FETAG*:

"... Os preços de comercialização... e as elevadas taxas dos juros bancários para custeio agrícola e investimento liquidaram patrimonial e financeiramente o pequeno produtor. A continuação da participação nas culturas de exportação, com intensiva mecanização, ‘pacote tecnológico’, continuaram gerando o odioso êxodo rural..." (*Informativo FETAG*, dezembro/83:1)

"O modelo agrícola imposto... tem mostrado de modo profundo seus efeitos negativos. Indiscutivelmente as micro e pequenas propriedades foram as principais vítimas desse modelo voraz e concentrador. A descapitalização e o empobrecimento dos pequenos agricultores... Recentemente, no Encontro Anual de Dirigentes Sindicais... foram aprovadas uma série de propostas... 1)orientar e conscientizar os pequenos produtores para que produzam todo o tipo de culturas destinadas a sua subsistência, com excedentes voltados exclusivamente ao mercado de consumo interno; 2)o crédito rural deve ser subsidiado e de fácil acesso, exclusivamente para pequenos e médios produtores que trabalham em regime de economia familiar... 3)assistência técnica para o planejamento e viabilização da propriedade familiar, incentivando, prioritariamente, as culturas de subsistência... 4)participação... da classe trabalhadora rural na formação dos preços mínimos... 5)garantia de preços e de mercado para os

²⁴ Foi também neste período que despontou a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - a primeira grande ocupação, a de Encruzilhada Natalino, ocorreu em 1981 (TAVARES DOS SANTOS, 1993:187).

produtos de consumo... e criação dos mecanismos de comercialização direta do produtor ao consumidor, com apoio e organização dos STRs; 6)as Cooperativas de Produção devem ser pequenas e totalmente controladas pelos próprios associados, com total autonomia²⁵; 7)seguro agrícola... 8)... escolas rurais..." (*Informativo FETAG*, dezembro/84:3)

“... Outrora celeiro do País, o Rio Grande ultimamente tem sido relegado a um segundo plano. Há muito os reclamos de seu povo não mais chegavam aos ouvidos dos órgãos governamentais, que vêm tratando as reivindicações... com total descaso...” (*Informativo FETAG*, setembro/84:2)

Como podemos ver no box a, com respeito aos aspectos relacionados à produção no final dos 70 e início dos 80 pipocavam no estado lutas de caráter regional ou centradas em um produto²⁶.

Box A: breve cronologia das mobilizações dos agricultores gaúchos no início dos 80

²⁵ A crítica às grandes cooperativas é construída no mesmo processo em que se constrói a crítica ao modelo agrícola. Dessa forma, a opinião do sindicalismo a respeito em 1975 era bastante diversa do que seria em 1984: “Os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios da área de ação da Cooperativa Regional Tritícola Serrana Limitada... servem-se da oportunidade desta assembleia geral para manifestar seu apoio e expressar seu aplauso à direção da COTRIUÍ pela maneira como vem conduzindo sua atuação em benefício dos agricultores...” (*COTRIJORNAL*, maio/75:15).

²⁶ Sobre a significância dessas lutas em todo o Sul, ver: FERREIRA (1987), GRZYBOWSKI (1987:38-45) e MEDEIROS (1989:136-9).

1979

- Santa Cruz do Sul, março: mais de mil fumicultores de 30 municípios realizam congresso
- Santa Bárbara: pequenos produtores de soja bloqueiam com máquinas a agência do Banco do Brasil e a prefeitura, reivindicando a prorrogação das dívidas

1980

- Regiões sojicultoras, março: movimento contra o confisco da soja
- Frederico Westphalen, outubro: encontro estadual de suinocultores, discutindo o abate indiscriminado de suínos devido à peste suína africana²⁷
- Todo estado, novembro: suspensão da comercialização do suíno vivo (boicote), com piquetes nas estradas
- Caxias do Sul/Bento Gonçalves: assembléia com 5 mil viticultores, para discussão do cálculo de custo de produção realizado pelos próprios agricultores

1981

- Bento Gonçalves: concentração com 4 mil viticultores, para discussão de novo cálculo de custo de produção, realizado em 10 municípios

1982

- Porto Alegre, março: assembléia reunindo 10 mil produtores de leite de todo estado. Boicote à entrega do produto
- Região vitícola: assembléia com 5 mil produtores de uva, exigindo preço mínimo segundo o cálculo de custo de produção dos agricultores

1983

- Santa Cruz do Sul, junho: 2 mil fumicultores participam do II Congresso do Fumo

1984

- Porto Alegre, agosto: manifestação com participação de 2 mil pequenos agricultores
- Semana da Pátria: boicote geral da venda de toda a produção dos pequenos agricultores
- Porto Alegre, outubro: Grito do Campo. 40 mil pessoas ("pequenos e grandes produtores rurais, cooperativistas e sindicalistas") participaram da concentração convocada pela FECOTRIGO para apresentar um conjunto de reivindicações aos então candidatos à presidência da República, Tancredo Neves e Paulo Maluf (que não compareceu)²⁸

Fontes: BRUNET (1990:16); FETAG/RS: *30 anos de luta* (1993:88-101); *Informativo FETAG*, outubro/84:2.

No início dos 80, tendo como marco a luta contra o confisco da soja, ocorria, então, um revigoramento da ação sindical dos agricultores familiares

²⁷ Sob alegação da peste suína foram promovidos, em larga escala, abates de suínos em todo o Sul do País: "... após ter respondido aos apelos e incentivos do governo para modernizarem a produção e aumentarem sua produtividade, os suinocultores separaram-se com a 'peste suína africana'. Esta doença, colocada em dúvida por muitos técnicos no assunto, levou a problemas como o fechamento do mercado externo para o produto brasileiro, agravando o processo de empobrecimento já em curso entre os suinocultores..." (FERREIRA, 1987:32).

²⁸ Esta mobilização pode ser interpretada como uma resposta política das cooperativas frente ao desgaste decorrente de sucessivos escândalos referentes a casos de fraudes e corrupção, trazidos à tona por seu enorme endividamento (especialmente da CENTRALSUL, pool que reunia diversas grandes cooperativas de grãos), que se tornava público (BRUNET & HACKBART, 1990).

do Sul. Nesse processo de afirmação política, centrado no enfrentamento ao Estado, algumas oposições iam sendo construídas: produção para subsistência e/ou produção de alimentos *versus* monocultura, pequenos *versus* grandes.

"Você já fez o cálculo de quanto dinheiro perdeu de janeiro a junho de 1984 na venda de seu produto?... os agricultores estão preocupados pois estão perdendo o poder aquisitivo, empobrecedo e tendo muitas dificuldades em continuar produzindo. Concluíram que não adianta falar com as autoridades. Por isso, no dia 09 de agosto em Porto Alegre, em sinal de protesto, tomaram as seguintes conclusões: 1)evitar os financiamentos agrícolas; 2)não comprar insumos e máquinas agrícolas; 3)não vender produtos agrícolas durante a semana da pátria, do dia 03 a 07 de setembro de 1984; 4)colocar máquinas na rua, protestar, etc... 5)formar uma comissão para levar adiante a luta. Trabalhador Rural: Vamos pegar juntos... Queremos ser valorizados pelo governo. O agricultor também é gente..." ("Vamos pegar juntos", panfleto, FETAG, 21/08/84)

"Porto Alegre assistiu no dia dois de outubro à maior concentração do setor agrícola do estado, quando cerca de 40 mil agricultores lotaram parte do estádio Beira Rio. 'O Grito do Campo', organizado pela FECOTRIGO, reuniu pequenos e grandes produtores rurais, cooperativistas e sindicalistas, num brado único: a mudança da política econômica brasileira, que está massacrando a população rural e urbana... cabe uma pergunta: o que ficou do Grito? O seu eco ainda repercute intensamente. Contudo, no que se refere à busca de soluções aos problemas dos agricultores, tornando realidade as mudanças propostas, por enquanto nada se efetivou. O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul realizou durante a Semana da Pátria a sua 'Semana de Protesto', o 'Boicote'. Foram cinco dias em que os agricultores deixaram de comprar e vender produtos agropecuários, permanecendo em casa ou no seu Sindicato, discutindo os problemas da categoria... Nossa in-

tenção não é de depreciar o movimento da FECOTRIGO, que, afinal, contou com o apoio dos Sindicatos. O que se pretende é apenas questionar a forma como se dará a continuidade da luta, para que a manifestação renda resultados concretos e não fique só no eco..." (*Informativo FETAG*, outubro/84:2)

"O BOICOTE que os agricultores gaúchos fizeram coincidir com a Semana da Pátria... alcançou os objetivos almejados. O evento foi uma nova forma de protesto encontrada para manifestar o repúdio pela Política Agrícola que vem sendo empregada pelo Governo..." (*Informativo FETAG*, setembro/84:6-8)

Preços baixos, juros altos, culturas para exportação, pacote tecnológico: a modernização e o modelo implantado nos 70 são identificados como vilões da crise do pequeno agricultor. E a culpa é do governo. A resposta apontada pelo sindicalismo rural, refletida no conjunto de propostas aprovadas durante o boicote de 1984, é clara: produção para subsistência²⁹.

"... Algumas propostas surgiram dos agricultores, durante a Semana de Protesto, para continuidade da luta: boicotar a compra e venda de produtos por 30 dias ou por tempo indeterminado; plantar produtos de subsistência e para o mercado interno, não mais para a exportação; venda direta de produtor a consumidor; assistência técnica orientada para a diminuição de insumos modernos e maior utilização de recursos próprios; promover pagamento das dívidas contraídas com financiamentos bancários; promover debates com os políticos, comprometendo-os com a causa do agricultor..." (*Informativo FETAG*, setembro/84:6-8)

²⁹ Já em 1981 se apontava nesse sentido: "... ano de 1981... podemos citar a elaboração de um folheto destinado aos agricultores, alertando-os para que não aumentassem seus compromissos financeiros com empréstimos bancários, que diversificassem a produção como meio de sobrevivência..." (*FETAG/RS: 30 anos de luta*, 1993:89).

Produção para subsistência, mas também produção para mercado interno e comercialização direta do produtor ao consumidor: a produção de alimentos ocupa lugar central entre as propostas do sindicalismo rural.

A defesa da produção para subsistência, como apontado em “olhando pra trás” (a partir da página 14) e como se verá em “a agricultura colonial” (a partir da página 54), tem raízes culturais profundas entre esses agricultores familiares. A construção, pelas lideranças sindicais, da associação entre produção para subsistência e produção de alimentos para o mercado interno - aliada à eliminação dos agentes intermediadores - confere à proposta uma nova dimensão.

Por um lado, está a não negação da relação desses produtores com o mercado. Este é, no período, um ponto de tensão permanente para esse sindicalismo rural: na construção da crítica à monocultura da soja e ao pacote tecnológico a ela associado é construída também a rejeição, por exemplo, à utilização de insumos e de crédito rural... o tom de algumas das propostas lembra algo como o desejo de uma volta ao passado.

A afirmação da produção de alimentos para mercado interno rompe com a idéia de uma pequena propriedade isolada e auto-suficiente - considerada atrasada -, ao mesmo tempo que, afirmando como sua função social a produção de alimentos, diferencia-a da grande propriedade e busca convencer de que é necessária, tentando construir perante a sociedade uma imagem positiva - tal como apontado por CHAMPAGNE (1984) em sua análise de uma manifestação de agricultores em Paris, ocorrida em 1982.

Por outro lado, parece não haver contradições na afirmação simultânea da produção para subsistência - que encontra eco entre os agricultores familiares - e da produção de alimentos para o mercado interno. São reforçados os produtos que, segundo GARCIA JR. (1983:127), têm a propriedade

da alternatividade, isto é: podem ser vendidos ou consumidos diretamente pela família.

A noção de autonomia, resgatada pela proposta de produção para subsistência, está incorporada nas reivindicações dos agricultores, mas é reconstruída a partir do vivenciado, o que leva à não negação da relação com o mercado.

1987: uma luta dos pequenos

O ano de 1985 é marcado pela maior seca ocorrida no Sul do País em cinco décadas (*FETAG/RS: 30 anos de luta*, 1993:101). É o primeiro ano da Nova República, quando iniciam os debates sobre as propostas e candidatos para a Assembléia Nacional Constituinte, que seria eleita no ano seguinte.

1986: Plano Cruzado, congelamento de preços, “inflação zero”. Em julho é lançado pelo governo federal um conjunto de medidas voltadas para a agricultura, o “pacote verde”. As regras estabelecidas nesse “pacote” se propunham a vigorar por três anos. Referente ao crédito rural, ficava estabelecido que “... os juros passariam a ser fixos para o custeio das lavouras, e o investimento iria variar segundo a taxa do mercado dos últimos seis meses...” (BRUNET, 1990:16).

No conjunto de documentos analisados, não há registro de lutas dos agricultores no período 85-86, o que talvez possa ser explicado pelas esperanças depositadas na Nova República e na Constituinte.

Passadas as eleições de novembro/86 o governo lança o “Cruzado II”, onde, entre outras medidas, era descongelada a OTN, que regulava os contratos de crédito rural. Apenas entre fevereiro e março de 1987 a OTN daria um salto de 70%, sendo que continuavam congelados os preços dos produ-

tos agrícolas e a taxa de câmbio. Quando fizeram as contas, os agricultores correram aos sindicatos (BRUNET, 1990:17).

“... Chega de sermos boi de canga da burguesia e do governo da Nova República” (“Documento”, SIR Santo Angelo, 26/2/87)

No início de março, enquanto ocorriam mobilizações nas regiões do Rio Grande do Sul em que era expressiva a presença de sindicatos de trabalhadores rurais ligados à Central Única dos Trabalhadores (Alto Uruguai, 5 de março; Missões, 9 de março), uma delegação desses sindicatos tentava ser recebida pelo governo federal para entregar uma pauta de reivindicações. Não obtiveram êxito (BRUNET, 1990:18).

Em 16 de março, em uma reunião da Secretaria Rural da CUT/RS, com a participação das Secretarias Rurais de três regionais da CUT (Missões, Alto Uruguai e Planalto)³⁰, é elaborada uma pauta de reivindicações e um plano de lutas que seriam apresentados como proposta da CUT para o conjunto do movimento sindical rural gaúcho na Assembléia da FETAG, que se realizaria no dia seguinte.

"Durante a Assembléia Geral realizada no dia 17 de março de 1987... em Porto Alegre, os 400 representantes dos pequenos agricultores decidiram pelo bloqueio aos bancos e rodovias, por tempo indeterminado, a partir de 30 de março, como forma de pressionar o governo para que atenda as reivindicações do setor agrícola... Diante da indefinição da atual política agrícola, principalmente no que se refere à correção monetária, juros altos, preços mínimos que não cobrem os custos de produção e comercialização, os pequenos produtores rurais, para não perderem suas propriedades, reivindicam..." (“Trabalhadores rurais decidem bloquear bancos e rodovias”. *Informativo FETAG*, março/87:5-6)

³⁰ São estas as três regionais da CUT que, juntamente com a Secretaria Rural estadual, assinam o documento que seria apresentado na Assembléia da FETAG.

O relato da Assembléia da FETAG, acima, deixa claro que essa era uma luta dos “pequenos agricultores”, não mais dos “agricultores”. Esse era o tom da proposta da CUT que havia sido aprovada na referida Assembléia³¹:

“... Não podemos deixar que somente os grandes produtores negoiciem com o governo defendendo apenas os seus interesses enquanto permanecemos... esperando...” (documento da CUT, março/87)

Os grandes produtores também se mobilizaram nesse período. A Frente Ampla da Agropecuária fora formada em fevereiro de 1987, convocando manifestações em todo o País e prometendo bloqueio a rodovias para o dia 10 de março. Mas, desta vez, os pequenos agricultores correriam em faixa própria (BRUNET, 1990:17).

“... Nós puxamos para o dia 9 a nossa mobilização. Porque o PUR [Pacto de Unidade Rural, precursor da UDR no Rio Grande do Sul] e a FARSUL estavam convocando, a nível de estado, para o dia

³¹ É importante não omitir que o sindicalismo rural cutista do Rio Grande do Sul não era, então, homogêneo no que diz respeito à política em relação à FETAG. Em 1986 havia sido aprovada no Congresso Estadual da Central a tese da CUT-regional Missões, “Construir a CUT no campo”, que defendia a intervenção da CUT na Federação, propondo sua diferenciação nas propostas e na radicalidade na luta e advertindo quanto aos riscos do isolamento da Central nas lutas dos rurais, que têm por eixo o enfrentamento com o Estado. Embora aprovada pelo conjunto da Central, o que teve como consequência a eleição do Secretário Rural e do Vice-presidente da executiva da CUT/RS da gestão que iniciava, essa política não refletia a visão do setor majoritário do sindicalismo rural cutista, que defendia que a CUT deveria realizar suas próprias lutas e mobilizações, a mesma política implementada pela Secretaria Rural da CUT Nacional. “... Havia duas posições: uma era disputar por dentro e a outra era tocar por fora. O que aconteceu: tocamos por fora, mas também disputamos por dentro da Federação...” (depóimento de um dirigente sindical cutista, in: BRUNET, 1990:18). Essas divergências explicam a existência, no início de março, de uma comissão exclusiva da CUT tentando negociar em Brasília e, no final de março, de outra comissão, da FETAG, com participação (numericamente muito pequena, mas com grande influência nas negociações) de sindicalistas da CUT. Essas divergências explicam, também, a mudança de política ocorrida a partir de 88, quando a CUT deixaria de buscar unidade na luta com a FETAG. Com relação à importância da participação da CUT na comissão da FETAG em 87, é ilustrativo o depoimento de um dirigente sindical cutista: “... lá em Brasília... tinha telefonema aqui de Porto Alegre, da Federação prá lá, dizendo para voltarem porque aqui estavam trancando rodovia, que eram uns loucos, etc. Os caras lá recebiam o telefonema e iam para a comissão falando em voltar... Se não fosse a intervenção da CUT organizada, não teríamos tido este ganho que conseguimos...” (BRUNET, 1990:19).

10... Quando nós bancamos para o dia 9, o pessoal do sindicato rural [patronal]... saltou fora e não quis mais dia 10... Nós pulamos na frente e por isso é que saiu no dia 9, e aí ficamos 9 e 10..." (depoimento de um dirigente de STR cutista, in: BRUNET, 1990:18).

A revogação da cobrança da correção monetária dos financiamentos agrícolas durante o período de vigência do Plano Cruzado (incluindo os empréstimos de emergência referentes à seca ocorrida na safra anterior) era reivindicada, por CUT e FETAG, apenas para os pequenos agricultores.

A proposta “Por Uma Nova Política Agrícola”, contida no documento da CUT apresentado à Assembléia da FETAG, tinha como eixo central a diferenciação entre pequenos, médios e grandes. Ocupava lugar de destaque a exigência do cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária. Seguiam-se reivindicações referentes a preços mínimos, seguro agrícola, assistência técnica, aposentadoria, assistência médica e hospitalar, reconhecimento da profissão de trabalhadora rural e educação rural. Constavam, ainda, posicionamentos referentes ao valor do salário mínimo, pelo não pagamento da dívida externa e contra a privatização do sistema financeiro (documento da CUT, março/87).

O conjunto de propostas da CUT seria - exceto os posicionamentos referentes ao salário mínimo, à dívida externa e ao sistema financeiro, que apontavam para uma perspectiva de não isolamento dos rurais em relação ao conjunto dos trabalhadores³² - incorporado na pauta de reivindicações da FETAG (*Boletim especial*, 2, ARSTRGSR, abril/87).

³² Essas proposições da CUT e sua simultânea não incorporação pela FETAG, aliado ao fato de que nos municípios dos STRs cutistas seriam desenvolvidas atividades conjuntas com os bancários, em greve no período, indicam uma diferenciação de visão entre os agentes CUT e FETAG em relação ao lugar dos agricultores familiares na sociedade: de forma simplista, parte da “classe trabalhadora” ou parte do “setor agrícola”.

Ainda sobre a pauta, dois itens merecem comentários. Primeiro, a incorporação, por ambas as entidades, da reivindicação pelo reconhecimento da profissão de trabalhadora rural reflete um forte processo de organização das agricultoras, que em 1985 (17 de outubro) haviam realizado, em Porto Alegre, com a participação de 10.000 mulheres, o 1º Encontro do Movimento Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais - movimento que seria conhecido como “Movimento das Margaridas”, em referência a Margarida Alves, dirigente sindical paraibana assassinada em 1983 (“12 de agosto: Dia das Margaridas”. *Terragente*, 40, maio-junho/86:10-1).

Segundo, quanto ao destaque dado à exigência do cumprimento do Plano Nacional de Reforma Agrária. O sindicalismo rural cutista formara-se tendo como eixo central da luta no campo a luta pela Reforma Agrária³³, o que já justificaria o peso atribuído à reivindicação. Além disso, nesse período o governo federal apresentara à sociedade o Plano Nacional de Reforma Agrária, um programa relativamente amplo cuja execução parecia estar disposto a debater com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e com a CONTAG.

Mas o ponto central da pauta de reivindicações era mesmo a queda da correção monetária dos financiamentos realizados durante a vigência do Plano Cruzado.

“... O agricultor em 87 foi prá rua... o agricultor foi prá rua salvar o seu couro que estava pendurado no banco...” (4)

³³ Cabe aqui um comentário: até esta luta de 1987 as reivindicações por política agrícola não haviam recebido muita atenção por parte do conjunto do sindicalismo rural cutista. Até então parecia vigorar a antiga dicotomia que atribuía à luta pela Reforma Agrária o *status* de luta política, relegando as lutas por Política Agrícola à categoria de luta econômica. Essa polarização pode ser observada na tese apresentada em 1986 pela CUT regional Missões ao II Congresso estadual da Central. Esta tese atacava essa dicotomia, afirmando o caráter político das lutas por Política Agrícola e sua importância para os pequenos agricultores e propondo sua centralidade para o sindicalismo rural.

Com as mobilizações de março e abril, os pequenos agricultores conquistaram a isenção da correção monetária para empréstimos de valor até Cz\$200.000,00 (“Avaliação das conquistas”, Secretaria Rural da CUT/RS, maio/87). Em julho a Frente Ampla negociaria com Bresser Pereira, já então Ministro da Fazenda em substituição a Dilson Funaro, a isenção da correção monetária para médios e grandes produtores³⁴.

“... O resultado concreto é que nós conseguimos a derrubada dos juros dos colonos. Eu lembro que só em Santo Cristo, que é só pequena propriedade, naquele ano ficaram 100 mil sacos de soja... que não foi pro banco...” (depoimento de um dirigente sindical cutista, in: BRUNET, 1990:19)

Essa luta se diferencia das ocorridas até então por ter sido assumida como apenas dos pequenos agricultores, por ter marcado a intervenção cutista no sindicalismo rural estadual³⁵ e por ter sido marcada pela repressão, efetivada pelo Exército e pela Brigada Militar.

Box B: reportagem publicada na grande imprensa referente às mobilizações de 87

³⁴ Enquanto a medida anterior, que beneficiava apenas aos pequenos agricultores, custara aos cofres públicos 2,5 bilhões de cruzados, a anistia aos grandes produtores custaria 26 bilhões de cruzados aos mesmos cofres públicos (“Em abril, rurais param o Brasil”, panfleto da CUT-Departamento Rural, MST e CPT, 1988).

³⁵ É possível afirmar que até então a oposição às direções que se sucediam na Federação tenha sido realizada através de uma Articulação Sindical (As.), mais ampla e menos homogênea politicamente do que os sindicatos articulados pela CUT, sendo que estes também participavam, não todos e nem sistematicamente, dessa Articulação Sindical.

AGRICULTORES FECHAM BANCOS E ESTRADAS

Protesto, iniciado ontem em todo o estado, é contra a falta de política agrícola e juro alto

Os pequenos produtores rurais do Rio Grande do Sul amanheceram ontem nas portas dos bancos, com caminhões carregados de sacos de milho, arroz, feijão e outras culturas e trazendo também enxadas, arados, máquinas agrícolas e até animais. Desta vez, eles não estavam ali para pagar mais uma parcela do financiamento agrícola ou para tentar alongar o prazo do pagamento de suas dívidas. Este foi o panorama do primeiro dia das manifestações dos pequenos proprietários, que também tomaram ruas de alguns municípios e receberam apoio das prefeituras e comércio em uma dezena deles. Eles ganharam um reforço não esperado há uma semana: a greve dos bancários em todo o estado ajudou bastante a paralisação das agências. Hoje, o movimento será intensificado com o bloqueio de algumas estradas, especialmente nas regiões das Missões, Planalto e Alto Uruguai, onde as manifestações são mais fortes...

Segundo as lideranças da FETAG e da CUT, os produtores estão pagando para trabalhar, "pois se encontram economicamente falidos e tentam resistir à política de preços imposta pelo governo, ao avanço da modernização da agricultura brasileira e à concentração de terra na mão de uns poucos"...

A mobilização começou na madrugada de hoje e será intensificada durante o dia, não tendo prazo para encerrar. Os organizadores explicaram que apenas as ambulâncias conduzindo doentes terão passagem...

ZERO HORA 31/03/87

As dimensões atingidas por essa luta, quando os pequenos agricultores conquistaram a queda da correção monetária reivindicada, bem como a repercussão alcançada, podem ser observadas em trechos selecionados de reportagens de jornais do período, reproduzidos no box b, acima, e no anexo “a luta contra a correção monetária”, a partir da página 170.

“Protestos paralisam 250 mil colonos em todo o estado” (*Zero Hora*, 1º/04/87).

Em 88 e 89 ocorreriam tentativas de reeditar a mobilização de 87. Nesses anos não se repetiria a unidade entre CUT e FETAG (“Rurais: uma avaliação”, Secretaria Rural da CUT/RS, 1988).

Como é possível observar nas citações a seguir, em 88 a FETAG realizaria sozinha uma jornada de lutas, enquanto a CUT, com propostas e calendário

de lutas diferentes dos da FETAG, centralizados a nível nacional, se unia ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e à Comissão Pastoral da Terra.

“... 1988... No dia 28 de março realizou-se em todo o estado o ‘Dia de Alerta’, quando mais de 50 mil trabalhadores e trabalhadoras rurais bloquearam agências bancárias e rodovias, fizeram reuniões em logradouros públicos, demonstrando o estado de aflição e pobreza da categoria e protestando contra os baixos preços dos produtos agrícolas, exagerado valor dos insumos adquiridos e, especialmente, contra as extorsivas taxas de correção monetária incidentes nos empréstimos agrícolas... Como o ‘Dia de Alerta’... não alcançou os resultados almejados, os trabalhadores rurais, em Assembléia convocada pela FETAG, decidiram deflagrar a ‘Marcha do Campo’, quando mais de cinco mil trabalhadores rurais estiveram em Porto Alegre, nos dias 17 e 18 de maio, realizando manifestações, acompanhadas por uma caravana que negociava as propostas do movimento em Brasília... Como o ‘Dia de Alerta’ e a ‘Marcha do Campo’ não tinham sido suficientes para derrubar a condenável correção monetária dos empréstimos agrícolas... decidiu-se buscar a via judicial para procurar evitar essa cobrança considerada injusta...” (*FETAG/RS: 30 anos de luta*, 1993:107-9)

“Os trabalhadores rurais começaram o ano de 1988 numa situação muito pior que a do ano passado... E como se tudo isto não bastasse, tem a seca... prejudicando as lavouras, especialmente as de soja e milho... Continuar assim, nesta miséria, mendigando, não dá mais pé. Pacote vai, pacote vem, promessa vai e promessa vem, os trabalhadores rurais estão sempre na pior... O Governo só funciona na base da pressão. E quanto maior a pressão, maior vai ser a vitória. A CUT, o Movimento Sem Terra e a CPT estão chamando todos os trabalhadores rurais para uma mobilização nacional no final de março e início de abril... se manifestar contra a política agrícola e agrária do Governo e exigir um basta para esta situação. Além de protestar, vão le-

var propostas concretas para o Governo adotar em favor dos agricultores. Uma comissão de lideranças irá a Brasília entregar às autoridades as exigências, que terão o prazo de 31 de março para serem atendidas..." ("Em abril, rurais param o Brasil", panfleto da CUT-Departamento Rural, MST e CPT, 1988)

Em 89 a FETAG, certamente em boa medida devido à não participação dos sindicatos cutistas em suas instâncias de decisão e consequente ausência de pressão contrária às políticas interclassistas, voltava a atuar em conjunto com a FARSUL e a FECOTRIGO:

"... 1989... Os produtores de soja se mobilizaram, exigindo melhores preços de comercialização do produto, fazendo, em 22 de junho, o Dia Nacional de Protesto. Não faltaram no estado o bloqueio de rodovias e agências bancárias... Em Brasília, mais de 1.200 agricultores, coordenados pela FETAG, Federação da Agricultura [FARSUL] e Cooperativas [FECOTRIGO], protestavam e negociavam as propostas dos sojicultores... não foram atendidas e tudo o que se conseguiu foi um reajuste de 12% no preço do produto, obtido em função de uma mini-desvalorização cambial..." (*FETAG/RS: 30 anos de luta*, 1993:112)

Enquanto isso, a CUT elaborava sua proposta de Lei Agrícola e mobilizava suas bases em torno dessa proposta:

"As comemorações desse 25 de julho - Dia do Agricultor - devem ser um marco inicial na longa luta que vamos enfrentar para a aprovação de uma Lei Agrícola que beneficie os trabalhadores... são eles os grandes interessados na aprovação do ante-projeto de Lei Agrícola que está sendo apresentado pela CUT ao Congresso Nacional..." ("Lei Agrícola: o campo vai à luta". *Boletim do DNTR-CUT*, julho/89)

Em 88 e 89 a situação dos agricultores familiares provavelmente não era melhor do que fora em 87 ou nos anos anteriores: não havia atenuantes

no quadro que conformava a crise da agricultura familiar. Entretanto, as mobilizações realizadas nesses anos não repetiriam, nem de longe, a massividade e radicalidade daquela ocorrida em 87, a mais forte realizada até então.

“... Nunca fizemos um manifesto que repercutiu tanto...” (*Boletim especial*, 2, ARSTRGSR, abril/87).

A unidade na luta entre CUT e FETAG certamente contribuiria para a força do movimento, porém não é suficiente para explicar tão ampla adesão dos agricultores familiares. Buscar entender porque 87 foi o que foi pode fornecer algumas pistas a respeito das percepções desses agricultores em relação à crise.

É possível supor que o Plano Cruzado, lançado em fevereiro de 1986, ao propor juros fixos para os financiamentos agrícolas, tenha sido percebido pelos agricultores como a ruptura da relativamente recente lógica de instabilidade trazida pela correção monetária³⁶, presente desde que se iniciara a redução gradual dos subsídios ao crédito rural.

A esperança na Nova República, que para amplos setores da sociedade brasileira representava a linha de chegada de todo um processo de abertura política - que englobara momentos importantes de participação popular, como a Campanha pelas eleições diretas -, lançava raízes no campo: a ausência de correção monetária nos financiamentos agrícolas parecia representar o fim da crise para os agricultores familiares, o fim de um

³⁶ A recorrência, nas pautas de reivindicação de política agrícola, da proposta de conversão dos valores financiados pelo crédito rural em produto - que resultou, recentemente, na incorporação em programas de crédito rural do mecanismo da equivalência-produto - é indicadora de como a correção monetária é, pelos agricultores familiares, associada à instabilidade. Essa instabilidade está relacionada ao fato de a correção monetária não se constituir enquanto uma taxa fixa e por sua evolução independente totalmente da produção dos agricultores.

período de empobrecimento e descapitalização, talvez até a volta de um período cuja face aparente fora a euforia e a fartura³⁷.

Passadas as eleições de novembro de 1986, a correção monetária estava, subitamente, de volta.

“... em 87... ou o agricultor conseguia fazer valer a lei de não pagar a correção, ou ele ia se inviabilizar...” (17)

As consequências econômicas para os agricultores familiares seriam de fato desastrosas, mas não se tratava apenas de questões econômicas.

THOMPSON (1989), analisando os motins de subsistência da Inglaterra do século XVIII, se contrapõe às visões marcadas pelo reducionismo econômico que, ao eliminar as complexidades de motivação, conduta e função da interpretação desses fenômenos sociais, entendem-nos como simples respostas a estímulos econômicos. Afirmando ser possível detectar em quase todas aquelas ações de massa alguma noção legitimizante, explicita que com o conceito de legitimação se refere ao fato de que os homens e mulheres que constituíam a "turba" acreditavam estar defendendo direitos ou costumes tradicionais e, em geral, estavam apoiados pelo amplo consenso da comunidade.

Voltando aos colonos gaúchos, a eliminação da correção monetária do crédito rural trazida pelo Plano Cruzado parecia restabelecer uma ordem

³⁷ É importante lembrar que no material analisado não foram encontrados registros de mobilizações de âmbito estadual entre os agricultores familiares gaúchos no período 85-86. Ainda, é interessante mencionar que em 87 não constam das pautas de reivindicação da CUT ou da FETAG referências diretas à polarização monocultura *versus* produção para subsistência, que até então alicerçara a crítica desses agricultores ao modelo e ao governo. Esta polarização tornaria a aparecer em documento aprovado em Encontro Estadual da FETAG em dezembro de 87: "... A pequena propriedade familiar, por suas características de tamanho de área, pela disponibilidade de mão-de-obra e por sua natural vocação, não pode, em hipótese alguma, ter como atividade principal a prática da monocultura, mas sim a diversificação orientada e projetada para prover a subsistência familiar, aproveitando assim o máximo da unidade produtiva..." ("Projeto de Política Agrícola de viabilização social e econômica da pequena propriedade familiar". FETAG, 1988:4).

das coisas considerada justa, parecia ser uma volta à “normalidade”. A decisão do governo de voltar atrás, restabelecendo a correção monetária - e ainda de forma retroativa ao período de vigência do Plano -, não tinha como ser considerada legítima pelos agricultores.

Não se tratava apenas de perdas econômicas: estavam sendo colocadas em questão a legitimidade e a justiça da medida, estava em jogo a segurança, a capacidade de reprodução social dessa agricultura familiar.

SCOTT (1976:193-4), resgatando o instrumental analítico proposto por Barrington Moore, que propõe como fatores centrais na análise das revoltas camponesas o *timing* das mudanças na vida do campesinato³⁸ e o número de pessoas afetadas simultaneamente, aponta que a repentinidade, o choque, ao contrário da gradualidade da mudança, provocando uma quebra nas regras e costumes aceitos, tende a gerar reações mais explosivas.

“Vamos derrubar a correção monetária ilegal!” (panfleto do SITR Três de Maio, março/87)

A medida que autorizava a cobrança da correção monetária colocava em risco a reprodução social desses agricultores familiares, sim, mas representava também traição às suas esperanças, minando, dessa vez de uma hora para outra, suas perspectivas de futuro. As regras do jogo haviam sido mudadas no meio da partida. A esperança trazida pelo Plano Cruzado cedia lugar à indignação: não havia justiça naquela correção monetária que não havia sido previamente acordada, ela era ilegítima, era considerada ilegal. Os agricultores acreditavam ter o direito de não pagá-la.

Segundo HOBSBAWM (1987:409-10), “um direito é o que é reconhecido como tal”, mesmo quando não está expresso sob a forma da lei, com validade

jurídica, e sim baseado em convicção moral e ideológica. Os direitos, conforme esse autor, “existem nas mentes de homens e mulheres como partes de conjuntos especiais de convicções sobre a natureza da sociedade humana e sobre a ordenação das relações entre os seres humanos dentro dela: um modelo de ordem social e política, um modelo de moralidade e justiça” (HOBBSAWM, 1987:411).

A noção, em 1987, entre os agricultores familiares mobilizados, de que estavam lutando por um direito era forte a ponto de embasar o enfrentamento com as autoridades constituídas:

“... Outro fato foi o juiz de direito que apareceu lá prá prender o presidente do sindicato. E eu estava a uns 50 metros dele. O juiz não me conhecia. Ele trepou numa máquina e queria saber que bagunça era aquela e onde estava o presidente. Daí, um colono, proprietário daquela máquina, mandou ele descer, pois a máquina tinha dono. O juiz se perturbou tanto que acabou esquecendo seu casaco sobre a máquina, tamanho foi o susto... Isto foi nos dias 30 e 31...” (depoimento de um dirigente sindical, in: BRUNET, 1990:19)

Quais eram as convicções que construíam essa noção de direito entre os agricultores? Quais os valores e costumes que julgavam ilegítima a medida? A análise desenvolvida no próximo capítulo contribuirá para a compreensão desses aspectos.

³⁸ Mesmo tendo presente que o campesinato a que se refere o autor é um campesinato tradicional, diferente do campesinato objeto desse trabalho, é possível afirmar que sua análise, aqui comentada, é adequada para compreender o processo em questão.

QUEM É ESSE COLONO?

No capítulo anterior foi composto um quadro da situação da agricultura e das percepções sobre essa situação para o período recente.

O objetivo deste capítulo é, num exercício de volta ao passado, resgatando a história dessa agricultura e desses agricultores, trazer à tona elementos - valores, costumes, cultura - que informam essas percepções, informam as visões dos agentes sobre o presente e o passado, bem como - o que será objeto do próximo capítulo - seus projetos para o futuro. Visualizar as representações fundadoras da legitimidade dos processos em análise.

O título do capítulo, “quem é esse colono?”, talvez traga um certo desconforto. Aparentemente pressupõe uma homogeneidade que, no mínimo, seria simplificadora, para não dizer equivocada.

A utilização da expressão “esse colono” tem por base a análise de SEYFERTH (1992), que, discutindo as representações sobre a identidade camponesa entre os agricultores descendentes de imigrantes europeus do Vale do Itajaí, Santa Catarina, afirma o caráter monolítico que tem entre eles a categoria “colono”.

Nesse sentido, SEYFERTH (1992:82) afirma que “o reconhecimento de um conjunto de categorias diferenciadoras e representativas de um universo

heterogêneo e mutável não diminui a importância dessa identidade [“colonos”] construída por oposição a outras categorias de trabalhadores. As categorias que remetem à diferenciação interna, observáveis na comunidade, contêm o termo colono devidamente adjetivado...”.

Ainda, não ignorando as diferenças existentes entre “Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas” (GINSBURG, 1991:30-1), neste capítulo a preocupação está em mostrar as semelhanças. Isto é, está em questão tentar resgatar do passado alguns dos elementos constitutivos do imaginário social³⁹ regional, conformadores de uma “cultura colona”, e não mostrar como as diferenciações - inclusive as classistas - aí interferem.

Essa opção foi também, em boa medida, condicionada pelas fontes: as entrevistas. O passado aqui retratado nada mais é do que a composição de fragmentos das memórias presentes de um tempo passado, vivenciado diretamente ou não. A idealização do passado, recorrente entre os entrevistados, mascara as diferenciações, certamente existentes.

Não é, então, por descuido que aqui se confundem as falas de diferentes tipos de agricultores, lideranças, técnicos ou empresários; de pessoas de diferentes gerações e gêneros: suas lembranças é que se embaralham⁴⁰. As linguagens podem apresentar distinções, mas os fragmentos destacados a partir do trabalho de organização da memória (POLLAK, 1992), frutos de uma origem comum e da valorização atual de alguns elementos, são muito parecidos.

Este capítulo está dividido em duas partes, dois momentos dessa história.

³⁹ A noção de imaginário social, aqui empregada, aproxima-se da construção de C. CASTORIADIS (1986:13) quando afirma que "o imaginário... não é imagem de. É criação incessante e essencialmente indeterminada (social-histórica e psíquica) de figuras/formas/imagens, a partir das quais somente é possível falar-se de 'alguma coisa'. Aquilo que denominamos 'realidade' e 'racionalidade' são seus produtos".

⁴⁰ Para checar essa afirmação, basta, ao longo da leitura do capítulo, recorrer à lista dos entrevistados (página 157), onde são caracterizados.

Em “a agricultura colonial” temos a história dessa agricultura e desses agricultores no período que antecede à modernização: o processo de colonização (“de onde vem esse colono”?); a consolidação dessa agricultura e a ampliação de sua integração ao mercado (“a agricultura colonial”) e, em “o trabalho e a vida”, a memória de como esse período foi vivenciado.

Em “plante que o governo garante” - frase amplamente utilizada pelo *marketing* estatal do período - são analisados os fatores que propiciaram o processo de modernização da anterior agricultura colonial. “O pessoal começou a arriar as barbas-de-bode”⁴¹ mostra como foram experimentadas as mudanças ocorridas então na agricultura, enquanto que “a família, a comunidade, o dinheiro” busca resgatar como a modernização da agricultura interferiu nas mais diversas instâncias da vida desses agricultores.

A AGRICULTURA COLONIAL

“... antes, por exemplo, numa família, você tinha 10, até 15 pessoas... e ali se produzia feijão, arroz, milho, mandioca, batata doce, abóbora, amendoim, pipoca, vassoura, você produzia soja, trigo, centeio, cevada, você produzia porco, e com ele vinha salame, charque, banha, você produzia gado, e aí vinha leite, manteiga, queijo, requeijão, você produzia galinha, ovos, enfim, não é difícil chegar a uma lista de 25, 30 produtos que a propriedade produzia e armazenava, bom se você entra na área de frutas e verduras, aí é uma gama fantástica, onde conservas, compotas, a própria industrialização desses produtos se dava ou

⁴¹ Esse título (“o pessoal...”) é a expressão utilizada por um dos entrevistados em alusão ao processo de expansão da área cultivada, proporcionada pela mecanização e pela correção dos solos. A barba-de-bode é uma gramínea, vegetação nativa de forte ocorrência nas terras mais planas e mecanizáveis da região, solos de elevada acidez que até então eram pouco aproveitados para o cultivo.

na propriedade ou no máximo na comunidade, que tinha seu moinho colonial, que tinha sua serraria, sua marcenaria, sua ferraria, seu latoeiro, enfim uma comunidade que hoje não tem nem mais uma borracharia prá consertar um pneu furado dos caco véio que tem por aí. Antes tu tinha tudo prá consertar os instrumentos, ou até a fabricação de carroças, arados, trilhadeiras, móveis... toda a reprodução da vida do agricultor se dava ou na propriedade ou no máximo na comunidade, se comprava de fora era alguma matéria-prima na área de ferro, ou sal, açúcar branco, e por aí se parava, e a roupa, que se comprava o tecido e era costurado ali ainda... na comunidade tinha o alfaiate, tinha a sapataria, que fazia sela, fazia calçado, bom, a comunidade era totalmente auto-suficiente, eu ainda consigo me lembrar... me lembro perfeitamente de quando eu tinha lá meus seis, sete anos, antes de 70 ainda, na comunidade onde eu me criei, isso tinha praticamente tudo... já estava no final, mas tinha alguma coisa ainda... vem o trator... e consigo leva, arrasa, enterra com o arado a disco, enterra todas essas coisas..." (4)

de onde vem esse colono?

Seus avós foram os que vieram. Vinham de São Leopoldo, Montenegro, Caí, Lajeado, Estrela, Arroio do Meio, Santa Cruz, Veranópolis. Algumas vezes já com filhos. Alemães e italianos, mas também poloneses, russos, austríacos, suecos... Núcleos coloniais homogêneos ou mistos. Vinham espontaneamente, ou através de companhias colonizadoras, em alguns momentos sob maior controle do governo. Eram as chamadas “colônias novas”.

As primeiras iniciativas no sentido de uma política de imigração por parte do governo brasileiro datam do início do século xix. Mas foi só a partir dos anos 1840/50, quando o fim do tráfico de escravos parecia ser já uma

certeza e a imigração deixava de ter por objetivo principal o povoamento do território, que se intensificou a corrente imigratória (ALVES, 1992).

Enquanto o Brasil, juntamente com Argentina, Estados Unidos e Canadá, constituía-se como pólo de atração das migrações internacionais, os Estados Alemães, Irlanda e Itália eram, pelo profundo processo de transformações econômicas, políticas e sociais que viviam, os principais pólos de expulsão. A fome, a miséria e a instabilidade, geradas pela destruição da ordem social de séculos, faziam com que milhões de pessoas deixassem a Europa em direção ao Novo Mundo⁴².

Até então a economia gaúcha tivera sua formação marcada pela lógica da ocupação militar do território e do abastecimento para o mercado interno do centro do País. A terra fora distribuída através da concessão de sesmarias, onde tropeiros e militares se fixaram e constituíram as estâncias de gado, fornecendo, inicialmente, animais para corte e transporte para as minas de ouro e, depois, com a decadência da mineração, o charque para os escravos e populações de baixa renda das cidades e, ainda, o trigo.

As áreas de campo gaúchas, inclusive as da região Noroeste, parte delas anteriormente povoadas pelas reduções jesuíticas⁴³, haviam sido ocupadas

⁴² Ver “depoimento de um imigrante”, relato de um colonizador de Santa Rosa (a partir da página 161).

⁴³ As missões jesuíticas de origem espanhola instalaram-se em território rio-grandense, fundando reduções - inclusive na zona de Ijuí - entre 1626 e 1640, ano em que os jesuítas se retiraram para a outra margem do Rio Uruguai. A partir de 1682 os padres jesuítas começaram a retornar ao Rio Grande, fundando os chamados Sete Povos (São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Angelo). Economicamente rica e, devido à sua autonomia, considerada como ameaça política pelas monarquias absolutistas de Portugal e Espanha, a zona controlada pela Companhia de Jesus foi colocada em pauta nas discussões do Tratado de Madrid (1750). A "Guerrilha Guaranítica" (1754-1756) foi derrotada pelas tropas luso-castelhanas no combate final de Caiabaté (PESAVENTO, 1980:8-21).

das dessa forma⁴⁴. Restava povoar as áreas de mata, até então consideradas sem valor por não se prestarem à criação de gado.

Os lotes dos imigrantes-colonos no Rio Grande do Sul eram, inicialmente (até 1850) doados pelo governo e, depois, vendidos. Até 1851 o tamanho do lote era de 77 hectares, de 1851 a 1889 de 48,4 hectares e, a partir daí, passaria a ser de 25 hectares (BRUM, 1988:27)⁴⁵. A terra era paga através das colheitas, ou do trabalho na abertura de estradas⁴⁶, ou ainda, conforme FRANTZ (1982:21) através de crédito obtido junto a comerciantes.

Inicialmente os imigrantes ocuparam as áreas de mata do centro-nordeste do estado. Alemães, desde 1824⁴⁷, italianos a partir de 1875. São as chamadas “colônias velhas”. O rápido esgotamento do solo, associado ao contínuo fracionamento da terra, faria com que os descendentes dos primeiros imigrantes-colonos se dirigessem às terras cobertas de mata no norte do estado, ocupando, assim, numa segunda etapa de colonização, a região do Alto Uruguai e o Vale do Rio Ijuí. No Noroeste, dentre

⁴⁴ "... Com a conquista militar das Missões, em pouco tempo se completou a ocupação portuguesa de toda a área de campo do território gaúcho. As estâncias de criação de gado dos Sete Povos das Missões e as demais áreas de campo foram doadas, como recompensa, aos militares ou requeridas por tropeiros paulistas que passaram a fixar-se aqui como estancieiros..." (BRUM, 1988:25).

⁴⁵ "Por colônia, no Rio Grande do Sul, e após em Santa Catarina,... designa-se uma propriedade de terra padrão, destinada pelo governo ou pelas colonizadoras aos imigrantes" (SILVESTRO, 1995:46). SEYFERTH (1992:80) explica que "os imigrantes e seus descendentes adotaram como definidora da sua identidade social uma categoria classificatória que lhes foi atribuída pela administração colonial: para o Estado, eram colonos todos aqueles que recebiam um lote de terras em áreas destinadas à colonização. Trata-se, portanto, de uma categoria administrativa, reflexo da política de colonização, apropriada pelos imigrantes e usada até hoje como identidade básica mais geral dos agricultores de origem européia, sendo dela excluídos aqueles chamados de *caboclos* ou *brasileiros*. Concretamente, colono é a categoria designativa do camponês... e sua marca registrada é a posse de uma *colônia*... a pequena propriedade familiar".

⁴⁶ O entrevistado número 13 faz referência ao trabalho de seus antepassados na abertura de estradas como forma de viabilizar a aquisição do lote de terra.

⁴⁷ "Em Porto Alegre os primeiros imigrantes chegaram no dia 18 de julho de 1824, no bergantim Protetor - uma embarcação ligeira de dois mastros... dias depois, 25 de julho, desembarcavam na chamada Colônia Alemã de São Leopoldo, em homenagem à Imperatriz Dona Leopoldina. Eram todos alemães, num número de 45 pessoas. Este mesmo dia passou a ser conhecido como o Dia do Colono, que é comemorado até hoje em quase todas as

outras, eram fundadas, em 1891 a Colônia de Guarani (LENZ, 1984:13), em 1890 a Colônia de Ijuhy e, em 1915, a Colônia Santa Rosa⁴⁸ (BRUM, 1988:27). São as “colônias novas”, que na região estudada têm seu período de instalação estendido até aproximadamente 1931 (SCHALLENBERGER & HARTMANN, 1981:121).

a agricultura colonial

Várias são as fases que marcam a vida, a organização e o trabalho desses descendentes de imigrantes durante a agricultura colonial. O período de instalação dos núcleos coloniais estende-se até a década de 30. Daí até meados da década de 60 ocorre um processo de crescente integração dessa agricultura colonial ao mercado, especialmente através da produção de suínos. A partir dos 60/70 sua vida é profundamente transformada pelo processo de modernização da agricultura.

A fase de instalação dessas “colônias novas” caracterizou-se pelo desbravamento e fixação das frentes de colonos pioneiros, sedimentando-se sobre uma produção voltada às necessidades básicas da população, alimentos de consumo direto para as pessoas e os animais: feijão, arroz, mandioica, milho, trigo, batata doce, horticultura, fruticultura e, como animais domésticos, suínos e bovinos. Sal, roupas e utensílios eram buscados em mercados distantes, muitas vezes trocados por alguns produtos coloniais.

regiões rurais, não só do Rio Grande do Sul, mas em todo o País...” (“Imigrante: a busca de novas terras”. COTRIJORNAL, julho/77:10).

⁴⁸ Em 1876 ocorreria a separação do primeiro distrito de Santo Angelo, Santa Rosa, que seria colonizado apenas a partir de 1915. Embora várias colônias já houvessem sido criadas anteriormente, a expansão do povoamento na região que, englobando Noroeste e Norte do estado, até os anos 60 era denominada Alto Uruguai, só se daria a partir da criação, pelo Serviço de Terras e de Colonização, de duas colônias: Erechim (1908) e Santa Rosa (LENZ, 1984:10;13).

Referindo-se à pouca valorização comercial da produção colonial nesse primeiro período, alguns autores remetem-se a histórias ouvidas na região, onde se conta que o milho era armazenado em galpões e que, quando se aproximava uma nova safra, o antigo estoque era jogado fora, chegando até a ser utilizado para preencher os atoleiros das estradas (SCHALLENBERGER & HARTMANN, 1981:121-2).

Já em 1937 duas das sete maiores empresas produtoras de banha do Rio Grande do Sul localizavam-se em Santo Angelo e Ijuí (PESAVENTO, 1983:100-10). Em 1928 a Companhia de Cigarros Souza Cruz instalara-se em Santo Angelo (DESER, 1994:20). Iam sendo criadas condições para o transporte da produção: melhoria e ampliação da rede viária e extensão do ramal ferroviário, o que passava a possibilitar a comercialização com mercados mais distantes (SCHALLENBERGER & HARTMANN, 1981:124-5).

Superada a fase de instalação dos núcleos coloniais, a principal atividade agrícola voltada para o mercado era a criação de suínos, que teve seu auge na região de Santa Rosa a partir da segunda metade da década de 50 até meados dos anos 60. Os estabelecimentos industriais existentes eram voltados, principalmente, ao abate de suínos, mas também à fabricação de manteiga⁴⁹, de amido, de óleos vegetais, de farinha de trigo e de trilhaddeiras (SCHALLENBERGER & HARTMANN, 1981:124-5).

“... em Santa Cruz⁵⁰ eles trabalharam também a muque... tinha terra boa, mas tinha que trabalhar tudo a muque, mas as cocheitas deram bem. Depois, quando ficou a terra também mais velha, eles criaram a família, eles foram com os filhos prá cá,

⁴⁹ Registra-se que em 1908 teve início a atividade laticinista em Ijuí (KRUG, 1981:131), vindo a ser intensificada a partir dos anos 40: “... Em 1942 eu tinha apenas duas vacas. Daí veio uma febre para produzir leite. Todo mundo incentivava. Nessa época eu passei a criar 20 vacas e produzia nada mais nada menos do que 25 quilos de manteiga por dia e vendia para um bolicheiro... Depois veio as febres do trigo e da soja. Agora parece que está voltando a febre do leite...” (“Novos caminhos para o leite”. COTRJORNAL, dezembro/77:22-3).

⁵⁰ Município situado em região de “colônia velha”.

aqui nesta região. O meu pai comprou terra ali, depois se casou, começou a trabalhar ali. Enquanto que eu tenho lembrança dele, ele faleceu cedo... eu não tinha bem 3 anos, aí ele faleceu, trabalhou no mato, se machucou, e depois o médico não conseguiu mais salvar ele⁵¹... era aqui nessa Linha ali... aí eu tenho lembrança do meu pai... era feijão preto, que ia pro comércio, e milho e fumo, isso era os principais produtos que nós plantávamos prá vender... fumo, é, em folha, não em corda assim, era em folha. E depois, criar porco, isso também era... mas só não vendia o porco vivo, tinha que carnear, vender a banha, ou a carne. Não tinha frigorífico, isso não tinha, então tinha que se carnear o porco em casa e então prá levar a carne ou a banha no comércio... mas era pequeno o comércio ainda... às vezes ia um pouquinho mais prá longe, a gente procurava vender onde conseguia o negócio de vender, não é?” (16)

o trabalho e a vida

Esta parte do trabalho é dedicada à composição, a partir das entrevistas, do que se poderia chamar, em relação ao período da agricultura colonial, de memória coletiva.

A memória, adverte POLLAK (1992:201), “parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa”, mas “deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes”.

Esse autor explica, ainda, que a memória é seletiva: nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado. “A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações

⁵¹ Em várias das entrevistas há menção ao falecimento precoce de antepassados homens, o que pode nos indicar as dificuldades que enfrentaram os primeiros colonos.

que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada... sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído" (POLLAK, 1992:203-4).

Quando se referem ao período anterior à modernização da agricultura, é recorrente, entre as diversas pessoas entrevistadas, um tom de nostalgia, de saudades de um tempo que foi bom... talvez a manifestação de um sentimento do tipo "eu era feliz e não sabia", muitas vezes, dada a situação geracional de boa parte dos entrevistados, associada ao período da infância e adolescência.

Mesmo o trabalho duro é lembrado com alegria, sendo destacado o aspecto do trabalho coletivo, "em turma". Os conflitos são, via de regra, omitidos: apenas um dos entrevistados (número 10) menciona desconfiança em relação aos comerciantes que, no período, compravam a produção dos colonos.

Seleção, omissão, idealização: memória construída. A forma como o passado é lembrado e contado, os temas que são valorizados e as imagens associadas a um determinado período indicam as percepções sobre a realidade posterior e sobre a realidade presente. A memória daquela época é construída, organizada, à luz das vivências posteriores e das leituras que são realizadas do momento presente.

Se à monocultura/modernização é atribuída a situação presente de crise desses agricultores, o período anterior a ela será, em um processo de construção de identidade e afirmação de uma correspondente "cultura colonial", resgatado de maneira idealizada.

É o que se poderá ver, mais adiante, em “a família, a comunidade, o dinheiro” (a partir da página 81), quando os entrevistados destacam, sempre em comparação negativa em relação ao período anterior, as mudanças ocorridas em suas vidas a partir da modernização da agricultura. É o que se pode perceber a seguir.

Famílias grandes: oito, dez, doze, dezesseis irmãos. “*Para uma boa família cristã, no mínimo sete filhos*” (18)⁵².

O trabalho duro, a muque, a cangote de boi. Descanso, só com chuva. “*Na roça, em época de férias*⁵³ ia uma turma! Às vezes da manhã até o escurecer, direto. Quando se ficava lá na hora do meio-dia, alguém trazia a comida” (10).

“*Na volta da roça, levar o pasto. E então tratar os porcos, tirar o leite, tudo no escuro, umas duas horas de trabalho ainda, no escuro*” (10). Todo mundo no trabalho: homens e mulheres. As crianças, desde bem pequenas já ajudavam.

“*Tudo o que se comia se produzia*” (15). O serviço era muito: “*uma família de doze, quatorze irmãos tinha que ter bastante comida*” (8).

O trabalho era duro, mas “*tudo dava bem*” (16). “*Tinha uma boa produção porque sempre tinha terra nova, tinha bastante terra abandonada*” (19), sem ser cultivada. Novas áreas de terra sempre, “*quase cada ano derrubava um pouquinho de mato*” (19).

⁵² São várias, nas entrevistas e conversas com pessoas mais antigas, especialmente mulheres, as referências às pressões que o padre fazia no sentido de um grande número de filhos.

⁵³ Férias escolares, quando as crianças e jovens que estudavam não tinham aulas e participavam mais intensamente nos trabalhos da lavoura.

Muita mandioca e milho, para tratar os porcos. Feijão para vender, em alguns casos fumo, e quase sempre porco... “é do dinheiro da venda do porco que saía a terra pros filhos” (10).

“Metade da roça era mandioca. O porco era tratado basicamente com mandioca e milho. Dentro da mandioca se plantava milho, e dentro do milho puro se plantava soja, tudo em função do porco” (10). Essa região foi a maior produtora de suínos do estado.

“Nos primeiros tempos, o suíno era abatido na propriedade, o toicinho era fervido em panelões, a fogo direto, e depois armazenado em tanques de chapa galvanizada, ou em tambores” (13). Era comercializado através dos comerciantes do interior, que reuniam, levavam até a estação da estrada de ferro, onde era embarcado com destino aos mercados consumidores.

“A carne não tinha valor nenhum, era ou recozida para dar pros próprios animais, ou distribuída entre a vizinhança, e a própria família se abastecia das carnes... não tinha valor comercial nenhum” (13). Isto durou até praticamente o início dos anos 50, “por aí ainda se trabalhava nesse sistema de industrialização do suíno” (13).

Depois, quando a estrada já era um pouco melhor, “ia porco vivo da região prá São Paulo, ia muito porco prá São Paulo e Minas Gerais naquela época. A banha era a gordura utilizada na época, praticamente em todos os lares, por todas as famílias... quase não existiam os óleos vegetais no País” (13).

“Iam entre dois. Levavam uma semana na estrada. Alugavam um cheirão na beira da estrada, onde descarregavam o porco, davam comida e água, depois embarcavam de novo. Muito porco chegava morto lá, mas mesmo assim dava muito dinheiro!” (8).

“O colono forte⁵⁴ era o colono que tinha porco. Esses também eram o banco dos outros colonos... Colono forte criador de porco era o que tinha quatro, cinco criadeiras” (10).

Os filhos, um atrás do outro se casavam, e os pais compravam a terra... “um vizinho ajudava, um compadre ajudava, o sogro ajudava... Tinha dinheiro prá emprestar quem tinha mais sorte com o porco. Isso era uma coisa natural, os pais ajudavam, ou então os pais ajudavam a emprestar dinheiro, iam junto com o filho emprestar dinheiro... assumiam junto, isso era uma coisa natural” (10). As dívidas, quase sempre só prá compra de terra.

“A maioria não tinha casa, era só galpão, lavava o chão uma vez por semana e pronto, não tinha aquele negócio de ter muito trabalho, nem ter despesa” (8).

“Quem ficava morando com os pais quase sempre já tinha a terra no nome” (10). Muitas vezes era o filho homem mais novo. “Se ele não se dava bem com os pais, ou a mulher dele não se adaptava⁵⁵, ficava outro filho, ou filha” (10).

Do trabalho da família saía também o dinheiro para o estudo de alguns desses filhos, que muitas vezes deixavam a colônia, às vezes tornando-se padres ou freiras.

“O porco, tinha ciclos. Em julho, por exemplo, quando entrava o milho novo... o pessoal deixava o porco no chiqueiro durante o verão, ficava com ele 10 meses, um ano, e aí botava na engorda. Todo mundo botava na engorda” (8).

⁵⁴ Como no estudo de SEYFERTH (1992) sobre os colonos do Vale do Itajaí, Santa Catarina, as categorias “colono forte” e “colono fraco” são comumente empregadas pelos agricultores familiares descendentes de imigrantes quando se referem à diferenciação interna existente entre eles.

⁵⁵ É possível, conhecendo algumas famílias de agricultores, perceber que são muito frequentes as dificuldades de convivência entre noras e sogras.

da quando tinha milho, e aí dava aquela superprodução de porco. Aí o preço ia lá embaixo, metade, ou nem isso, do valor anterior ou posterior. Depois, em novembro, as altas de novo... aquilo era cíclico, sempre altos e baixos, todos os anos” (10).

Mas “não era uma crise que afetava tanto, todo mundo tinha reserva em casa, e não tinha dívidas. Todo mundo tinha o seu paiol com milho, tinha o seu soja em casa, que era uma poupança”. Então “não era aquela aflição” (10).

Na comunidade, a escola, onde as crianças aprendiam português. A escola, “cada família pagava, cada mês ou cada ano, um pouquinho pro professor” (8). O professor era mantido pela própria comunidade.

Na comunidade, o culto, o jogo de baralho, a bocha, o schnaps (“trago”). “Tudo se comprava e se vendia ali mesmo, no comércio, o bolichão, sempre aberto” (10). Mais tarde na Cooperativa. Se comprava pouco, se comia o que se produzia.

“Tudo se pegava no bolicho, tudo, desde roupa, comida... o rancho, tudo era comprado lá. O bolicheiro pegava o porco, e ia anotando. Quando tinha uma venda do porco, aí se abatia, descontava toda a dívida que tinha. Descontava tudo o que se devia do porco, e aí ficava de novo parado tanto dinheiro, era quase que nem um banco aquele comércio... e aí começava a pegar de novo” (17).

“Como se gastava todo aquele dinheiro do porco se era tão pouco o que se comprava? O pessoal trabalhava feito mula de carga... e deixava o dinheiro desaparecer” (10).

Depois as cooperativas, que também compravam o porco, e onde também se abastecia do necessário para o consumo da família. “Cada poucas co-

munidades, quando não cada comunidade, tinha sua cooperativa⁵⁶, que era administrada pelos próprios colonos, com toda a honestidade” (10). “Eram estruturadas em cima da diversificação que existia” (4).

“Pão de trigo, só no sábado, depois de dar banho na criançada toda. E era uma festa! Cuca e bolacha, só nas festas importantes: kerb, Natal ou Páscoa... ou quando era aniversário” (15).

“O primeiro sapato, só na comunhão solene. Na comunidade todo mundo ia pé descalço, mesmo nos fins de semana” (8). “Duas mudas de roupa por ano, uma prá domingueira” (5). Alguma ferramenta, algum implemento, fabricados ali mesmo, na comunidade. Sal, querosene... se gastava pouco.

Sempre a vaquinha de leite, mas só mais tarde se começaria a vender a nata, “recolhida a cada terça-feira pela Laticínios Mayer” (10). Mais tarde ainda se começaria a vender o leite. “Antes se tomava muito leite, aí o pessoal passou a vender o leite e a tomar café. Era muita fofoca, o pessoal achava que era uma injustiça vender o leite⁵⁷” (15). “Começaram a recolher leite de meio litro, tinha meio litro de leite, parava a Toyota e carregava meio litro de leite, meio litro era anotado no cartão, dez e meio, oito e meio, seis e meio... meio litro contava” (10). “Mas isso já foi quando se comprava mais coisas no mercado” (15).

⁵⁶ CORADINI (1982:54-5) aponta que a associação em cooperativas nas colônias de imigrantes “... tinha um caráter de defesa da remuneração do trabalho familiar frente ao comércio e à indústria de transformações”. Consta que existiam na região de Santa Rosa 27 pequenas cooperativas mistas (BÜTTENBENDER, 1993:33). No Rio Grande do Sul existiam, em 1953, cerca de 440 cooperativas de diversos tipos, com um total de 137.244 associados (CORADINI, 1982:55).

⁵⁷ Nessa agricultura familiar a produção de leite sempre foi associada ao auto-consumo da família, à subsistência. A passagem para uma produção também mercantil desse produto, voltado até então estritamente para a subsistência, aparece em dois depoimentos (entrevisados número 10 e 15) como marcada por reações negativas entre os agricultores quanto à legitimidade dessa mercantilização. A associação entre leite e subsistência pode também ser percebida através do fato de, entre esses agricultores familiares descendentes de imigrantes, serem costumeiramente as mulheres, aquelas dentre os membros da família que respondem pelo provisionamento alimentar, as responsáveis pela produção de leite. Ver: R. MENASCHE(1995a); G.ROGEL GOMEZ & M.C.IÓRIO(1991); e também nota 108, na página 110.

Se gastava pouco, mas se trocava muito. Serviços e produtos, entre vizinhos e parentes. “*Se uma família tinha um engenho, toda a comunidade vinha moer a cana lá*” (18). “*O primeiro lampião a gás, a vizinhança toda veio ver*” (15).

O passeio era a visita, a pé ou de carroça. “*Meia tarde o pai puxava os bois, e íamos passear com a carroça, e como isso era bonito! Voltava já era meia-noite...*” (15).

“*Vieram as cooperativas tritícolas, as cotri*” (4). Nas pequenas cooperativas, “*passou a existir o gerente, e os diretores agora queriam salários altos*”(14). “*Os colonos iam perdendo o controle*” (4).

“*Antes as cooperativas eram isentas, não recolhiam impostos. Isso dava 15% de diferença pros colonos. Aí entraram com o imposto, e as pequenas cooperativas não tinham capital de giro, porque eram poucos sócios. O que entrava era colocado no estoque, então tinha estoque demais... aí entrou o imposto e não tinha como girar o dinheiro, o capital estava na mercadoria. Então os comerciantes aproveitaram: a Cooperativa não podia vender sem nota, e o comércio largava muito sem nota*” (14). “*As pequenas cooperativas foram quebrando, foram sendo engolidas pelas cotri*”⁵⁸ (4).

“*Com o correr dos anos ia caindo a produção, tanto de milho como de feijão preto. De exportadora de feijão preto a região passava a importadora... não produzia mais. A terra foi ficando fraca*” (13).

As terras na região já estavam ocupadas, o tamanho das propriedades se reduzia devido às partilhas por herança.

⁵⁸ Em 1964 o número de cooperativas gaúchas tinha se reduzido à metade. “Na opinião do diretor executivo da Organização das Cooperativas do Rio Grande do Sul... existiam no estado, antes de 1964, mais de mil organizações do gênero... segundo ele foi a lei que tirou das cooperativas a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias... que, agindo seletivamente, acabou reduzindo-as a 515. As que ficaram, diz ele, acabaram se constituindo

“Começou um êxodo muito grande, que foi colonizar o Oeste Catarinense, o Norte do Paraná. Não só os jovens, mas famílias inteiras partiam em busca de novas terras, mais férteis. Formavam-se filas de caminhões levando mudanças prá Santa Catarina e Paraná, esperando na barca do Rio Uruguai prá poder passar⁵⁹. Havia uma preocupação muito grande, se dizia que só ficariam os velhos e as terras cansadas” (13).

“... sei que meu pai plantava soja desde que eu me conheço por gente... Só que todo mundo ficava com o soja em casa, muito pouca gente vendia o soja... era uma poupança que ele tinha, uma reserva... meu pai sempre vendia a sobra... na boca da outra safra, vendia sempre, mas tratava a maior parte pros porcos. Quando começou a recuperação da terra... o pessoal começou a botar calcário, começou a colher... quantia muito maior, começaram também a vender... era o gostinho assim de vender, aí tu não vendia mais a sobra, tu ficava com a sobra em casa.” (10)

A MODERNIZAÇÃO

“plante que o governo garante”

“o soja... não tinha comércio prá isso, então a gente procurava experimentar prá tratar prá criação... se usava ele em casa ainda, mas depois o comércio começou a crescer, e então descobriram o valor da soja... aí então deu prá vender pro comércio...

depois em grandes empresas...” (“Cooperativismo está mais forte”. *COTRUJORNAL*, agosto/74:13).

⁵⁹ De 1960 a 1970 saíram do meio rural gaúcho cerca de 541 mil pessoas, sendo que dois terços destas pessoas dirigiram-se a outro meio rural (“A busca da segurança”. *COTRUJORNAL*, agosto/74:5).

Era uns anos que nós trabalhava com a soja mais a muque também, não tinha máquina... a gente colhia com os cavalos, ali então, igual como a gente trilhava o feijão preto... mas depois então começaram a construir máquina, ali devagarzinho vieram as máquinas... depois, quando veio... o mundo mais moderno... ali então veio a automotriz, todas essas máquinas, mas antes era só trilhadeira..." (16)

"... a mãe contava que... quando chegaram a distribuir os primeiros grãos de soja, que era o tal do produto que iria valer mesmo dali pra diante, todo mundo se preocupava em reproduzir aqueles poucos grãos... aí depois já se entrou com as máquinas, com todo o processo de desmatamento..." (9)

Em 1950 apenas três micro-regiões englobavam 93,6% da lavoura gaúcha de soja⁶⁰: Colonial de Santa Rosa (77,9%), Colonial das Missões (12,6%) e Colonial de Ijuí (3,1%), formando a chamada “frente de expansão” da cultura. Nesse centro produtor da soja inicialmente a cultura serviu, em Santa Rosa, como suporte à produção de suínos (alimentação na forma de forragem e grãos). Depois, nas Missões e em Ijuí, a soja foi implantada associada à triticultura⁶¹ (CONCEIÇÃO, 1984).

Até 1968 a produção de soja do estado se concentrava nessa região de “frente de expansão”⁶². A partir desse ano tem início o “ciclo expansionista” da cultura, que se estende até 1975⁶³. Nesse período ocorre a expansão

⁶⁰ A cultura da soja foi introduzida no Brasil, em 1908, por imigrantes japoneses que se fixaram em São Paulo. No Rio Grande do Sul, foi introduzida seis anos mais tarde, onde permaneceu sem expressão econômica até 1947, quando teve início o primeiro surto de sua comercialização (em 1947 iniciaram os embarques do produto para a Europa, que atravessava séria crise na produção de óleos e gorduras vegetais) (CONCEIÇÃO, 1984).

⁶¹ Em 1975, das dez micro-regiões em que era predominante a soja, apenas na Colonial de Santa Rosa este cultivo nunca fora acompanhado pela predominância do trigo (CONCEIÇÃO, 1984), cultura responsável pela mecanização das regiões de campo do Rio Grande do Sul, implantada de forma intensiva a partir da década de 50.

⁶² Já em meados de 1950 ocorre o estabelecimento de indústrias esmagadoras na região de Santa Rosa (CONCEIÇÃO, 1984).

⁶³ Quanto à importância da produção de soja do Noroeste do Rio Grande do Sul, como “região tradicional” de cultivo, ocorre em relação ao estado o mesmo que acontece com o es-

generalizada da soja no estado, bem como no Paraná e em São Paulo (CONCEIÇÃO, 1984).

“... aqui na região dá prá dividir a história da agricultura em duas etapas: uma é antes do boom da soja e outra depois.” (6)

Essa expansão da produção brasileira de soja a partir do final da década de 60 é atribuída à combinação de uma série de fatores. CORADINI (1982:30) aponta como decisivos “a crescente internacionalização da economia da soja - conjugado com o fato de a soja brasileira ser colhida na entressafra dos maiores produtores mundiais; a política brasileira de incentivo à sua produção e exportação; a consolidação da indústria de processamento e da agroindústria em geral; o baixo custo da força de trabalho e da terra, comparativamente aos maiores produtores mundiais, e, no caso das regiões produtoras de trigo, a complementaridade existente ao nível da produção (insumos, tecnologia, sazonalidade), comercialização (ocupando praticamente a mesma estrutura montada para o trigo, como as cooperativas) e da política de incentivos a esses dois produtos”. Além de vários dos fatores já mencionados, SOUSA(1990) cita como importantes a existência de variedades de soja originárias do centro-sul dos Estados Unidos e a geração de tecnologias, enquanto que CONCEIÇÃO(1984) afirma ser o crédito rural subsidiado o principal fator dentre os que contribuíram para a expansão da soja até 1975.

“... foi naqueles anos que ‘plante que o governo garante’... que entrou mais o soja...” (21)

tado em relação ao País: à medida que se expande o cultivo da cultura, cai sua participação, pois a taxa de crescimento da produção é maior nas “regiões de expansão”. Assim, em 1970 a região Colonial de Santa Rosa era responsável por 25,96% de toda área cultivada com soja no Rio Grande do Sul, sendo que no estado se concentrava, naquele ano, 66,06% de toda área cultivada com soja do País. Em 1980 o estado passava a responder por 42,89% da área brasileira cultivada com soja, enquanto que na Colonial de Santa Rosa localizava-se 11,64% da área cultivada com a cultura no estado (IBGE, 1984; CONCEIÇÃO, 1984:99-101; FURSTENAU, 1988:94).

“... na época de 70 o pai conta que o preço da soja era bom, tinha financiamento... e que foi uma época marcada como a era de ouro da soja...” (7)

Foi grande o crescimento da produção brasileira de soja no período 1966-75: enquanto a produção mundial crescia 1,60 vez no período, a produção brasileira multiplicava-se 9,28 vezes, passando a representar, em 1976, 17,6% do total das divisas das exportações brasileiras⁶⁴ (CORADINI, 1982:31).

“... Então começou a modernização da agricultura... aqui pro interior ela chegou, assim prá nós sentir, chegou 65 por ali... aí mudou, por exemplo... das terras fracas que tinha, aí se começou a pensar... alguém falou que dava prá recuperar essas terras com calcário, adubo, com corretivo, aí também tinha oferta de bom financiamento... oferta de bom financiamento prá conseguir o calcário, e era uma experiência assim bastante nova, ninguém tinha conhecimento, mas o pessoal assim foi entrando, assim facilmente, por causa do bom financiamento. E uns desistiram, é claro, daí começou a alguns... abrir capoeirão assim, que estava parado, a terra sem produzir, mal conservada, fraquíssima, sabe, e aí, colocando esse calcário, nessas terras vermelhas principalmente, as terras de pedregulho era mais difícil (mas essas também não estavam tão fracas), mas a terra vermelha, ali onde eu participei... era realmente terrível... não foi assim tudo de uma vez, mas alguns foram fazendo, e os outros foram vendendo, e aí, de repente... quando viram que deu resultado... eu sei que nós entramos em 68 mais ou menos, a primeira vez... embora que a nossa terra na época já não era tão fraca, porque o pai tinha se preocupado um pouco em conservar a terra... Aí foi começando a entrar o calcário, a produção foi aumentando, aí foi entrando o soja mesmo... em cima da recuperação... foi colocado o soja. E aí a grande produção do soja começou ali, então, praticamente depois dos anos 70 que deu grande produção,

⁶⁴ No mesmo ano a soja representava 62,76% do total das exportações do Rio Grande do Sul (CORADINI, 1982:31).

por ali ainda... a gente recuperava a terra, plantava o soja e cortava ele a mão, entravam as primeiras máquinas prá trilhar... primeiras não, já tinha, mas era assim uma máquina numa comunidade, duas máquinas... trator tinha um que outro assim... não tinha trator assim prá cultivar a roça, o cara tinha, por acaso tinha um trator, ou porque tinha uma olaria... uma coisa assim... olha, os primeiros tratores ali na vila, na comunidade ali, acho que foi... já passou de 70 quando entrou os primeiros tratores ali, que foi comprado aqui mesmo... e foi das primeiras comunidades... do interior de Santo Cristo... porque aqui é a terra vermelha, muitas comunidades não têm..." (19)

Esse processo de expansão da soja ocorreu inserido no processo de modernização da agricultura brasileira, analisado, entre outros, por MARTINE & BESKOW(1987), que apontam que, nesse processo, a agricultura “passou a ser incorporada mais estritamente ao processo de acumulação capitalista”, através do surgimento do “complexo agroindustrial, com o capital industrial e financeiro encontrando novas formas de realização dentro da agricultura”. Nesse contexto, os autores mencionados destacam que, ao mesmo tempo em que continua a exercer sua função tradicional como fator de equilíbrio na balança de pagamentos, a agricultura passa a cumprir o papel de produção de matérias-primas e alimentos, com destaque para as culturas “dinâmicas”, destinadas à exportação e/ou à agroindústria, capazes de, cumprindo assim mais uma função, gerar demanda por máquinas e insumos.

“... o pai tinha já a trilhadeira... eles iam colher... pros outros, era uma das primeiras máquinas que tinha entrado, e daí começou a ter mais soja, mais soja...” (17)

A soja foi o “carro chefe” dessa modernização da agricultura brasileira, sendo que foi no Rio Grande do Sul que a cultura primeiro se desenvolveu. FURSTENAU (1988:79), tomando como indicador do grau de moderniza-

ção da agricultura a mecanização agrícola, mostra que, enquanto em 1970 contavam-se, no Brasil, 1.773 hectares de área total para cada trator, no Rio Grande do Sul esse número era de 596 hectares por trator. Já em 1980, no estado eram apenas 200 hectares de área total por trator, enquanto no País reduzia-se para 669 hectares por trator⁶⁵.

"... com a monocultura da soja e do trigo desenvolveu-se o parque industrial, também para atender essa demanda... daí a presença na região das duas principais indústrias de máquinas agrícolas em termos de colheitadeiras, a antiga Ideal, hoje Maxion-Iochpe, e a SLC, produzindo... aproximadamente 75% das colheitadeiras da América Latina... à época do subsídio... até mesmo o pequeno produtor comprava máquinas grandes, máquinas pesadas que nem mesmo tinha necessidade..." (12)

A região Colonial de Santa Rosa é caracterizada pela predominância de minifúndios, sendo que a área média dos estabelecimentos rurais era, em 1980, de 14,43 hectares⁶⁶ (IBGE, 1984). O município de Santa Rosa é considerado o “berço nacional da soja”⁶⁷.

Como afirma CORADINI (1981), não é, então, “nos estabelecimentos maiores quanto à área que se desenvolveu a moderna produção de trigo e soja integrada às esferas de capital industrial e às políticas estatais”⁶⁸. Observando os dados referentes às “Principais Microrregiões Produtoras de Trigo e Efetivo de Tratores na Triticultura no Rio Grande do Sul - 1970”

⁶⁵ Note-se que apenas em 1980 o País atinge índice de mecanização semelhante ao que o Rio Grande do Sul possuía na década anterior.

⁶⁶ Ver “alguns dados sobre a região” (a partir da página 172), onde consta a distribuição regional dos estabelecimentos por estratos de área.

⁶⁷ Desde 1966 realiza-se no município a Festa Nacional da Soja (FENASOJA). No material de divulgação da 1ª Festa Nacional da Soja (1966:27) é dado destaque à grande produção de soja da região (estimada em cinco milhões e duzentas mil sacas de 60 kg, de um total de sete e meio milhões do estado), motivo, segundo o documento, do título de “Capital da Soja” atribuído à cidade. Ainda hoje pode-se ler na fachada do prédio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município a inscrição: “Santa Rosa - Berço Nacional da Soja”.

⁶⁸ Sobre a “recriação” da agricultura familiar no processo de valorização do capital, ver MOREIRA (1987).

(FEE, 1982:62) temos que enquanto, naquele ano, a área cultivada com trigo por trator no estado era de 60 hectares, na região Colonial de Santa Rosa havia um trator para apenas cada 41 hectares de lavoura de trigo, o que indica um grau de modernização bastante acentuado da agricultura regional⁶⁹.

"... a coisa foi fácil demais, o dinheiro foi atirado assim..." (14)

"... era dado esse dinheiro..." (25)

Considerado como o principal fator responsável pela expansão da cultura “moderna” de soja, o crédito rural subsidiado expandiu-se, a partir de 1967⁷⁰, a um ritmo muito maior que a produção agrícola, tendo sido sua distribuição altamente concentrada nas regiões Sudeste e Sul, em alguns produtos específicos - especialmente café, soja, cana-de-açúcar e trigo - e nas mãos de poucos agricultores (MARTINE & BESKOW, 1987). O Rio Grande do Sul foi, na década de 70, o segundo estado mais beneficiado em termos de volume de recursos destinados ao crédito rural - o primeiro foi São Paulo -, sendo que cerca de 40% dos recursos para custeio aplicados no estado destinavam-se à cultura da soja (FURSTENAU, 1988).

Citando estudo realizado por Guedes Pinto⁷¹, FURSTENAU (1988:57-9) mostra que aquele autor estima que a nível de País apenas 20 a 24% do universo de estabelecimentos agropecuários eram, em 1975, atingidos pelo Sistema Nacional de Crédito Rural. Aplicando para o Rio Grande do Sul a mesma metodologia, a autora, também analisando os dados referentes a

⁶⁹ Em 1970, as áreas cultivadas com trigo e com soja no estado eram equivalentes (IBGE, 1984), relação que, devido às seguidas frustrações de safra, não seria mantida ao longo da década - em 1978 a área plantada de trigo no Noroeste do Rio Grande do Sul estaria reduzida a aproximadamente a metade da área cultivada com soja (“Diversificar é preciso”. COTRJORNAL, março/78:6-8).

⁷⁰ O Sistema Nacional de Crédito Rural foi constituído em 1965 (DELGADO, 1985:20).

⁷¹ Luis Carlos Guedes Pinto. (1981), *Notas sobre a Política de Crédito Rural*. Campinas, UNICAMP.

1975, conclui que no estado, embora também ocorrendo concentração, a fatia de estabelecimentos atingidos pelo crédito foi relativamente bem mais expressiva do que no conjunto do País (267.488 contratos para 471.622 estabelecimentos).

“... em Santo Cristo... custeios... nós fazíamos 1.000, 1.500 a 2.000⁷² num ano... no início dos anos 80, 79... por aí, agora nós não fizemos 100 o ano inteiro... todo mundo levava o crédito, todo mundo ganhava... hoje é diferente... Não se calculava a capacidade de pagamento, ou se calculava e, se não dava, ajeitava... só prá poder financiar...” (20)

“... os primeiros casos de banco, que eu me lembro... meu pai comprou uma trilhadeira financiada, sei que os caras ficavam um dia inteiro na fila do banco, voltaram tarde prá casa, e era muito de cima... qualquer bancário tratava o colono lá do alto do seu pedestal, o colono tava lá em baixo, chegava todo tremelico quando tinha que conversar com o bancário, já não tinha mais nem voz direito, assinar, então, era uma luta... era muito exigente... na concessão de financiamentos... tinha dinheiro à vontade, só que muito poucos tinham acesso a esse dinheiro, muito poucos buscavam esse dinheiro, e desses ainda que buscavam, muitos não conseguiam. Eu sei que prá tirar um financiamento... os financiamentos ficavam meses às vezes encalhados até sair, quando o juro era subsidiado... tinha uns caras que eram conhecidos assim, tantas vezes que iam no Banco do Brasil, em Santa Rosa⁷³... eles entravam direto na sala do gerente sem bater, só que um simples colono entrar na sala do gerente... era impensável.” (10)

Facilitando a obtenção de crédito por parte dos pequenos agricultores e, através das atividades de assistência técnica e comunicação, promovendo

⁷² Segundo o IBGE (1984), existiam, em 1980, 2.730 estabelecimentos no município de Santo Cristo.

a adoção do pacote tecnológico, a ação das grandes cooperativas cumpriu, devido à sua capilaridade, papel fundamental na incorporação desses agricultores ao processo de modernização da agricultura⁷⁴. FRANTZ (1982:120-9) aponta a Lei 5.764, de dezembro de 1971, como o marco da “adequação do cooperativismo às novas necessidades de expansão do capital na agricultura”⁷⁵, destacando, ainda, o fato de, a partir de 1968/69, as cooperativas terem passado a contar com facilidades de acesso aos financiamentos públicos para os mais diversos tipos de investimento.

“... se outros méritos não forem somados aos encontros... já basta a caracterização da filosofia governamental de fomento ao cooperativismo de produção. Segundo o ministro, o Governo entende que ‘os produtores devem participar das cooperativas e através de suas cooperativas, do sistema competitivo do mercado, tanto no mercado interno como no externo’... ‘O Governo quer dar prioridade à área da produção agrícola - ressaltou o ministro Paulinelli - mas é preciso que seja fortalecido o sistema cooperativista, na área dos serviços, da industrialização e principalmente na comercialização’. É grande a responsabilidade das cooperativas, nesta hora em que o Governo... vê no fortalecimento do sistema a solução para os problemas brasileiros. A COTRIJUÍ vem se equipando... para a grande missão que o Governo quer lhe assegurar. A COTRIEXPORT⁷⁶ e a fábrica de óleo que começa

⁷³ Na época, a agência do Banco do Brasil que atendia o município de Santo Cristo, dentre outros, era a de Santa Rosa. Mais tarde seria criado um posto do Banco do Brasil no município e, depois, uma agência bancária.

⁷⁴ “A COTRIJUÍ, através do repasse dos créditos obtidos junto à rede bancária, influiu no comportamento econômico do produtor, disciplinando a sua produção e criando condições de infra-estrutura capazes de sustentar o tipo e o ritmo de transformação em curso...” (FRANTZ, 1982:130). Ver também: CORADINI, 1982:46-62 e DELGADO, 1985:180.

⁷⁵ “Aí prevê-se uma série de modalidades que abrem as portas a um maior crescimento empresarial das cooperativas através da criação de novos fundos (Capítulo VII), pela facilidade de poderem registrar seus armazéns como ‘armazéns gerais’ (Art.82) e abertura à recepção de produtos de terceiros (Art.86), pelas facilidades oferecidas à realização de incorporações (Art.59) e pela possibilidade de participarem de sociedades não-cooperativas (Art.88)” (FRANTZ, 1982:121-2).

⁷⁶ A COTRIEXPORT é “uma sociedade anônima com a função de assessorar a COTRIJUÍ em todos os seus negócios de comercialização... foram instaladas filiais em Rio Grande, Dom Pedrito (no Rio Grande do Sul), em Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Campo Grande, Belém e Altamira e atua com empresas subsidiárias nas Ilhas Cayman e em Nova Iorque...”

a construir junto ao seu Terminal exportador... além do Projeto de colonização na Amazônia e de sua excelente infra-estrutura de armazenagem, sem dúvida estão enquadrados no espírito de dinâmica cooperativista pregados pelo ministro Alysson Paulinelli.” (“Soja: aqui a fala ministerial”. *COTRIJORNAL*, abril/75:2-3)

A Cooperativa Tritícola Santa Rosa (COTRIROSA) é a maior⁷⁷ das oito cooperativas de produção e comercialização de sua área de abrangência⁷⁸. A história de sua fundação, relatada no boletim comemorativo de seus 25 anos (1993), é, sob vários aspectos, bastante ilustrativa:

“... Fundada no dia 29 de junho de 1968 por um grupo de associados da COTRISA que queria sua própria Cooperativa na região, recebendo e comercializando a grande produção de trigo do local, a COTRIROSA iniciaria suas atividades em meio a um clima de confronto com Santo Ângelo... a direção da COTRISA concordava em vender o posto para a nova Cooperativa por Cr\$ 500 mil, mas o grupo de associados que criara a COTRIROSA (29 que assinaram a ata oficial ou 77 segundo as narrativas dos pioneiros) capitalizara apenas Cr\$ 200 mil. Surgiu então um impasse sério... Foi então que apareceu Nestor Jost⁷⁹ disposto a resolver o conflito, já que também interessava à agência do BB em Santa Rosa a criação da Cooperativa na região, assim como à própria prefeitura, de olho na arrecadação de impostos... Amigo de Carpenedo, que presidia o Sindicato Rural de Santa Rosa, Jost pro-

a COTRIEXPORT possui ainda duas subsidiárias: uma corretora de câmbio e uma corretora de seguros...” (FRANTZ, 1982:175).

⁷⁷ Em 1993, com um orçamento anual de 45 milhões de dólares, “... orçamento maior que o da maioria dos municípios brasileiros...”, a COTRIROSA se situava entre as dez maiores cooperativas brasileiras (“U\$\$ 45 milhões: feliz 1993”. *Saga*, 17, dezembro/92:6-7).

⁷⁸ A região em questão abrange apenas 8 dos 21 municípios da região Colonial de Santa Rosa: Alecrim, Campina das Missões, Cândido Godói, Porto Lucena, Santa Rosa, Santo Cristo, Tucunduva e Tuparendi. Segundo BÜTTENBENDER (1993:35-40), em 1985 cerca de 85% das unidades familiares desta região eram associadas a alguma (por vezes mais do que uma) Cooperativa - o conjunto das cooperativas que então atuavam nesta região somava um total de 14.973 associados. A COTRIROSA e a COOPERMIL respondiam por 80% desses associados, sendo que a COTRIROSA sozinha respondia por 55%.

⁷⁹ Na época presidente do Banco do Brasil. Era grande a influência do Banco do Brasil sobre as cooperativas, o que é exemplificado pela participação determinante que teve no desfecho da crise institucional da COTRIJÚ, ocorrida em 1966 (FRANTZ, 1982:112-8).

pôs-lhe que assumisse a presidência da COTRIROSA e, em contrapartida, liberaria o dinheiro necessário para a aquisição do posto, respaldando o empréstimo na garantia pessoal do empresário... Associado até hoje, Carpenedo lembra com saudades a época da criação da COTRIROSA, quando, graças à Operação Tatu, que estimulou a correção do solo, a produção de trigo e depois de soja aumentou consideravelmente na região. ‘*O posto não bastava para receber a produção e, assim, tínhamos que cobrir sacos e mais sacos de produto com lonas no pátio mesmo*’, lembra ele... Carpenedo diz que em seguida o número de associados começou a crescer...”

As “cotri”, como muitas vezes falam as lideranças dos agricultores quando se referem às cooperativas tríticas, foram criadas ou reestruturadas e fortalecidas incorporando as antigas pequenas cooperativas mistas⁸⁰, no processo de substituição da agricultura colonial policultora pela cultura tecnificada da soja⁸¹.

“o pessoal começou a arriar as barbas-de-bode”

A generalização da correção dos solos de elevada acidez natural, que tem como marco a chamada Operação Tatu⁸², pode ser considerada o ponto de inflexão dessa mudança.

⁸⁰ “Entra a modernização, com ela as ‘cotri’, que são fruto desse processo todo, e entra em crise, de certa forma, essa estrutura de comercialização diversificada, ela entra em crise até por falta de produção mesmo. Aí elas não conseguem se adaptar, não conseguem acompanhar o processo de evolução...” (4). Ver também nota 58, na página 62.

⁸¹ No balanço de atividades da COTRUÍ referente ao ano de 1974 fica claro o papel ocupado pela soja entre as atividades da Cooperativa. São mencionados: nova fábrica de óleo vegetal, terminal para embarque no porto de Rio Grande, construção de armazéns, além do Projeto Amazônia, que prevê a instalação de duas mil famílias de agricultores associados naquela região. É, ainda, destacado um aumento na recepção de soja da ordem de 40% em relação ao ano anterior. (“COTRUÍ: realizações de 1974 e as perspectivas para 1975”. COTRUJNAL, janeiro/75:5).

⁸² “A Operação Tatu IV [realizada em Ijuí] resulta da experiência conjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faculdade de Agronomia) e a Universidade de Wisconsin dos EUA. Através de um convênio, esta Universidade americana enviava para Porto Alegre

“...ano a ano diminuía... a produtividade, e começou um êxodo muito grande... um acontecimento, que foi a vinda de um técnico em solos dos Estados Unidos, em convênio com a Universidade de Porto Alegre, e que passou por aqui... isto foi no ano de 68, 67-68... se procurou saber, como era especialista em solos, porque estava acontecendo... todas essas quebras na produção. Ele disse que precisava fazer uma análise de solo prá verificar o que estava se passando, o que havia em nosso solo... envolvendo a Prefeitura e a Associação Rural (na época eu era presidente), conseguimos que o reitor da Universidade... aceitasse fazer análise de amostra do solo que nós mandaríamos... então, com a assistência desse técnico, e mais da ASCAR⁸³, na época... se procurou fazer as reuniões no interior e se avisou de como se procederia, de como se coletaria o solo, e ficou combinado que escutassem programas específicos na rádio, que determinado dia seria dito, então, prá que todos coletassem naquele dia a terra e trouxessem até a Associação Rural prá nós mandar a Porto Alegre. Feito isso, verificou-se que havia uma acidez muito alta no nosso solo, ausência de matéria orgânica, não existia praticamente fósforo, não existia potássio... a terra, o solo estava esgotado. Aí a Associação Rural... procurou fazer alguma lavoura demonstrativa, com base no resultado que vinha de Porto Alegre... se fez a correção do solo... A explosão na produtividade foi enorme, tanto é que foi uma prática que os agrônomos não conseguiram quase controlar, porque os agricultores chegavam a aplicar sem indicação, porque qualquer quantia de calcário que botasse, e um pouco de fosfato e potássio, eles viam que dava resultado. Bom, diante desse resultado demonstrativo, nós apresentamos ao Banco do Brasil... um projeto para que fosse financiado essa

pesquisadores na área de fertilidade de solos... Foram montados laboratórios de análises no estado, dos quais um se encontrava em Santa Rosa... A escolha de Santa Rosa deve-se ao fato de as terras... se encontrarem muito desgastadas, o que, entre outros fatores... acelerava o movimento migratório para outros estados...” (FRANTZ, 1982:144-5). Ver “operação tatu” (página 164).

⁸³ A ASCAR (Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural) foi fundada em 1955, integrando-se posteriormente ao sistema nacional ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), fundada em 1956 “sob a forma de entidade privada sem fins lucrativos” (LOUSADA FONSECA, 1985:113). Em 1977, conforme consta em documento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, “Casas da Agricultura e Abastecimento” (1987:17), foi fundada, a partir da estrutura da antiga ASCAR, a EMATER/RS.

aplicação, essa correção do solo... E porque todo mundo, naquele dia... todo mundo cavocou a terra, chamou de Operação Tatu, todo mundo tava cavocando. Bom, aí se pediu esse dinheiro prá fazer a correção do solo porque a quantidade de calcário e nutrientes que eram necessários, praticamente era o valor da terra novamente. Foi uma luta bastante difícil prá se conseguir, a nível de Banco Central, que fosse liberado uma certa quantia para fazer maiores lavouras aqui... inicialmente foi um empréstimo sem juros, prazo três anos. Isto resultou depois no PROCAL, que também foi um programa do governo federal, estendido pro Brasil todo..." (13)

LOVISOLI (1989:55-6) adverte que "... adotar o ponto de vista dos entrevistados na definição da mudança constitui uma posição que pode ser definida como subjetiva, isto é, para a qual a mudança social existe quando é reconhecida pelos participantes do processo...", afirmando, porém, que "... a mudança existe quando seu reconhecimento ideológico é construído ou adotado pelos atores...", e apontando ser legítimo construir "... o ponto de vista do ator para reconhecer o sentido de um fato social que denominamos mudança...".

Se buscará, aqui e no próximo item ("a família, a comunidade, o dinheiro"), compor, a partir da seleção de trechos de entrevistas, as percepções construídas sobre o processo e as consequências da modernização da agricultura familiar em estudo.

O nível de impacto causado pela adoção das práticas de correção do solo, bem como de outras novas tecnologias que passavam a ser introduzidas, na agricultura da região pode ser percebido através da forma como alguns dos agricultores entrevistados contam sua história:

"... anos 70... Acho que o meu pai era um dos primeiros que comprou um saco de adubo químico, nós plantando trigo com

adubo químico. Sei que era um adubo que era todo uma pedra só, que nós tínhamos que desmanchar ele... mas eu sei que deu um resultado fantástico... o pessoal vinha de longe olhar aquele trigo.” (10)

“... Foi naquele ano que estourou o preço do soja... quando nós descarregamos o calcário, ninguém ia perto lá dos vizinhos, porque achavam que era veneno, a única coisa que eles conheciam que era um pózinho branco era um veneno que se usava prás formigas... fugiu todo mundo...” (8)

“... Sei que a primeira correção de solo que se fez lá na nossa terra foi um barulho fantástico. Os vizinhos colhiam milho, aquele milhozinho, era uma terra ácida... sempre tinha formiga... era um milho azulado... tinha lá então a nossa lavoura, com um milho no capricho, bonito, alta produtividade, e do lado tu tinha o milho azulado.” (4)

“... em 1968 a gente começou a ver alguma inovação na agricultura. Começou a se ler nas revistas, jornais que haveria algumas inovações, e aí eu fui fazer um curso⁸⁴ de suinocultura em Tupanciretã⁸⁵, de 6 meses... isso foi através da Secretaria da Agricultura do Estado... então a gente ouviu falar pela primeira vez de calcário, de recuperação de solo, e que o esterco também

⁸⁴ Dentre os entrevistados, esta não é a única menção de participação em curso, o que pode indicar que este tipo de atividade, aparentemente dirigida a jovens agricultores, tenha tido existência significativa no processo de modernização da agricultura do Rio Grande do Sul. A FAG - Frente Agrária Gaúcha, associação civil fundada - em contraposição ao MASTER, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (FRANTZ, 1982:106) - por iniciativa dos Bispos da Igreja Católica do Rio Grande do Sul em julho de 1961, organismo que promoveria, em 1963, a partir de oito sindicatos a ela ligados, a fundação da FETAG, realizou em todo o estado, no período compreendido entre 1968 e 1977, seis cursos para jovens agricultores (“Institutos de Educação Rural”, ministrados em regime de internato, com duração de 10 meses), atingindo 1.349 jovens. Dentre os seis cursos realizados, um foi realizado em Santo Cristo (FETAG/RS: 30 anos de luta, 1993:31-4).

⁸⁵ Este município é integrante da área de abrangência da COTRUÍ. Também o entrevistado número 10 conta ter participado, no início da década de 70, juntamente com cerca de outros 30 agricultores de Santo Cristo, de um curso realizado em Ijuí, promovido pela UNIJUÍ/FIDENE e COTRUÍ. Antes de configurar uma coincidência, estes dois fatos indicam a influência exercida, já desde o início do processo de modernização, pelo centro difusor de propostas para a agricultura, conformado em Ijuí, sobre a região de Santa Rosa.

era bom prá lavoura, e que a gente também poderia usar adubo... a gente não conhecia o que era isso... A gente aprendeu lá nesse curso a composição da ração, a gente não conhecia a ração balanceada, sabia tratar só milho em espiga e a mandioca em raiz... aí começou... uma outra visão de agricultura, e aí a gente começou a implantar isso na propriedade, a evoluir um pouco. Depois começou a se semeiar trigo com adubo, porque antes a gente semeava trigo sem adubo, e já não dava mais... isso tudo na terra do meu pai, eram 25 hectares, prá 14 filhos. Nessa época, daí prá frente, a gente começou a inovar na própria propriedade [já não mais na terra do pai]. Só isso em pequena escala, porque dinheiro não tinha, financiamento também era difícil. Depois, não me lembro que ano... em 70... a gente conseguiu o primeiro financiamento prá recuperação de solo, que foi uma luta muito grande conseguir fazer os pais entender que dava prá emprestar dinheiro prá recuperar a terra, e que isso desse resultado... eles não queriam porque não sabiam que dava prá melhorar a terra, a não ser com esterco, isso eles conheciam... mas então a gente conseguiu fazer duas hectares de recuperação do solo, com curva de nível também, que a gente aprendeu também lá no curso... depois a EMATER, foi em 1970 eu acho, que veio a EMATER prá Santo Cristo e aí o agrônomo lá distribuiu uns folhetos prá construção de... curva de nível... a gente construiu um aparelho desse prá puxar com os bois, prá fazer a curva, então a gente fez recuperação do solo com curva e plantou milho, isso foi a primeira recuperação de solo na nossa comunidade lá, então todas as pessoas da comunidade vieram olhar... até calcário ninguém conhecia quase... o milho deu muito bem, colhemos naquele ano, numa terra que não dava nem mais mandioca, conseguimos produzir 70 sacos de milho por hectare... o pessoal ficou todo doido quase... todo mundo veio olhar. Aí começou a evolução, antes disso era tudo feito manual..." (8)

"A Semana Ruralista⁸⁶ (foi lá por 65, 66)... eram palestras... inclusive criação de porco, terneiro, trouxe técnicos da Secretaria

⁸⁶ Outra referência encontrada a respeito deste tipo de evento marca sua realização no período pós 1974, quando é criado o Departamento de Educação da FETAG: "... a partir de

da Agricultura, veterinários, agrônomos... prá entrar com mais tecnologia... eu sei que se falava bastante em vermífugos e coisas assim, medicações, e também muito... palestra sobre recuperação de solo, análise de solo, como tirar as amostras... isso era uma coisa muito discutida... se fez reuniões em todas as comunidades mais centrais, era uma coisa concorrida... quem promoveu, não lembro bem, acho que eram todas as entidades... Sindicato, Prefeitura, Igreja, a ASCAR naquele tempo... estava se instalando no município. E eu sei que depois disso era uma coisa natural, o pessoal começou a arriar as barbas-de-bode que tinha por aí..." (10)

Mecanização, utilização de insumos químicos, novos tratos culturais e práticas de manejo, alteração na ordem de importância das atividades da propriedade. Mudança.

"... naquela época foi isso assim, com o soja, a facilidade de trabalho... era mais fácil, o rendimento maior, aí isso fez como que o soja substituisse a criação de porco." (19)

"... naquela época se falava que mandioca era veneno pros porcos. Todos os técnicos falavam... porque metade das lavouras... lá na região, era plantada com mandioca... e a partir daquele momento se começou a plantar cada vez menos mandioca. Isso era uma das coisas. Bom, milho... não podia ser consorciado... o pessoal começou a plantar só mais milho e soja puros..." (10)

"... e entrou o trigo então naquela vez, com o soja entrou o trigo, em maior escala, como uma renda durante o inverno... deu alguma safra boa, mas é muito difícil dar trigo, dava um ano, daí vários anos não dava o trigo, por falta de tecnologia..." (19)

1974... o Departamento... promoveu... as 'semanas ruralistas' em colaboração com a Secretaria da Agricultura e com o objetivo de divulgar novas técnicas agrícolas, cursos de atualização de técnicos rurais, organização de associações de serviços e assistência técnica em vários municípios..." (FETAG/RS: 30 anos de luta, 1993:50).

“... E à medida que a soja foi avançando, foi diminuindo a cultura do milho e foi se transformando o suíno tipo banha em suíno tipo carne... aprimorando a raça cada vez mais para se obter um animal tipo carne, que é o que se procura hoje para fazer a industrialização de embutidos, e a venda de carne in natura, porque a banha passou a ser subproduto... quando... antes... o animal era pago em função da quantidade de banha que tinha.”

(13)

“Começou a entrar a modernização... começou a entrar o porco de granja, aí falavam do porco tipo carne... sei que os primeiros que entraram... é um porco muito exigente... eu sei que era um problema muito grande naquele tempo... aqueles porcos davam muito refugo... mas mesmo assim começaram a produzir... porco que exigia mais técnica.” (10)

“... mudou, progrediu muito na plantação... a própria criação de gado é um exemplo, porco também, prá engordar um porco se precisava um ano, um ano e meio... até conseguir que uma terninha, uma novilha, fosse vaca, eram três, quatro anos, isso mudou... e cada vez diminuía o tempo prá produzir...” (15)

Também a relação dos agricultores familiares com a terra sofre mudanças. As “terrás vermelhas”, mecanizáveis, que antes só serviam para plantar mandioca e “criar barba-de-bode e formiga”, com a correção do solo passam a ser as preferidas, tornando-se mercadoria de alto valor. Colono forte já não era o que tinha muito porco: a moeda passava a ser a soja.

“... a terra vermelha tava cheia de formiga, então ali era só mandioca que dava. Agora depois entrou o calcário, foi recuperado o solo, aí deu o soja em cima, então foi abandonada a mandioca.” (14)

”... o pessoal começou a arriar as barbas-de-bode que tinha por aí... que todo mundo tinha sempre assim umas áreas que deixava... deixava abandonado aí prá abrir daqui há uns anos. Sei que depois disso foi uma loucura, o pessoal começou a trabalhar, trabalhar, trabalhar, era só mais virar terra, daqui a pouco começou a entrar trator... começou a se arrendar terra, era uma corrida atrás das terras vermelhas... já tinha calcário... Naquela época, estamos em 70, 71... foi um estouro, em questão de dois ou três anos tava tudo tomado as terras, terra vermelha... o que entrou de trator naquela época no município foi uma coisa de louco...” (10)

“... a gente tinha que ocupar as terras que tinha não plantando puro soja, precisava muito milho porque a gente tinha algum suíno, então não queria comprar o pasto... e a gente precisava do milho, é isso que a gente precisava... o consórcio... fazia o serviço, tinha o milho e tinha igual... o soja. O soja era ocupado prá pagar as prestações das terras...” (22)

“... prá dizer a verdade, quando entrou as máquinas, o mundo moderno, as famílias ficaram quase mais pobres, porque prá nós é assim, é. Porque nós aqui dessa terra ali... que é pedregoso, ali não dá prá trabalhar com as máquinas, e ali então a gente não pode mecanizar bem a terra, e ali então a gente continua... com a trilhadeira, então nós temos em prova que prá nós não melhorou nada. Agora, esses que têm a terra apropriada, aí então é outra coisa.” (16)

a família, a comunidade, o dinheiro

A prática do pousio cede espaço para a lavoura de soja: o maquinário permite o cultivo de maiores extensões de terra com emprego de menor força de trabalho. A modernização transforma o trabalho dos colonos, e a família.

“... se começou a produzir soja, derrubar o mato, as árvores frutíferas que tinha, erva-mate que tinha... tudo era derrubado, e até os colonos que viviam assim agregados, muita gente saiu naqueles anos... o povo saiu prá cidade, então com a entrada da soja... com isso muita gente foi prá cidade.” (15)

“... a soja era o que dava dinheiro, essa era a verdade... se dava a vida por isso, entende? de plantar soja... eu lembro o sofrimento... quando se colhia soja, o tipo de serviço, até a noite... e tudo que se fazia ao redor do soja...” (17)

“... as famílias tinham grande turma em casa prá trabalhar, mas naqueles anos começaram a sair, então as famílias começaram a diminuir, e aí a criação de porco, a produção de milho, de mandioca era mais difícil, e com o trator fazendo o serviço de várias pessoas... foi na minha época que saiu esse pessoal todo da roça, não sei porque eu não saí, fiquei agarrado por ali...” (19)

“... porque melhor trabalhar é assim... só soja e trigo é a melhor coisa prá... ser livre, né?... quem tem bicharedo, quem tem animais, precisa trabalhar sábado e domingo, segunda, isso tanto faz, eles têm que ser tratados, têm que ser cuidados...” (21)

“... daí começou a evoluir, a gente fez aquela investida... e começou... a evoluir a produção... o que nós conseguimos fazer com essa evolução da produção era pagar o estudo dos irmãos... todo mundo saiu de casa e estudou, só os dois mais velhos que não têm faculdade... Nós dois fomos os únicos que não fizemos faculdade, porque tinha que ficar em casa prá trabalhar, prá sustentar os outros...” (8)

“... mudou, é uma diferença... a família... não tinha mais participação tanto dentro da família, porque muitas coisas de fora entraram... esparramou mais a família... isto deu uma diferença...” (16)

“... mesmo onde não era mecanizado... deu um excesso de mão-de-obra muito grande...” (18)

“... vem o trator... e consigo leva, arrasa, enterra com o arado a disco, enterra todas essas coisas... e expulsa, corre com família que tinha dez filhos, manda oito embora prás fronteiras...” (4)

“Depois que começou a entrar a mecanização, aquele processo, com o trator em oito dias tu faz tudo que tem que fazer, e fica aquele resto do tempo ocioso, e isso foi virando um outro sistema de vida... com a mecanização a gurizada mais nova, por exemplo, hoje eles não querem nem saber de pegar no cabo de um arado... só quer fazer com trator... são mudanças que vieram acontecendo... a partir do momento que começou a entrar a máquina, agricultores aí com oito hectares, com dez hectares já começaram a comprar máquina naquele período, e isso fez com que as máquinas também começassem a ficar ociosas, além da mão-de-obra, e a gurizada começou a sobrar na roça, o pessoal começou a sobrar na roça e começou a ir prá cidade, foram mudanças que foram acontecendo.” (5)

A vida da comunidade, as relações entre vizinhos e parentes, a relação com o dinheiro e o padrão de consumo também se modificaram.

“... fez agora 24 anos de atividade do nosso clube de futebol... nós começamos em 69, na época enchia um caminhão de gente ali, e ficava gente que não tinha lugar prá ir... hoje prá tu fazer um time de futebol lá tu tem que pedir prá vir das comunidades vizinhas, o pessoal que tá morando na cidade... Daquele pessoal que morava lá, isso era em torno de cento e dez famílias... hoje nós temos lá quarenta famílias... e essas famílias a grande maioria são casais, alguns têm filhos, mas a grande maioria dos filhos já estudou um pouquinho e foi embora prá cidade.” (5)

“... a vida da comunidade mudou, as pessoas passaram a ter implementos, antes uma família tinha um engenho, praticamente

mente toda a comunidade passou a moer a cana, fazer o melado lá, e a nova cultura fez com que as pessoas comprassem cada uma prá si os implementos... o que aconteceu com isso? isso fez com que ninguém ajudasse ninguém, porque cada um colhia a sua colheita, ninguém ajudava o outro... ir junto colher... cada um colhia prá si... cada um comprou o seu engenho, que só é usado no máximo cinco dias ao ano, uma máquina prá usar cinco dias ao ano! o resto do tempo tava totalmente ocioso.” (18)

“... foi nesse período, até eu diria, que proliferaram aí no interior as mesas de mini-snooker, as canchas de bocha... não que a gente seja contra o lazer do colono, absolutamente...” (25)

“... prá comer, o pessoal começou a não ter mais o suficiente em casa, começou a faltar... a soja, eu nem sei se dava tanto dinheiro, mas era aquele dinheiro vivo, aquela coisa que se podia transformar em dinheiro... mandioca tu não transformava em dinheiro, a não ser que vendesse no mercado, e isso era pouca coisa, o pessoal queria dinheiro na hora, assim, coisa rápida, porque ficar tratando porco durante um ano... se podia vender na hora o soja...” (10)

“... não havia mais troca-troca entre as famílias, as pessoas passaram a vender a pequena sobra de produtos que eles tinham... vendiam pro comércio e o comércio passou a distribuir, a vender pros outros colonos, ou seja, um colono ia no bolicho vender, e logo depois outro colono comprava a produção do vizinho de volta, o que fez com que pagasse mais caro pelo fato de ele não ter um diálogo, não tinha mais... Outra coisa que começou a acabar foi a roda de chimarrão dos vizinhos, ninguém tinha tempo prá conversar, os passeios de vizinho começou a acabar nesse período. ”(18)

“... Quando começou a recuperação da terra... o pessoal começou a botar calcário, começou a colher... quantia muito maior, começaram também a vender... era o gostinho assim de vender, aí tu

não vendia mais a sobra, tu ficava com a sobra em casa. Eu me lembro muito bem que inverteu... isso era lá por 67, 68, não sei bem a época... antes de nós ter trator... o pessoal é muito ganancioso, assim, foi uma loucura atrás do soja, todo mundo na monocultura, plantando soja puro, começou a entrar semente selecionada..." (10)

"... meu pai... quando ele se modernizou, quando veio a luz elétrica, quando pôde comprar uma geladeira, rádio, televisão, enfim, se integrou no mercado... se urbanizou, de certa forma... foi neste período..." (23)

"... o meeiro que plantava de ameia nas terras do pai e nas terras do vovô, deviam ter uma dúzia de filhos, e tinham mais cinco hectares de terra... pegaram todos os móveis, que eram móveis feitos em marcenaria, móveis fortes, bem feitos, pegam e jogam esses móveis fora, no tempo, porque casa, construção não tinha, e compram tudo móveis novos de fórmica⁸⁷." (4)

"... comprava gasolina, pagava a luz... e tinha dinheiro, um pouco... o pessoal começou a comprar mais coisas... no começo, por exemplo, o papel higiênico era um artigo absolutamente superfluo... o expediente era o sabugo mesmo... o pessoal começou a aprender a gastar... começou a entrar supermercado no interior, começou a comprar mesmo..." (10)

"As pessoas tinham sua terra só em função do soja... tinham uma colheita só por ano, que fez com que... todo o resto do ano compravam fiado no bolicho... e no final da safra, quando faziam a conta, não sobrava mais nada." (18)

"Depois de uma safra de soja... as compras, então a mãe fazia, ia prá Santa Rosa fazer compra, então comprava toda a roupa

⁸⁷ Analisando as transformações na valoração do “moderno” entre camponeses de uma aldeia francesa, CHAMPAGNE (1977:17) menciona ter sido comum no período de modernização da agricultura francesa a troca dos antigos móveis de família por móveis de fórmica, vistos pelos camponeses, segundo o autor, como símbolo da modernidade.

prá toda família, assim pro ano, depois da safra do soja... qualquer coisa que se quisesse comprar... sei lá, uma bicicleta... prá casa, ou quando se comprou carro, em casa isso era acho 76, e as roupas... enfim, tudo o que se comprava, tudo dependia do soja... aí depois da safra do soja se fazia as compras... a vida, o orçamento, que num primeiro período era do porco... era... mais vezes durante o ano, que era disso que vivia, porque não tinha outra entrada de dinheiro, e o que mudou depois é que a contabilidade, vamos dizer assim, o balanço do ano, se dava depois da colheita do soja..." (17)

"... quando eu era pequena, nem rádio a gente não tinha. Me lembro muito bem quando nós compramos o primeiro rádio, toda a vizinhança veio lá olhar esse bicho que era o rádio, nós éramos das primeiras famílias na comunidade que tinha rádio, aquele rádio bem grande... e a luz também, nós era a primeira família em toda a região ali que tinha o que eles chamavam de liquinho, o lâmpião a gás... então sei que naquela noite encheu a casa quando a vizinhança soube que nós tinha comprado a luz a gás, então era assim uma festa, então logo depois o pessoal começou a comprar... eu era bem nova..." (15)

"Todo esse processo, o que ele faz? Faz uma mudança dentro de toda a propriedade, ele dá uma década de prosperidade, e bota prosperidade nisso... você comprava com uma safra, eu me lembro perfeitamente nos anos 73, 74, 75, quando o pai sempre dizia, isso em alemão, quando 'o soja tinha o rabinho de ouro'... bah!... a fartura chega num ponto de esbanjamento assim, das pessoas... com o conhecimento um pouco limitado do alcance dessas coisas, bom, não se conheciam mais, era fartura mesmo, algo assim próximo a você imaginar uma pessoa que ganha a vida inteira um salário mínimo e dali a pouco passa a ganhar dez salários mínimos e, bueno, não sabe o que fazer com o dinheiro, ela consegue se projetar em cima do salário mínimo, mas não em cima de dez." (4)

“... acho que dentro de casa não mudou muita coisa... bom, depois que entrou a luz elétrica, sim... quando entrava luz elétrica, a primeira coisa, a geladeira já estava em casa, normalmente até antes da luz elétrica ser ligada, a geladeira já estava lá... mas era basicamente a geladeira... ferro elétrico... depois as outras coisas, foram entrando mais lentamente. Rádio, ou televisão... isso não foi naquela euforia... o pessoal tinha muito carro, era ostentação externa... então na comunidade o pessoal tinha muito dinheiro prá gastar... tinha alguns caras, ao invés de almoçar em casa, eles iam no bar e faziam um sanduichão, e achavam que estavam... melhorando de nível, em vez de comer comida caseira... mas tomava a cerveja junto... não tinha muito mais, a comunidade não era muito mais do que isso.” (10)

Já em 1977, em depoimento ao jornal da cooperativa, um agricultor de Ijuí chamava a atenção para mudanças na comunidade:

“... Alguma coisa era melhor naqueles tempos. É que aqui no Barreiro havia uma sapataria, uma venda e até um dentista. Hoje não há mais nada disso aqui... Agora, se tivermos que consertar uma sola de sapato, temos que ir até outra região”. (“Cada um conta a sua vida”. COTRIJORNAL, julho/77).

Transformação da produção, mas também da relação com a terra. O trabalho, a família, a relação com o dinheiro, a vida social e cultural... como na análise de LAMARCHE (1987:447-9) sobre a “revolução” da agricultura francesa no entre-guerras, a modernização altera o funcionamento econômico, social e cultural do mundo camponês, agindo em domínios tão diversos como os mencionados acima.

LAMARCHE (1987:447-9) aponta ainda que o crescimento da renda propiciado pela modernização permite aos agricultores e aos membros de sua família ascender à sociedade de consumo, o que resulta em uma profunda transformação em seu sistema de representações.

Num mesmo processo social ocorre, como indica MOREIRA (1995:3), a “revalorização técnico-econômica e cultural da produção camponesa”.

Na análise da agricultura familiar em questão, essa revalorização pode ser percebida, com sentidos opostos, em dois momentos diferentes - momentos de mudança.

No processo de modernização da agricultura, ocorre a desvalorização econômica e cultural de sua produção e de seu modo de vida anteriores. Mais tarde, quando o modelo implantado pela modernização entra em crise, ocorre uma revalorização dessas mesmas técnicas, valores, costumes: há uma valorização do que predominava no período anterior à modernização.

É essa valorização atual, afirmativa de uma “cultura colona”, que explica as ambiguidades de muitos dos depoimentos acima: ao mesmo tempo em que é expresso um certo “orgulho do moderno”, há também uma ridicularização do “moderno”. A modernização é, ainda, associada ao desmatamento, à dispersão das famílias, ao empobrecimento da vida da comunidade, à dependência em relação ao mercado. A ênfase está naquilo que foi perdido.

A mudança tecnológica - entendida enquanto um processo social - assume então, como afirma MOREIRA (1996a:1-2), “uma faceta econômica e uma faceta cultural de valorização de determinadas técnicas e determinados conhecimentos bem como de desvalorização de outras técnicas e dos saberes a elas associados. Do ponto de vista sócio-cultural e ideológico, estes processos estão associados à valorização das formas sociais que criam ou que se adequam às técnicas valorizadas e que passam a ser tratadas como ‘modernas’ e ‘avançadas’. As noções de ‘moderno’ e ‘atrasado’ sofrem portanto um processo ideológico de atualização que contem aspectos econômicos e culturais”.

O depoimento a seguir, de um técnico, é ilustrativo do duplo movimento de revalorização em análise:

“... soja no minifúndio, olha tchê, é que o agricultor tem a ilusão, que o dinheiro passa, passa, passa pela mão dele, mas não sobra... a mídia cai em cima, o agricultor prá plantar essas outras alternativas ainda tem que usar o trabalho braçal, e a soja não. A própria mídia se encarrega disso, bota um agricultor ali na varanda da casa, deitado na rede, fumando, e ali fora o trator passando herbicida prá ele... tá chamando de burro o cara que trabalha, né, deixa o herbicida trabalhar por você, porque que tu vai pegar o cabo da enxada? e isso tem todos os dias...”

(6)

O depoimento do entrevistado é claramente permeado pela valorização positiva do modo de trabalhar dos agricultores no período anterior à modernização e aponta - identificando a mídia como agente - o processo de valorização negativa que atinge as técnicas e a cultura desses agricultores.

É nessa revalorização das técnicas e dos costumes anteriores à modernização que está a base para a crítica à monocultura da soja e para a afirmação da proposta de produção para subsistência, associada à noção de autonomia.

É o resgate desses valores que confere - em um processo de afirmação de identidade - legitimidade às lutas desses agricultores nos 80.

E é essa forma de perceber as mudanças que dará base para a conformação e consolidação da proposta de diversificação da produção, analisada no próximo capítulo.

AS “SAÍDAS” DA CRISE: PERCEPÇÕES E PROJETOS

A construção, pelos diversos agentes, das propostas de saída da crise da agricultura familiar é o objeto deste capítulo.

Será, inicialmente, apresentado um resgate da “origem, desenvolvimento e consolidação da proposta” de diversificação da produção. Essa proposta tem o início de seu desenvolvimento ainda nos anos 70, na COTRIJUÍ, a partir de críticas de ordem técnica ao modelo associado ao binômio trigo-soja. Mas sua consolidação se dá nos 80, concomitantemente à construção do entendimento de que a “época de ouro” da soja já passara.

A busca de alternativas, forjada a partir da generalização do discurso da crise, torna a crise dessa agricultura elemento constitutivo do imaginário social regional⁸⁸. A crise da agricultura passa a fazer parte do discurso dos mais diferentes setores e agentes da região, mesmo do empresariado urbano:

⁸⁸ É interessante mencionar que P. COULOMB & H. DELORME (1988), analisando o caso francês, ao responder à questão que dá nome a seu artigo, “les discours de la diversification: discours de la crise?”, comentam que em dois momentos de crise da agricultura francesa, nos anos 50 e na crise de super-produção dos 80, a proposta da diversificação foi colocada como estratégia de desenvolvimento para as pequenas explorações.

“... 'A planta é a primeira engrenagem da máquina que puxa a economia da Região... Quando ela vai mal, nada vai bem!'. Analisa Alberi Antônio Pires Flores, 40... atual Presidente do Conselho de Diretores Lojistas (CDL) de Santa Rosa. 'A monocultura se esgotou e a região vem decaindo'... Esse depoimento dramático, reflete a realidade regional e mostra uma face da grave crise econômica em que está mergulhado o Noroeste do Estado... A Região Noroeste, embora tendo uma das áreas agrícolas mais produtivas do Estado e do País, sofre sérios problemas que começam a comprometer a própria produtividade devido à descapitalização da pequena propriedade e o alto custo da produção... 'Além dos problemas criados pelo Governo Federal... enfrentamos a falta de uma política regional de investimentos e de estímulos à diversificação da agricultura' revela Alberi Flores." (“O esvaziamento regional”. *Saga*, 10, 1991:6-8).

A proposta da diversificação da produção se enraiza e é generalizada a partir de um substrato simbólico comum: um projeto de autonomia camponesa⁸⁹, que teria por componente central a afirmação da produção para subsistência/de alimentos, associada à segurança, à busca de viabilização da reprodução social dessa agricultura familiar.

É esse projeto que confere um caráter aparentemente consensual às propostas de saída da crise. Mas é ele também que marca as diferenças entre a agroindustrialização proposta por cooperativas e empresas (analisada em “diversificação? agroindústria!”, onde é discutida a forma como a proposta da agroindustrialização é naturalizada como resposta à necessida-

⁸⁹ O termo “projeto de autonomia camponesa” é emprestado de TAVARES DOS SANTOS (1993:244-52), que o emprega na análise das motivações que levaram, nos 70, esses colonos às áreas de colonização das fronteiras agrícolas do Centro-Oeste e Norte do país. Em sua análise, SEYFERTH (1992:82) aponta que “o uso simbólico da imagem da colônia como um microcosmo auto-suficiente está associado ao passado”, o que é confirmado pelo trabalho aqui desenvolvido (especialmente no capítulo anterior a este).

de de diversificação) e as propostas do sindicalismo rural (discutidas em “da produção para subsistência à organização da produção”⁹⁰).

DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO

origem, desenvolvimento e consolidação da proposta

“... Nós temos uma ASCAR, que foi estruturada prá isso... vai lá ensinar os caras a plantar soja e trigo, e fazer recuperação de solo química... você tem essa assistência técnica, que vai se instalando também depois nas cooperativas... tem os departamentos de comunicação... Esse mesmo corpo técnico daqui a pouco, não sei qual é o louco lá que, ou o que é que rolou, que daqui a pouco vem que tem que diversificar... ‘ah! porque o negócio agora é diversificar!’. Essas conversas fiadas já começam a aparecer ali por 78. As cooperativas, daqui a pouco vem a EMATER... começa essa conversa. Primeiro o negócio era plantar soja e trigo... Dali a pouco inventam a tal da diversificação...” (4 - dirigente sindical)

“... a Cooperativa [COTRIJUI] vinha discursando a favor disso há muito tempo... de repente... começa a ter eco porque as condições gerais de mercado, objetivas, se alteram... mas aí também a Cooperativa está preparada... a concepção, a filosofia, os programas estão praticamente prontos... então ela está pronta, os seus dirigentes estão com a cabeça pronta, os técnicos...” (23 - dirigente cooperativista)

⁹⁰ O termo “organização da produção” é utilizado pelo sindicalismo rural quando passa a ter como eixo a intervenção nas questões referentes à produção dos agricultores familiares, quando esse sindicalismo passa a se propor a intervir na organização da produção. O sentido do termo marca, então, não a organização do que antes estaria desorganizado, mas a intenção de intervenção do movimento sindical nessa organização.

“... essa diversificação, faz anos já que está se falando, dez, quinze anos, que eu lembro...” (19 - dirigente sindical)

Vinte anos. Em novembro de 1974, auge da sojicultura, o jornal⁹¹ da COTRIJUÍ⁹², em seu segundo ano de edição, publicava o artigo “A diversificação da produção”.

Nesse artigo não há qualquer referência à monocultura, ou à região, ou mesmo ao Brasil. É uma reportagem sobre a agricultura norte-americana, onde é destacada a coexistência de lavouras extensivas de milho e soja com pastagens e criações de gado e suínos na “propriedade típica americana” da região do cinturão do milho. A palavra “diversificação” só aparece no título da reportagem (*COTRIJORNAL*, novembro/74:17).

No ano seguinte, no artigo “Agricultura e pecuária: é hora de diversificar” (*COTRIJORNAL*, dezembro/75:20), onde a diversificação é apontada como “o melhor caminho para a nossa agricultura”, é desenvolvida uma avaliação

⁹¹ O *COTRIJORNAL* passa a ser publicado em 1973. Até então a COTRIUÍ mantinha o “Informativo COTRIUÍ” como encarte do *Correio Serrano*, periódico local (FRANTZ, 1982:149). O *COTRIJORNAL* tem por público os associados da COTRIUÍ, que em 1979 eram 15.076 famílias de agricultores da Região Pioneira da Cooperativa, que compreendia então os municípios de Ajuricaba, Augusto Pestana, Chiapetta, Coronel Bicaco, Ijuí, Santo Augusto, Tenente Portela e Vila Jóia - além da Região Pioneira, em 1979 a COTRIUÍ já havia se expandido para o Mato Grosso do Sul, com 1.535 associados na região de Dourados, e para a região de Dom Pedrito, com 1.681 associados (FRANTZ, 1982:240). Em 1976, a distribuição dos associados da Região Pioneira por estratos de área era a seguinte: 43% até 10 hectares, 49% de 10 a 50 hectares, 6% de 50 a 200 hectares, 2% de 200 a 10.000 hectares (*COTRIJORNAL*, novembro/76:25).

⁹² A Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda. - COTRIUÍ - foi fundada em 1957 (*Programa para a década*, 1993:18), momento em que se expandia a lavoura mecanizada de trigo no Rio Grande do Sul. Como se verá aqui, a COTRIUÍ é pioneira no que diz respeito à proposta da diversificação da produção, o que justifica o resgate da trajetória do debate e iniciativas nesse sentido desta Cooperativa. O resgate sistemático sobre a forma como este debate e iniciativas se difundiram na região de Santa Rosa, certamente sob forte influência da região de Ijuí (ver nota 85, na página 78), é prejudicado pela precariedade de registros encontrados (o jornal da COTRIROSA, *COTRIROSA em seu lar*, seria editado apenas a partir de 1989. Embora haja referências a uma publicação anterior, *ECO*, a COTRIROSA não dispõe de exemplares arquivados). Desta forma, para o resgate desta trajetória referente especificamente à região de Santa Rosa pudemos contar praticamente apenas com a memória dos entrevistados, com sua visão atual do que foi vivenciado. Ao mesmo tempo, no que diz respeito à região de Ijuí, não contamos com este tipo de fonte (por não ser a região em foco neste trabalho,

positiva dos resultados alcançados na produção agrícola regional a partir das inovações tecnológicas trazidas pelas lavouras de trigo e soja, chamando atenção para o clima de otimismo, mas alertando que "... se, de um lado, o extraordinário desenvolvimento alcançado pelas lavouras... precisa ser mantido, de outro lado, é necessário desencadear com urgência um processo de inovação tecnológica na atividade pecuária... através da integração da lavoura com a pecuária".

A argumentação que então embasa essa proposta gira em torno de três eixos: 1) exemplo da agricultura norte-americana e européia; 2)notícias sobre importações de carne bovina e leite em pó, demonstrativas da insuficiência da produção nacional; 3)existência, devido à mecanização, de mão-de-obra ociosa na pequena propriedade da região.

Para a grande propriedade o artigo indica o caminho da bovinocultura de corte, enquanto que para a pequena propriedade é apontada a reativação da exploração leiteira e da suinocultura, noticiando que, em relação ao leite, estava em desenvolvimento um estudo para dimensionar as potencialidades da região de ação da Cooperativa.

“... proposta da diversificação da produção... eu tenho a impressão que a origem mesmo está no início da década de 70, paradoxalmente junto com o auge da soja... aqui no caso da COTRIJUÍ, que eu lembro... quando a COTRIJUÍ contratou um técnico em forrageiras... completamente fora daquilo que era a dominância na época, que era a produção de soja... eu não saberia te dizer o que motivou a introdução de um programa de forrageiras, que visava já, de certa forma, a introdução, reintrodução de animais nas propriedades... talvez tenha sido uma constatação mais de ordem técnica de que só monocultura, apesar do sucesso na época da soja, talvez não fosse a melhor saída. A partir daquele

não são daí os agricultores e lideranças de agricultores entrevistados), a não ser alguns depoimentos de agricultores reproduzidos em artigos do COTRIJORNAL.

momento a COTRIJUÍ... introduziu o programa de forrageiras, com pesquisas no Centro de Treinamento... mas era um pouco um discurso no deserto... o ambiente não era nada pró isso... soja e trigo simplesmente estavam tomando conta de tudo..." (23 - dirigente cooperativista)

O programa de pecuária de corte, anterior a 1974 e voltado para os associados proprietários de áreas maiores, seguido pelo programa de sementes forrageiras, foi a primeira iniciativa da COTRIJUÍ no sentido da diversificação da produção (“Diversificação planejada”. *COTRIJORNAL*, julho-agosto/93).

A idéia matriz da proposta da diversificação da produção era a proposta da integração lavoura-pecuária⁹³, inicialmente inspirada na agricultura norte-americana e européia, depois na australiana⁹⁴. A defesa da proposta era alicerçada, neste momento, essencialmente em argumentos de ordem técnica e econômica - era o início do processo de revalorização, discutido no capítulo anterior -, que apontavam os riscos referentes à degradação dos solos e à concentração de receitas, trazidos pelo binômio trigo-soja (“O terneiro entre a soja e o trigo”. *COTRIJORNAL*, junho/76:23; “Modelo de diversificação em propriedade da região”. *COTRIJORNAL*, julho/76:28).

Segundo avaliações posteriores, o programa de pecuária de corte da COTRIJUÍ - direcionado aos grandes proprietários - parece não ter alcançado êxito (entrevista número 25).

⁹³ Em maio de 1975 o governador do estado, Sinval Guazelli, convocaria os pecuaristas gaúchos a “... acelerarem o processo de integração lavoura-pecuária, a fim de atenderem aos elevados interesses da economia gaúcha...” (*Correio Serrano*, Ijuí, 17/6/75, in: FRANTZ, 1982:207).

⁹⁴ O agrônomo coordenador do programa de pecuária de corte, membro do corpo técnico da Cooperativa desde 1973, passaria, entre 1979 e 1980, dois anos na Austrália “... para que a COTRIJUÍ pudesse incrementar a integração lavoura-pecuária...” (“Uma idéia madura: a proposta da diversificação enfrenta barreiras mas se consolida”. *COTRIJORNAL*, maio/85:12).

A proposta da diversificação da produção começaria a se afirmar, ainda com base no discurso da “integração lavoura-pecuária”, mas agora dirigido à pequena propriedade, através da aposta na reativação da produção leiteira, que teria por marcos a criação da Cooperativa Central Gaúcha de Leite (CCGL), constituída por 13 cooperativas gaúchas em meados de 1976⁹⁵ (“Integração com diversificação”. *COTRIJORNAL*, agosto/76:23) e o início da coleta de leite pela Cooperativa, no final de 1977 (“Associado poderá produzir leite em dezembro”. *COTRIJORNAL*, abril/77:27).

“... pecuária leiteira por que? porque nós precisávamos, urgentemente, introduzir um outro tipo de cultura na região... que não fosse uma cultura anual, que não tinha nem espaço prá isso, já tínhamos duas, depauperando o solo... nós precisávamos de uma alternativa que implicasse em melhoria do solo, era nossa primeira preocupação... daí a pecuária leiteira... que implica em vaca, e vaca implica em pasto... segundo, a pecuária leiteira dá muito trabalho... isso prá nós era uma virtude... tinha que ocupar essa mão-de-obra, era o fator de produção ocioso... terceiro, a pecuária leiteira promove ingressos econômicos mensais na propriedade... foi um processo extremamente difícil... primeiro os próprios produtores, poucos eram os que estavam se ligando naquela questão... eu fui designado, na época, prá ser o coordenador do programa de pecuária leiteira... nós fizemos centenas de reuniões discutindo a idéia, tentando fazer o pessoal engolir uma outra atividade... ‘mas o que vocês querem com leite, não dá resultado que nem o soja’... então prá nós incutir essa idéia na cabeça do pessoal não foi fácil... mas pegou, e foi indo... o primeiro litro de leite recebido aqui foi em outubro de 1977... Essa discussão aqui na COTRIJUÍ, e a escolha do leite como uma alternativa, acabou fazendo com que outras cooperativas começassem a pensar um pouco na coisa... prá tu... induzir

⁹⁵ “... A decisão de criar a CCGL deu-se no dia 21 de janeiro de 1976, na sede da COTRISA - Cooperativa Tritícola Santo Angelo, com a presença de 14 cooperativas da região do Alto Uruguai e Missões... subscreveram capital social da CCGL, no dia de sua fundação, as seguintes cooperativas tritícolas da região: COTRIJUÍ, COTRISA, COTRICRUZ, COTRIROSA, COTRICAMPO, COTAP, COTRIFRED, COTRIPAL e COTRISABAL...” (FRANTZ, 1982:207-8).

o produtor a plantar isso, ou a criar aquilo... tem que garantir mercado... mercado de leite é indústria... o estudo econômico revelava o seguinte: uma indústria de laticínios, o leite é o tipo do produto que dá rendimento em escala... então nos demos conta... fazer indústria bem grande, ela ia ficar ociosa quanto tempo? minha nossa! então começou a se trabalhar junto à FECOTRIGO a idéia... de difundir a produção a nível regional... e a federação das cooperativas discutiu... com as cooperativas... e daí então se partiu prá uma solução mais inteligente, em vez de cada cooperativa da região criar a sua pequena indústria... juntarem recursos e construirão uma indústria só, e aí surgiu a CCGL, que é uma Cooperativa de segundo grau... aí devagarinho o leite foi indo..." (25 - técnico da COTRIJUÍ, coordenador do programa leite na época de sua implantação)

No período de introdução do programa, a Cooperativa enfatizava que "... a consorciação da pecuária leiteira com as lavouras de trigo e soja tem como objetivo a integração e não a competição..." ("Aspectos sócio-econômicos da produção leiteira". *COTRIJORNAL*, março/77:26), afirmando como objetivo da iniciativa que a pecuária leiteira viesse a se constituir "... num instrumento estabilizador dentro do instável quadro econômico em que se encontra a pequena propriedade..." ("Associado poderá produzir leite em dezembro". *COTRIJORNAL*, abril/77:27).

Outros elementos se somavam ao apelo à segurança que uma fonte de renda a mais, de ingresso permanente, diferente do trigo, que vinha apresentando sucessivas frustrações de safra, e da soja, cujos preços oscilavam significativamente, traria à pequena propriedade.

Os prejuízos trazidos pelo desgaste do solo, a necessidade de um maior grau de racionalidade do sistema produtivo e a "vocação" para a produção de alimentos "inerente" à pequena propriedade eram os argumentos mais

frequentes a reforçar a necessidade da diversificação da produção⁹⁶ (“Por uma agricultura racional”. *COTRIJORNAL*, novembro/76:24; “Diversificar para garantir lucros”. *COTRIJORNAL*, setembro/77:24; “Novo rumo para a pecuária leiteira”. *COTRIJORNAL*, setembro/77:25; “Em busca da diversificação”. *COTRIJORNAL*, novembro/77:28; “Leite, a opção segura da diversificação”. *COTRIJORNAL*, julho/78:4-7).

Um fato ainda não mencionado merece destaque na conformação do que poderíamos chamar de visão técnica crítica ao modelo: a obrigatoriedade do receituário agronômico na aquisição de “defensivos agrícolas” pelos agricultores, que mais tarde se tornaria lei estadual e depois federal, teve origem em Santa Rosa, ainda em meados dos anos 70 (“Defensivo? Só com receita”. *COTRIJORNAL*, novembro/79:3).

“... A situação realmente estava bastante delicada... intoxicações e óbitos, aí a categoria nossa, através da nossa associação [AENORGS - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Noroeste do Rio Grande do Sul, sediada em Santa Rosa], conseguiu, junto com o Banco do Brasil, amarrar no seguinte sentido: o agricultor não poderia retirar do banco aquela verba destinada aos agrotóxicos se não fosse junto no banco com uma receita. Então, através disso aí se conseguiu, em primeiro lugar, eliminar os produtos mais perigosos. Em segundo lugar, evitar o uso desnecessário, que o agricultor enxergava cinco lagartas por batida, nem batia o pano prá ver... dava uma olhadinha ali, tinha três, quatro lagartas, dê-lhe veneno. Se conseguiu, então, disciplinar um pouco o uso disso aí através de uma coisa que não era lei nem nada, mas se conseguiu junto com as lideranças do município, principalmente o Banco do Brasil, que o agricultor só pe-

⁹⁶ Argumentos semelhantes seriam, anos mais tarde, utilizados pela COTRIROSA: "... A COTRIROSA tem procurado oferecer a seus associados algumas alternativas de diversificação da produção... o fomento à produção de frutíferas e hortigranjeiros faz parte de um programa que visa oferecer aos associados mais uma opção de renda, utilizando a mão-de-obra familiar e obedecendo um programa de planejamento da propriedade..." ("CEPEX - Centro Experimental de Pesquisa e Extensão em Frutíferas Tropicais: incentivo à diversificação". *COTRIROSA em seu lar*, dezembro/89:2).

gasse aquele dinheiro com receita... foi... aqui no município... isso foi em 78, 79 que foi assim consagrado, mas começou timidamente em 76, 77... Depois isso aí deu bons resultados... e daí então as outras regiões ficaram sabendo..." (6 - técnico da EMATER)

A proposta da diversificação vinha sendo construída como complementar à produção de trigo e soja. Embora timidamente já apontada anteriormente (“O impasse de uma propriedade agrícola em extinção”. *COTRIJORNAL*, agosto/76:17; “Hortigranjeiro, solução para o pequeno produtor”. *COTRIJORNAL*, março/77:27), talvez seja apenas em 1978 que a afirmação da inviabilidade do binômio trigo-soja para a pequena propriedade comece a ser enfatizada (“Os perigos da monocultura”. *COTRIJORNAL*, janeiro/78:25).

“... a saída para os produtores está na diversificação de atividades... É a faixa de segurança. O jeito de ter um dinheirinho fora de época... ‘quem depender de trigo e soja, está sujeito até a passar fome’...” (“A garantia está no porco”. *COTRIJORNAL*, maio/78:24).

Associada à idéia da produção de alimentos, a proposta da diversificação da produção se consolidava no discurso da COTRIJUÍ como a única capaz de viabilizar a pequena propriedade.

No Noroeste do Rio Grande do Sul, e mesmo a nível de estado, a COTRIJUÍ, em estreita relação com a UNIJUÍ/FIDENE⁹⁷, Universidade regional também com sede em Ijuí, ambas articuladas com o sindicalismo rural da região, cumpriria o papel de geradora da proposta e, mais tarde, de centro difusor da idéia.

⁹⁷ COTRIJUÍ e UNIJUÍ/FIDENE - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul e sua mantenedora, a Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste de Estado - mantêm de longa data uma estreita relação (ver notas 99 e 100), materializada em 1971 na forma de convênio (FRANTZ, 1982:147), que contemplava, dentre outras iniciativas, encontros para atualização do quadro técnico da Cooperativa e para discussão com os STRs da região (“COTRIJUÍ e FIDENE programam trabalho para o próximo ano”.

“... a COTRIJUÍ é que vai ser a pioneira em pensar a diversificação, junto com a Universidade... os sindicatos já estavam organizados, e entram também... em cada povoado, capela, escola... os moradores de uma localidade discutiam os seus problemas, elaboravam uma pequena ata... como chamávamos... programas de rádio foram criados... rádio era o grande instrumento⁹⁸... a norma era no mínimo uma vez por ano realizar um encontro de três dias de duração, onde os representantes de todos os núcleos⁹⁹ se encontravam... para a discussão dos problemas... e esse trabalho, na medida que a COTRIJUÍ também muda um pouquinho a orientação da sua direção, que no começo estava voltada mais pros grandes... há eleições e os pequenos têm mais votos... ela se envolve e se compromete com este projeto... já há uma sistemática de discussão... canais para que... Universidade, Sindicato e COTRIJUÍ trabalhem integradamente¹⁰⁰...” (24 - professor da UNIJUÍ)

COTRIJORNAL, dezembro/74:15; “III Encontro Regional do Convênio COTRIJUÍ-FIDENE”. COTRIJORNAL, abril/75:12).

⁹⁸ Ainda hoje o rádio é o principal instrumento através do qual chegam aos agricultores gaúchos não apenas as notícias, mas o debate sobre os problemas regionais, os posicionamentos de políticos, cooperativas, sindicatos, igrejas, poder público, empresários etc. É comum que STRs (ver nota 1, na página 3) e cooperativas mantenham programas de rádio com frequência mínima semanal. No caso da COTRIJUÍ, data de 1969 o início da transmissão do “Informativo COTRIJUÍ” (FRANTZ, 1982:148).

⁹⁹ O desenvolvimento em Ijuí de núcleos de base de agricultores tem origem em 1961, com a criação do Movimento Comunitário de Base de Ijuí, sob influência da FAG. “... O MCBI traz em seu bojo uma proposta política fortemente influenciada pela chamada Doutrina Social da Igreja. Prega-se o ‘comunitarismo’ como sendo a única solução política entre o socialismo e o neocapitalismo... no quadro da proposta ‘comunitarista’ o cooperativismo... tem um papel fundamental...”. O MCBI seria, a partir de 1968, incorporado pelo IEP - Instituto de Educação Permanente -, da FIDENE que, “... por sua vez, se formou a partir do patrimônio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí, através de doação feita por sua mantenedora, a Ordem dos Frades Capuchinhos, à comunidade regional...” (FRANTZ, 1982:106-10; 147).

¹⁰⁰ “... ocorria que numa mesma reunião de núcleo estivessem presentes técnicos da COTRIJUÍ, dirigentes sindicais e educadores do Movimento Comunitário de Base [depois IEP-FIDENE]. As três instituições trabalhavam de comum acordo, articuladas, embora cada uma se encarregasse nas reuniões de temas específicos. Na verdade existia um acordo tácito... competia ao MCBI... zelar pelas questões ligadas à condução pedagógica do trabalho, aprofundar-se nas questões econômicas e sociais que envolviam a produção e difundir noções de associativismo, ou seja, ocupar-se da formação ideológica do corpo associativo. Ao Departamento Técnico competia dar informações e assistência técnica, enquanto o Sindicato dos Trabalhadores Rurais procurava, na medida do possível, encaminhar aos setores competentes os problemas ou reivindicações que a COTRIJUÍ não conseguisse atender...” (FRANTZ, 1982:147).

“... Eu tenho impressão de que o fato de existir na COTRIJUÍ... um corpo técnico importante... um pouco pela história, pela filosofia desta Cooperativa, que sempre teve uma preocupação também de ordem social... o que fazia com que ela tivesse uma série de programas, um Centro de Treinamento, um grande grupo na área de comunicação social, que outras cooperativas não tinham, eu acho que isto... fazia com que ela tivesse o sistema nervoso mais à flor da pele... mais sensível às situações do seu corpo social... a organização dos agricultores de base, a multiplicação de muitas reuniões... isso de um lado, e de outro lado a relação que sempre existiu entre a Cooperativa e a UNIJUÍ... que a FIDENE também é uma instituição que, pela sua história, sempre teve um corpo de professores, de pesquisadores, extremamente crítico... acho que a gente tinha... um certo idealismo... com base em uma série de leituras, de discussões, o pessoal também viajava e coisa e tal... acho que havia uma postura crítica muito forte. E estas coisas também faziam com que... uma série de idéias e de proposições fossem levantadas e a Cooperativa tentava até implantar... eu diria que... essa precocidade... um grupo de intelectuais, tanto dentro da COTRIJUÍ quanto da UNIJUÍ, que estavam num mesmo espaço, numa mesma região...” (23 - dirigente cooperativista)

A proposta da diversificação da produção se consolidara no discurso da COTRIJUÍ como a única capaz de viabilizar a pequena propriedade. Entretanto, isto não significa que houvesse, então, um consenso construído em torno dessa proposta.

Depoimentos de alguns dos idealizadores da proposta atestam a existência de resistência entre os agricultores em aderir à diversificação nesse primeiro período:

“... as condições objetivas ainda não eram dadas, então se batia muitas vezes contra tudo e contra todos... a gente discutia com os agricultores, com a comunidade, com a liderança, todo mundo concordava... só que a prática não era de acordo... quando o cara

fazia o cálculo... ou porque estava endividado, então ele tinha que ainda tentar mais uma vez... conseguir algum dinheiro rapidamente... então ele apostava... na soja... como uma espécie de loteria às vezes... 'bah, de repente o preço dispara de novo como em 73'... então a prática fazia mais uma vez com que o cara botasse o máximo de soja..." (23 - dirigente cooperativista)

"... era pregar no deserto, a gente ia falar de qualquer outra alternativa de produção, 'ah, tá louco... não dá o mesmo resultado, não dá o mesmo lucro, babau, tô bem', não mudava nada. Então foi preciso acontecer algumas frustrações importantes pra gente começar a mexer na cabeça do produtor..." (25 - técnico de cooperativa)

"... no começo foi difícil... a coisa ficou com poucos ouvidos... 'é, seria importante, mas o que dá dinheiro é trigo e soja'... não me lembro exato se foi 78, 79, que deu alguma frustração meio pesada, aí então, quando dói no bolso, aprende-se a gemer..." (24 - professor universitário)

No próprio *COTRIJORNAL* podemos encontrar, entre inúmeros que contribuem para a apologia da diversificação da produção, alguns depoimentos de agricultores, como o reproduzido a seguir, que demonstram, naquele momento, a existência de desconfiança em relação à proposta:

"... 'Com essa diversificação de cultura nós vamos investir muito mais do que investíamos antes. E a gente não tem prática, não tem ainda estrutura para entrar nessa diversificação, não tem uma comercialização firme para os produtos. E lá pelas tantas surge... uma praga... lá numa certa altura vai acontecer o que aconteceu com o trigo e a soja... o pessoal... não sabe se é certo diversificar ou continuar com trigo e soja, esperando que o tempo melhore'..." ("Diversificar é preciso". *COTRIJORNAL*, março/78:6-8).

Apesar da não disponibilidade de registros do sindicalismo rural correspondentes ao período, é possível intuir que, de algum modo, o debate sobre a diversificação da produção, mesmo que não sob essa designação, já estivesse se introduzindo no movimento sindical rural gaúcho no final dos anos 70. Essa suposição é alicerçada, por um lado, pela força que a crítica à monocultura e a afirmação da produção para subsistência tinham entre os pequenos agricultores já em 1980, na manifestação contra o confisco da soja, bem como no conjunto das manifestações realizadas nos primeiros anos da década de 80¹⁰¹ e, por outro, pelo fato de em 1976 ter assumido a vice-presidência da FETAG o então presidente¹⁰² do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí (“O Sindicato Rural de Ijuí amplia atendimento social”. *COTRIJORNAL*, maio/76:18), entidade participante, juntamente com a COTRIJUÍ e a UNIJUÍ/FIDENE, da construção da proposta da diversificação da produção.

Consolidado no sindicalismo rural gaúcho o posicionamento crítico ao governo e às suas políticas para a agricultura, associado à crítica à monocultura e à sua contraposição pela agricultura para subsistência e produção de alimentos, a proposta da diversificação da produção apareceria, em 1984¹⁰³, com todas as letras, em publicações¹⁰⁴ dirigidas aos sindicatos de trabalhadores rurais do estado:

¹⁰¹ Ver “Plante e coma, senão o governo toma”, a partir da página 22.

¹⁰² Orgênio Rott ocuparia a vice-presidência da FETAG até 1980, quando é eleito presidente da entidade (*FETAG/RS: 30 anos de luta*, 1993:87).

¹⁰³ Dentre os materiais pesquisados, esta data marca a utilização do termo pelo sindicalismo rural. Em publicação da FETAG datada de 1993 (*FETAG/RS: 30 anos de luta*, 1993:89) é feita referência a um folheto, elaborado pela entidade em 1981, onde teria sido proposta a diversificação da produção. Entretanto, como na referida publicação o texto do folheto não está transscrito, mas sim comentado, não é possível saber se o termo “diversificação da produção” teria sido de fato utilizado no folheto ou apenas utilizado pela pessoa que redige o comentário para traduzir o conteúdo expresso no folheto de 1981 (ver nota 29, na página 33). Ainda dentre os materiais pesquisados, a proposta da diversificação da produção aparece integrando uma pauta de reivindicações apenas em 1986: "... Que haja uma nova orientação tecnológica para a pequena produção, que respeite sua especificidade, levando em conta o homem, o relevo e o clima, garantindo a conservação dos recursos naturais e incentivando a diversificação da produção..." (“Pauta de Reivindicações”, aprovada no Semi-

"Está absolutamente provado ao pequeno produtor rural que a monocultura não lhe serve. Dela só tiram proveito os granjeiros e fazendeiros. Muitas cooperativas e políticos, principalmente os de oposição, já se deram conta deste fato. Por isso, de uns tempos para cá, muita gente vem pregando a diversificação de culturas como remédio capaz de devolver o fôlego à pequena propriedade. E de fato, tem cooperativas investindo em equipamentos para receber também outros produtos de seus associados... Sem dúvida, diversificar a produção exige muita luta da colônia e dos trabalhadores da cidade, para juntos enterrarem a monocultura e o 'monogoverno' que a criou..." ("Diversificar, começando pelo governo". *Terragente*, 27, março-abril/84:9)

"... Em seu discurso, por ocasião da inauguração oficial da FENASOJA, em Santa Rosa, o Ministro enfatizou a necessidade de plantar mais milho, mais feijão e outros produtos para a alimentação, além da produção de soja. É louvável a atitude do Ministro da Agricultura. Para aumentar a produção diversificada, contudo, é preciso que o Governo forneça ao pequeno produtor rural os instrumentos necessários à viabilização da pequena propriedade familiar, enumerados no documento entre-gue..." ("Documento a Nestor Jost". *Informativo FETAG*, abril/84:5)

"... Em sua edição de junho o Informativo aconselhava o agricultor a diversificar sua propriedade, para vencer a crise do setor agrícola: 'É perfeitamente compreensível que o agricultor não pode, de uma hora para outra, mudar toda a sistemática de produção que vem desenvolvendo atualmente. Aos poucos, contudo, dentro de um planejamento racional, terá condições de implantar um sistema de diversificação que atenda à maioria de suas necessidades e que possa absorver toda a força de tra-

nário de Política Agrícola do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Cristo, setembro/86).

¹⁰⁴ O *Terragente* - publicação do GEA-Formação e Assessoria Sindical, ONG que nos 80 atuava junto ao sindicalismo rural gaúcho e movimentos sociais do campo - era dirigido às lideranças dos agricultores e suas assessorias. O *Informativo FETAG*, publicação mensal da federação, se dirigia aos STRs, tendo sido publicado a partir de 1983.

balho familiar'..." ("Fatos Que Marcaram". *Informativo FETAG*, novembro/84:4)

"... Tivemos em cada matéria publicada a preocupação de mostrar que a pequena propriedade é viável, se bem organizada e diversificada..." ("Os dois anos de informativo FETAG/RS". *Informativo FETAG*, novembro/85:3-4)

O apelo ao resgate das atividades agrícolas predominantes no período anterior à modernização da agricultura, assim como a referência à importância da produção de alimentos, aparece, de forma recorrente, em publicações da época e nos discursos atuais dos diversos agentes na afirmação da proposta da diversificação da produção:

"... era preciso começar a resgatar... coisas que tinham sido importantes no passado, a diversificação, e que se havia abandonado na euforia do trigo e da soja, que veio de cima pra baixo... Ijuí tinha sido no passado não tão importante, mas razoavelmente importante, um centro produtor de leite... uma certa tradição... se pensou no leite, e aí surge a CCGL, que hoje domina 65% do mercado do leite no Rio Grande do Sul... suinocultura, também, Ijuí tinha sido no passado, assim como Santa Rosa, Santo Cristo... cheiro de porco era cheiro de dinheiro... hortigranjeiros... piscicultura... foram sendo dados passos... o processo avançou... o processo de diversificação... avançou mais devagar do que... as expectativas que se tinha... em face da tradição passada, a gente achava que fazer um discurso, convencer, conversar bastante, em um ano, dois anos, o pessoal iria engrenar mais..." (24 - professor universitário)

"... outrora, tínhamos uma diversificação de culturas e éramos praticamente auto-suficientes em produção de alimentos essenciais... Nós podemos alterar pouco a pouco este quadro. Ao preocuparmo-nos com a produção de gêneros alimentícios diversificados abundantes, suprindo as necessidades domiciliares in-

ternas, estaremos fugindo da exploração intermediária..." ("Produção de alimentos". *Boletim CRIAEC*¹⁰⁵, 16, fevereiro/85:7)

"... Hoje as Cooperativas, principalmente aqui na nossa região, todas as entidades ligadas ao produtor estão se questionando: 'qual é o futuro, qual é a matriz produtiva capaz de dar sustento a esses produtores, dar uma vida economicamente viável e digna prá o contexto da família', e também dar uma resposta, que a terra tem uma função social de produzir comida, o pessoal que tá na cidade não tem como produzir comida, e nós como produtores temos a função de produzir alimentos efetivamente pro mercado interno, que a soja era o contrário, era pro mercado externo..." (11 - dirigente cooperativista)

"... Trabalha principalmente com leite, criação de porcos, mas, inteligente que é, planta de tudo um pouco... não falta nada na sua casa..." (*COTRIROSA em seu lar*, outubro/89:6)

"... tá muito difícil reverter, mas eu acredito que o mais difícil é a cabeça, porque ainda é possível praticar aquele tipo de agricultura, plantar prá família, vendendo alguma sobra, mas o mais difícil é fazer a cabeça do agricultor prá ele voltar àquilo, é tu fazer um trabalho de formiguinha... eu acho que seria possível, perfeitamente, se viver parecido com aquilo hoje em dia... ainda tem muita gente que vive assim..." (6 - técnico da EMATER)

Voltando à COTRIJUÍ, além do leite, outras atividades eram apontadas como "alternativas", integrando a proposta da diversificação da produção: milho ("Diversifique sua lavoura plantando milho". *COTRIJORNAL*, agosto/76:24), hortigranjeiros ("Hortigranjeiro, solução para o pequeno produtor". *COTRIJORNAL*, março/77:27); suinocultura ("Adequação da agricultura".

¹⁰⁵ O *Boletim CRIAEC* era, nos 80, o periódico publicado pela UNIJUÍ/FIDENE.

COTRIJORNAL, julho/77:25); fruticultura, piscicultura, colza¹⁰⁶ (“Em busca da diversificação”. *COTRIJORNAL*, novembro/77:28).

Em Santa Rosa e região, nas entrevistas realizadas¹⁰⁷ em 1994, a cultura do milho e a suinocultura, provavelmente não apenas por não se constituírem em atividades novas na região mas por representarem o sistema produtivo que fora dominante antes da expansão da sojicultura, embora sendo lembradas como parte do processo de diversificação da produção, jamais são mencionadas como “alternativas”, mesmo sendo vários os registros a respeito do crescimento de sua importância, especialmente da suinocultura, que passava a ser desenvolvida a partir de novos padrões tecnológicos.

Várias das “alternativas” são lembradas como tentativas frustradas:

“... todos os que plantaram feijão deram com os burros n’água... essa era a grande e irresponsável diversificação da ASCAR, da assistência técnica das cooperativas...” (4 - dirigente sindical)

“... já houve várias frustrações... a colza, que era uma grande solução, uma cultura de inverno, que hoje é o óleo mais caro que se encontra no mercado, o óleo de canola... foi produzido colza aqui, só que não tinha um acompanhamento técnico... e se colheu e a Olvebra passou a não comprar, eu fui um deles que produzi colza e depois acabei jogando num buraco porque começou a inçar as roças... o girassol foi dado um incentivo... e se en-

¹⁰⁶ A colza foi trazida da Alemanha em 1974 pela COTRIJUI, ocupando, em pouco tempo, cerca de 8 mil hectares na área de atuação da Cooperativa. “... Quando o agricultor pensava que tinha encontrado mais uma alternativa para a lavoura de inverno, um incidente na Espanha, com a intoxicação de algumas pessoas que consumiram óleo com corante, tirou a colza do mercado e da lavoura... Passados quase 20 anos... a colza, numa jogada de marketing, ganhou um novo nome - canola - e voltou...” (“Colza: experiência de 20 anos”. *COTRIJORNAL*, julho-agosto/93).

¹⁰⁷ Como já mencionado anteriormente, nenhum dos agricultores entrevistados pertence à área de abrangência da COTRIJUI. Desta forma, o que se pretende a seguir não é avaliar os resultados dos programas desenvolvidos por esta Cooperativa, mas sim captar as percepções expressas nas entrevistas a respeito do impacto de programas semelhantes aos implantados pela COTRIJUI, desenvolvidos muitas vezes sob inspiração daquela Cooperativa.

cheu as lavouras de girassol porque se ia fazer muito dinheiro e depois passaram a não comprar, os galpões abarrotados daque-las cabeças de girassol, não se tinha nem máquina prá debulhar na época... a tungue foi outra decepção, se instalou uma indústria aqui em Tucunduva, pertinho, que ia comprar toda produção de tungue, que ia produzir óleo... prá combustível, e que ia ser a grande saída da região, houve uma frustração, todo mundo começou a encher de tungue, comprava a semente pagando caro e depois ela nasce e dá uma baita árvore, aí tiveram que passar e arrancar aquilo, houve frustrações muito grandes..." (1 - dirigente sindical)

"... aqui se experimentou... criação de galinha, porque também é o que se vende no comércio, então se criou mais galinha, e o porco, sempre também tava junto, se começou com frutas, também, mas ali o comércio, nós estamos meio retirados do comércio, porque isso tem que ser transportado e também é difícil... então aquilo começou a ficar de novo parado... o gado leiteiro... isso sim, pros pequenos, como por aqui, quase cada um, cada família, ela trabalha com leite... isso, dá prá dizer, é quase o melhor negócio que tem, embora que às vezes é pequeno, mas cada mês tem um pouco, não é?... é assim, porque a soja ela não dava mais tanto..." (16 - liderança comunitária)

Apenas ao leite é atribuída a qualificação de “alternativa” que deu certo.

"... outras culturas... isso não tá mexendo muito, isso é muito no papel, e no papo, que está acontecendo isto, mas... tem a alternativa essa do leite, então essa sim, se constituiu numa alternativa... basicamente está ocupando esse espaço que a soja deixa com menos serviço, então o leite é a alternativa que realmente pegou..." (19 - dirigente sindical)

"... bueno, aí começa a se apostar também, forte, em alguma alternativa, leite principalmente, isso já na década de 70, 78-79... eu era guri novo... o leite entra como alternativa de renda... tu tinha mão-de-obra ociosa, tu ainda não tinha aberto todos os

potreiros, ainda não tinha derrubado o capim elefante de todos os barrancos, e passa a entrar alguma vaquinha melhor, e o leiteiro junta de três, de cinco, não interessa a quantia de litros..." (4 - dirigente sindical)

"... nós entramos doze aqui de Santo Cristo... naquela vez eles chamavam, então nós tinha assistência de Santa Rosa... vinha o agrônomo e o veterinário, quase cada semana eles vinham aí... prá leitaria... vinham ali, olhavam as vacas, nos davam instrução... era ano de 78 em diante..." (14 - liderança comunitária)

"... depois do soja começou a entrada da produção leiteira, que antes não tinha, era pouca... esse negócio do leite que mais entrou acho que foi a partir de 83, 84, quando o pessoal começou a sair do soja e começou a produção leiteira... alguns começaram a voltar alguma coisa com porco, acho que foi a partir de 84, 85, 82 já começou acho... na verdade quando se começou a falar em diversificação... começou a se entrar mais no leite... Começou a se produzir suíno, do jeito que se sabia produzir, alguns com inovações, com melhoramentos... 'vamos entrar na diversificação!'... o pessoal entrou..." (8 - dirigente cooperativista)

"... o pessoal que ainda tinha um pouco mais de recursos, eles começaram a buscar alternativa no leite, começaram a se estruturar com algumas vaquinhas e tal, e começaram a produzir leite..." (5 - dirigente sindical)

"... aí começou aos poucos a concentrar mais... naquele tempo começou a selecionar mais... menos gente criar porco e criar mais porco... a Prenda começou a fornecer todos os reprodutores... foi selecionando, sendo construídas instalações sempre maiores... os que ficaram de fora, esses entraram pro leite, o pessoal começou a produzir leite e foi tendo cada vez menos dinheiro, plantando soja, vendendo leite... antes o leiteiro passava só por uma rua principal e o pessoal carregava o leite dois, três

quilômetros... e quando o pessoal parou de criar porco... aí começou o leite a ter importância..." (10 - dirigente sindical)

"... o bom da diversificação, de todo o discurso, é que as mulheres¹⁰⁸ começam a tirar leite, começam a botar um dinheirinho prá dentro de casa, e que hoje não poucas propriedades tiram mais dinheiro... com o capim elefante na beira da estrada, com o potreirinho, que não tinha jeito de fazer roça dele porque era muito ruim... e, às vezes, uma pastagenzinha, que no inverno não dá soja mesmo... tiram mais de meia dúzia de vaquinhas do que tiram do resto da lavoura..." (4 - dirigente sindical)

É possível observar que, apesar dos resultados não exitosos de algumas das “alternativas” implementadas, a proposta da diversificação da produção, enquanto proposta genérica que objetiva a reestruturação da agricultura regional, se consolida, nos 80, entre os diversos agentes.

Nesse processo, a proposta de agroindustrialização - aparentemente única, mas na verdade diferentes agroindustrializações - é construída como “o” caminho viabilizador da diversificação da produção.

¹⁰⁸ São frequentes as referências ao fato da produção de leite se caracterizar como atividade realizada pelas mulheres: “... levou um período de 10 anos prá se consolidar, hoje sim... hoje o produtor dá ao leite a mesma importância que dá às demais culturas... durante os primeiros 10 anos o leite era uma atividade marginal na propriedade, era uma atividade, inclusive, e isso é um fato curioso, que foi entregue às mulheres na propriedade... era uma coisa que os caras, os maridos lá, concordavam em fazer, porque inclusive ia dar serviço prás mulheres, dá um troquinho prás mulheres... tratado assim... era atividade das mulheres...” (25 - técnico de cooperativa). “... Tirar o leite sempre foi serviço da mulher... o homem tá pouco se lixando, ele vai plantar o soja dele, se a mulher quiser fazer os pilas lá que faça, nunca deu o dinheiro prá ela igual... isso deu motivo prá pauleiras e discussões e brigas prá algum casal, imagina o dono sendo ameaçado pelo poder econômico da mulher que tá tirando leite de meia dúzia de ‘cabritas’...” (4 - dirigente sindical). Ver também nota 57, na página 62.

diversificação? agroindústria!

“... a Cooperativa vai lançar a idéia... não adianta só pensar em produzir... tem que pensar na cadeia produtiva até chegar ao consumidor...” (24 - dirigente cooperativista)

“... até há pouco tempo o sistema cooperativista nada mais era do que uma intermediação... comprava soja do agricultor e vendia prá Olvebra... em outras regiões isso já avançou mais... aqui na região [Santa Rosa]... nos últimos quatro ou cinco anos as cooperativas já estão vendendo essa necessidade aí e estão sofrendo um avanço... hoje... pequena fábrica de conservas, cerealista... e a própria iniciativa privada, aqui na cidade tem a Ricazolli, que faz conservas... a Prenda entrou na produção de pepinos... pipoca, amendoim, abóbora prá doces, esse tipo de coisas. Já tem alguma coisa assim, e agora o Frigoaves... é um abatedouro de aves... que está se tentando montar aqui no município... não tem porque não dar certo... nós estamos aí com a cotação da soja em alta e essa Ricazolli, que se instalou aqui o ano passado, está indo bem... é de propriedade de um grupo daqui, 9 ou 10 empresários que se juntaram... é pequeninha, mas esse ano já foi algumas toneladas de produto que eles compraram, tudo produzido assim alternativo... lentilha, amendoim, pipoca, pepino, milho verde. E as duas cooperativas estão aí a todo vapor, com a cerealista, tá faltando matéria-prima... a fruticultura de clima tropical, foi a COTRIROSA e a EMATER que desenvolveram... tem algumas iniciativas... mas esse ano deu assim uma paradinha, principalmente no caso do milho, por causa da reação do preço da soja. Mas é irreversível, não tem mais, o agricultor já apanhou bastante, eu acho que desta vez vai, não vai assim voltar ao que era nunca mais, infelizmente não tem mais volta, mas ao menos não ficar assim 95% na dependência da soja...” (6 - técnico da EMATER)

Já em 1977, quando da implantação do programa leite da COTRIJUÍ, a idéia da industrialização da matéria-prima era associada à proposta da diversificação da produção:

“... a produção de leite na região está dentro de um programa geral que visa diversificar a produção dos associados... este programa de diversificação da COTRIJUÍ não pode ficar apenas no puro incentivo ou apenas na assistência técnica, mas também prevê condições de recebimento, armazenagem, comercialização e industrialização dos diferentes produtos...” (“Novos caminhos para o leite”. *COTRIJORNAL*, dezembro/77:22-3)

A partir dos 80 - na COTRIJUÍ já no início da década, na COTRIROSA alguns anos mais tarde - a agroindústria se consolidaria no discurso das cooperativas como solução para viabilizar a diversificação da produção.

“... Um grande número de associados da Cooperativa já aderiu ao plano de diversificação, mas, em contrapartida, tiveram outros problemas pela frente... a inexistência de uma estrutura de recebimento e, principalmente, de comercialização para esses produtos alternativos. A criação de uma cerealista¹⁰⁹ foi a saída encontrada pela Cooperativa para realmente dar segurança ao produtor e respaldar a proposta de diversificação que defende junto aos associados...” (“Apoio à diversificação”. *COTRIJORNAL*, novembro-dezembro/85:21)

A agroindústria era apresentada como resposta às “alternativas” frustradas, como o ingrediente cuja ausência até então impedira o pleno sucesso da diversificação da produção.

“... Assim como o programa de implantação de pomares citrícolas... a COTRIROSA... vem planejando outras atividades como opção

¹⁰⁹ “A cerealista COTRIJUÍ existe desde 1983... Quando a COTRIJUÍ adquiriu a cerealista, a idéia da agroindústria já era vista como uma saída para a produção diversificada da região...” (“Cerealista: a caminho da agroindústria”. *COTRIJORNAL*, junho-julho/87:8).

de diversificação para os produtores. Entre estas está a estruturação de uma cerealista... pretende-se inicialmente incentivar no sistema de produção integrado as seguintes culturas: feijão, milho pipoca, amendoim, girassol, painço, colza... A comercialização dos produtos será efetuada após o beneficiamento... através das marcas RONCADOR e COTRIROSA." ("Cerealista: opção para diversificação". *COTRIROSA em seu lar*, agosto/90:5)

"... A COTRIROSA, como cooperativa de produção e comercialização, tem buscado de forma incessante novas propostas, alternativas capazes de sustentar uma nova matriz produtiva, para a região produtora e para o sistema cooperativo... Sob este enfoque está iniciando o seu funcionamento, o Laboratório de Doces e Conservas da COTRIROSA... Esta produção será originada inicialmente nos seguintes produtos: pepino, picles, figo, abacaxi, mamão, goiaba, pêssego, abóbora e uva. Esta produção de doces e conservas será comercializada através da cerealista da COTRIROSA, sob a marca RONCADOR." ("Doces e conservas: o novo investimento da COTRIROSA". *COTRIROSA em seu lar*, dezembro/92:3)

No planejamento de atividades da COTRIROSA para o ano de 1993 a agroindustrialização seria eleita a primeira prioridade:

"... 1)Agroindustrialização: industrialização de carnes (aves, suínos e bovinos); industrialização para sucos; ampliação do moinho de trigo; indústria para doces e conservas (laboratórios já funcionando); industrialização da mandioca (farinheira); industrialização da erva-mate; industrialização de arroz... industrialização do leite (fomento à produção e sanar as dificuldades da industrialização e comercialização); industrialização da cana-de-açúcar... Para contribuir na viabilização destas prioridades, foi sugerido e aprovado a criação do Fundo para o Desenvolvimento Agroindustrial..." ("Programa de prioridades da COTRIROSA". *COTRIROSA em seu lar*, fevereiro-março/93:3)

Associando à agroindústria a garantia de comercialização dos produtos dos agricultores, o apelo à segurança, anteriormente presente na afirmação da proposta da diversificação, passa a ser recorrente na afirmação da proposta da agroindustrialização.

“... Pode-se dizer que, hoje, o sistema cooperativo atravessa momentos importantes e cruciais. O cooperativismo quer fechar todo o ciclo da produção, partindo da matéria-prima, passando pela sua transformação e, por fim, comercializando sua produção. Isso bate com a idéia de investir na instalação de agroindústrias por parte da cooperativa pois, num sistema integrado, o produtor rural terá a certeza da colocação da sua produção, seja ela qual for, e propicia aos mesmos uma grande gama de diversificação como a criação de aves e produção de frutas, mesmo não sendo comum na região, irá gerar uma renda mais perene, deixando de correr o risco permanente da monocultura que, muito mais que investimentos tecnológicos, depende das variações climáticas, o que causa uma permanente insegurança ao homem do campo. Com a gradativa implantação destes projetos, a COTRIROSA quer propiciar ao homem do campo todo o conforto que um sistema integrado de produção pode assegurar.” (“U\$\$ 45 milhões: feliz 1993”. *Saga*, 17, dezembro/92:6-7)

É interessante observar que as cooperativas, ao mesmo tempo em que buscam, perante os agricultores, se diferenciar das agroindústrias integradoras, empresas a que é associada - especialmente pelo sindicalismo rural - a idéia de exploração dos agricultores, chegam a construir - ao menos no caso da COTRIJUÍ - para seus associados participantes dos programas de diversificados a identidade de “cooperados”, que parece não diferir de maneira significativa dos “integrados”, que caracterizam a relação estabelecida entre agroindústrias e agricultores¹¹⁰.

¹¹⁰ No Sul do Brasil esse sistema de integração tem origem na região Oeste de Santa Catarina. SILVESTRO (1995:128) aponta como marco o início da década de 50, quando a Sadia lança o “Fomento Agropecuário”, integrando “... verticalmente a produção de matérias-

“... As cooperativas precisam pensar na agroindústria cooperativa, para evitar que o agricultor se torne um pré-posto de indústrias capitalistas, principalmente de Santa Catarina, que não buscam a defesa dos interesses dos agricultores e sim os seus resultados mercantes...” (“Seminário de técnicos da Grande Santa Rosa”. *COTRIROSA em seu lar*, dezembro/89:5-6)

“... O sucesso que o cooperado de suínos alcançou... em apenas meio ano aumentou em 88% o recebimento de animais em relação ao rebanho entregue durante todo o ano de 1985... Os reprodutores são fornecidos pela COTRIJÚI, que garante ainda toda a assistência técnica e os insumos necessários...” (“Suínos: 51 mil animais abatidos”. *COTRIJORNAL*, outubro/87:5)

“... Na área de atuação da COTRIROSA, a maioria dos associados são pequenos produtores, e dentro desta realidade, a cooperativa abriu canais de discussão e está tentando viabilizar a propriedade através de alternativas de diversificação. Em face disso, a COTRIROSA está organizando grupos de produtores através de sua cerealista. O produtor planta, recebe toda a assistência técnica necessária e a comercialização é garantida pela Cooperativa. Para intensificar este trabalho, é necessário que o produtor esteja consciente do que significa produzir diversificados, e produzir com qualidade para competir no mercado. Além do moinho colonial já implantado, e do projeto de citricultura, a cooperativa está introduzindo aos associados o projeto de suinocultura e viticultura... Estas são algumas alternativas que a Cooperativa está proporcionando ao quadro social, no sentido de fazer com que o produtor tenha mais fontes de renda, porque hoje somente com a produção de soja e trigo o agricultor não consegue se manter na propriedade...” (“1990: COTRIROSA produz alternativas, apesar das dificuldades”. *COTRIROSA em seu lar*, dezembro/90:5)

primas à sua transformação; isto é, agricultores e agroindústria estabelecem um acordo ‘mútuo’, com garantias de produção e de compra... A agroindústria se responsabiliza em financiar os investimentos necessários, referentes aos insumos e materiais, e em fornecer assistência técnica...”.

Também para o proprietário do frigorífico sediado em Santa Rosa, Prensa, o maior em número de abates de suínos do estado, 1.000 agricultores da região integrados em fevereiro de 1994, diversificação e agroindústria andam juntas:

“... A nossa empresa, que vive em função dos suínos, e que estamos muito interessados no desenvolvimento desse setor... porque nós temos uma capacidade ociosa muito grande, nós estamos com quase 40% de ociosidade na nossa indústria, procuramos ouvir os nossos agricultores... Tá tão enraizado isso na nossa região, o fenômeno trigo e soja, que tá criando, vamos dizer assim, uma cultura no nosso agricultor bem diferente do que nos anos passados, aonde a família toda se envolvia na criação de porco, na extração do leite, na comercialização do leite, na venda de ovos, de galinha, no preparo da sua própria comida, na base de carne de porco, salame, linguiça, defumados... hoje praticamente nem isso mais fazem... de forma que nós estamos muito preocupados e estamos trabalhando muito em cima disso... uma expectativa do futuro, que eu boto muita fé nisso aí, que haverá um retorno, um crescimento da suinocultura, baseado no aumento do plantio de milho, que ocorre nas lavouras de médio e grande porte, que estão partindo para o plantio direto... Eu entendo que a diversificação dessa nossa região aqui deve ocorrer no setor de produção de grãos... voltados para a transformação em produtos mais nobres, que seriam carne, leite, ovos... mudar a sistemática de produção da pequena propriedade, em vez de produzir o grão que vai embora sem agregar valor nenhum, que fosse produzido o grão que fosse transformado na sua própria propriedade, que viesse para as cidades, aonde sofresse um novo processo de industrialização, agregando a comunidade como um todo e agregando valores, esse é o meu ponto de vista do que deveria acontecer... as APSATs¹¹¹... facilita muito... uma concentração

¹¹¹ As APSATs de suínos, difundidas na região estudada, são associações de agricultores onde, funcionando na forma de condomínios, são mantidas as porcas matrizes e criados os leitões, posteriormente repassados aos associados para a realização das fases de engorda e terminação dos animais, depois comercializados por cada agricultor através de relação individualizada com a agroindústria. “... A primeira APSAT de suínos nasceu... no inte-

de 100, 200, 300 criadeiras, dentro de umas construções aonde existe calefação, existe higiene, maternidade, creche etc... nós achamos que isso é um projeto muito viável, muito bom, que reduz custo, aumenta produtividade, e melhora a qualidade, por isso que a nossa empresa apoia muito esse tipo de condomínio..."

(13)

A ênfase na agroindustrialização como saída da crise, afirmada como necessária para a viabilização da diversificação da produção da pequena propriedade, apresenta-se como componente também, juntamente com a "necessidade de mudança da matriz produtiva da agricultura", do ideário que justifica as ações do governo do estado, que incentiva, através da EMATER, a criação das Associações de Prestação de Serviços e Assistência Técnica - APSATs (entrevistado número 12, atual vice-governador do estado).

A mesma ênfase é explicitada em publicação da UNIJUÍ:

"... A diversificação, concebida nos termos da proposta... outras culturas, com maior tecnologia e dirigida ao mercado... deve quase que necessariamente estar vinculada à dinâmica industrial, através das agroindústrias..." (HETZEL, 1993:28)

A associação entre saída da crise da agricultura familiar, diversificação da produção e agroindustrialização também daria o tom do "1º Seminário de Diversificação de Culturas para a Região" de Santa Rosa, realizado em julho de 1989, em Tuparendi. Esse seminário, promovido pela Câmara Municipal de Vereadores de Tuparendi, contava com o apoio da Agribrás, indústria de conservas alimentícias que se implantava na região, e tinha entre seus palestrantes técnicos de grandes agroindústrias, cooperativas e

rior de Tenente Portela. A de Santo Cristo - que possui ao todo 15 APSATs de suínos - foi a segunda criada no estado e nasceu em 1984... a segunda Associação de suínos de Santo Cristo só foi criada... em 1988... Apenas quatro APSATs de suínos de Santo Cristo envolvem 96 agricultores que são responsáveis por 35% da produção do município..." ("APSAT: pequenas cooperativas". COTRJORNAL, julho/90:17).

EMATER, além de representante da Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul - segundo *folder* de divulgação do evento.

Essa associação não se constitui em uma particularidade regional. Já há algum tempo tornara-se componente-chave das estratégias de expansão de duas das mais significativas - não apenas em termos de sua expressão econômica, mas especialmente por seu papel pioneiro na geração e aperfeiçoamento do sistema de integração agricultor-agroindústria - empresas agroindustriais com atuação no Sul do Brasil, a Sadia e a Souza Cruz, ambas presentes na região de Santa Rosa.

Em 1988, a Sadia descrevia da seguinte maneira sua visão de “propriedade padrão para o ano 2.000”:

“... área mínima de 20 hectares; reserva florestal de 20% da área total (preservação permanente); área mecanizável de 8 hectares; área com pastagem 2 hectares, incluindo capineiras; uso do solo de acordo com a sua capacidade; conservação em toda a área de cultivo; água em quantidade e qualidade; plantel de 15 porcas; 5 vacas de leite mestiças com produção média diária de 10 a 12 litros; aviário com capacidade para 6 mil aves; aproveitamento integral dos dejetos; mão-de-obra: 4 pessoas; produção de 900 sacos de milho; plantar 2 hectares de trigo; soja consorciada em 4 hectares; feijão ‘safrinha’ 1 hectare; capacidade de armazenamento de toda a produção; horta para o abastecimento doméstico; pomar com predominância de citros; açude para a produção de peixe e reserva de água; boa via de acesso, luz elétrica, telefone; proprietário com capacidade administrativa, bem informado e acessível a inovações...” (“Projeto 21”. Sadia, 1988)

Em “A Pequena Propriedade no ano 2.000 - análises e sugestões para viabilidade”, a Souza Cruz (s.d.) apontava as vantagens da diversificação da produção:

“... A propriedade eficaz e eficiente do futuro deverá utilizar sistemas dinâmicos de produção diversificada, com três a cinco atividades, a fim de maximizar a utilização de sua mão-de-obra e aumentar a produtividade do solo, das plantas e dos animais, para atingir patamares de renda compatíveis com as necessidades econômicas de sua família. A monoatividade na propriedade familiar é, geralmente, de baixa eficácia por natureza, instável e de altos riscos e não contempla todos os recursos do produtor, além de ser contra-indicada agronomicamente. A pequena propriedade diversificada é viável sócio-economicamente. Está menos dependente de fatores climáticos e de mercado. Proporciona condições para o estabelecimento de agroindústrias sólidas e vem ao encontro das políticas e planos de desenvolvimento agrário. O modelo agro-silvo-pastoril parece constituir-se na melhor modalidade exploratória para a pequena propriedade da região Sul. Diminui o êxodo rural. O planejamento do desenvolvimento rural será elaborado integrando agricultores, agroindústrias, cooperativas e setores públicos atuantes no município, estabelecendo a participação e responsabilidade de cada segmento...”

Em 1994, o debate sobre a implantação de um frigorífico de aves em Santa Rosa, o Frigoaves, iniciativa da prefeitura de Santa Rosa e resultado de um *pool* de cooperativas da região (a Central Noroeste de Cooperativas, formada para aglutinar as cooperativas da região em torno dessa iniciativa), ilustra a consolidação regional desse projeto:

“... Osmar Terra, prefeito de Santa Rosa: ‘... A região quer mudar, partir para alternativas industriais, fugir da monocultura soja-trigo. Os agricultores estão interessadíssimos no projeto e vamos conviver em breve com a nova realidade’... Aldir Bernardi é presidente da COOPERCAND... A cooperativa atua em Santa Rosa e Tuparendi. Ele aposta na consolidação da avicultura na região e fala como pequeno produtor: ‘O frigorífico de aves traria grandes benefícios para nossa região, castigada pelo domínio da soja. Os principais beneficiados seriam os pequenos agri-

cultores. Este empreendimento vai mexer com a estrutura regional... Está na hora de nos conscientizarmos que a soja está des-capitalizando o pequeno produtor, pelos altos custos da lavoura. O milho vai ganhar espaço com o Frigoaves e os frangos provocarão receitas extras'... Dorneles Gerloff é Superintendente da COOPERMIL... Esta é a cooperativa mais antiga da região, fundada em 27 de agosto de 1955. Atua em 10 municípios e tem sua sede instalada em Santa Rosa. Gerloff diz que... ‘o quadro regional não é bom para se falar em dinheiro, mas o momento é agora para empreendermos na busca de alternativas de crescimento’... Darci Roque Tubiana preside a COMTUL... A cooperativa atua em Tucunduva, onde tem sua sede, e Novo Machado. Tubiana é um dos mais entusiasmados com o Frigoaves e diz que seus efeitos serão mais positivos do que a Operação Tatu, no início dos anos 70... ‘A direção da COMTUL aposta no projeto como alternativa para a pequena propriedade’... Otmar Almíro Appelt é presidente da COOPERTAL, com área de atuação no município sede, Tuparendi... ‘Muitos agricultores já nos procuraram para pedir informações sobre aviários e o sistema de integração. Vejo o frigorífico de aves como uma grande saída para a região’... Carlos Alberto Martini é 2º vice-presidente da COTRIMAIO... atua em 12 municípios da região de Três de Maio, onde tem sua sede instalada. Ele acredita no Frigoaves como elemento transformador na diversificação da agricultura regional... ‘Nossos agricultores manifestam interesse... A nível de cúpula, nossa diretoria acredita no projeto, pois nossa luta é constante em favor da agroindustrialização. Este fator é decisivo para o setor primário se expandir e se consolidar. Aguardamos com expectativa o estudo de viabilidade econômica’... Afonso Lúcio Perius, além de presidir a COTRIROSA é também o presidente provisório da Central Noroeste de Cooperativas... Perius não esconde o grande entusiasmo que reserva ao frigorífico de aves... ‘Como é que não vamos nos entusiasmar com o Frigoaves, um projeto que viabiliza o milho, traz o frango como produto novo, gera tributos, empregos, transportes... e por aí seguem os benefícios’..." (“Cooperativas aguardam conclusão do estudo de viabilidade econômica do Frigoaves”. *Jornal Noroeste*, Santa Rosa, 21/01/94:6)

Essa aposta das cooperativas e poder público na agroindustrialização é construída, assim como ocorreria no processo de afirmação da proposta da diversificação da produção, a partir de sua associação com as atividades agropecuárias desenvolvidas no período anterior à modernização da agricultura regional¹¹²:

“... da descoberta de que era preciso investir também nas pequenas coisas como forma de diversificar as atividades da propriedade e buscar novas receitas, que nasceram os cooperados da COTRIJUÍ... envolvendo um total de três mil produtores da região... Os projetos cooperados... vieram para tentar resgatar aquelas atividades simples que eram desempenhadas na região até antes da hegemonia da soja e do trigo...” (“Diversificação na prática”. *COTRIJORNAL*, outubro/87:4)

Mas, como podemos observar a partir do depoimento de uma agricultora ao *COTRIJORNAL*, reproduzido a seguir, bem como no debate que ocorre no sindicalismo rural, analisado no próximo item, para os agricultores a proposta da agroindustrialização tem um sentido bastante diverso daquele trabalhado por cooperativas e agroindústrias.

“... *Eu acho que uma preocupação seria aproveitar tudo aquilo que se produz. Então a Cooperativa pode crescer para aproveitar a sobra dos hortigranjeiros, senão isso vai se estragar. Acho que um dia dá para ter uma fábrica de enlatados, para não se comprar mais pepinos, se podemos produzir aqui e enlatar para ter fora de época’...*” (“Diversificar culturas”. *COTRIJORNAL*, novembro/78:6).

Na fala dos agricultores e de seus representantes, a associação entre produção diversificada e agroindustrialização - ao propor o “ciclo completo”

¹¹² Ver também o depoimento do proprietário do frigorífico Prenda, transrito 3 páginas atrás.

dos produtos agrícolas - remete fortemente à noção de autonomia campesina.

DA PRODUÇÃO PARA SUBSISTÊNCIA À “ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO”

contextualizando: em busca de respostas concretas

“... a consciência política só não basta, tem que fazer a propriedade garantir a sobrevivência...” (depóimento de um dirigente de associação, in: BASSO, 1993:12)

Nos últimos anos da década de 80 e primeiros anos da década de 90 ocorrem importantes mudanças no sindicalismo rural gaúcho.

Como foi visto em “1987: uma luta dos pequenos” (páginas 35 a 48), 87 marca a intervenção cutista no sindicalismo rural do estado, mas nos anos seguintes a unidade na luta entre CUT e FETAG não se repetiria.

Do lado da CUT, a partir de 88 seu calendário de lutas passa por um processo de unificação com outros movimentos e entidades com atuação no campo¹¹³, ideologicamente mais próximos do sindicalismo cutista do que FETAG/CONTAG, e por um processo de unificação nacional, centralizado pelo DNTR, que então se constituía¹¹⁴.

¹¹³ O panfleto “Em abril, rurais param o Brasil”, da CUT-Departamento Rural, MST e CPT, datado de 1988, assinala o início desse processo, que viria a desembocar, em 1994, no I Grito da Terra Brasil.

¹¹⁴ Já nas lutas de 87 se ensaiara o processo de unificação nacional do sindicalismo rural cutista (ver: “Governo quer acabar com os pequenos produtores”. *Boletim especial da CUT Nacional - construindo o Departamento Rural Nacional da CUT*). Esse processo se consolida no I Congresso do DNTR, realizado em São Paulo, de 30 de abril a 4 de maio de 1990 (“Caderno de Teses”. I Congresso do DNTR). No Sul, os sindicatos cutistas, vinculados aos Departamentos Estaduais dos Trabalhadores Rurais da CUT do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, criados a partir de 90, iniciavam o processo de consolidação de sua articulação.

O afastamento do DNTR em relação à CONTAG se aprofundaria em 1989, com a decisão do sindicalismo rural cutista de não participar do Congresso da Confederação (“CUT não vai ao Congresso da CONTAG”. *Boletim do DNTR*, 1, janeiro de 1989:1). A relação entre CUT e CONTAG/FETAG foi sempre um tema muito polêmico, sendo que vinha do Sul a maior resistência a essa integração.

Nos 90 a política do DNTR em relação a essa questão passaria por uma inversão, culminando, em 95, com a filiação da CONTAG à CUT. Mas essa não seria uma trajetória linear. Em 95, a política implementada pela CUT seria bastante diferente da que aprovara em 90: “... a implantação do Departamento não deve descartar a possibilidade de utilizar a estrutura vigente nos estados onde a avaliação política demonstre a necessidade de disputar as federações... se trata de utilizar esse espaço para construir nosso projeto organizativo, isto é, reforçar a construção dos departamentos... a decisão de construir a nova estrutura por dentro da velha deve estar relacionada com a concepção de destruí-la para construir nossa proposta...” (“Resoluções do I Congresso do DNTR, in: “Iº Congresso do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT/RS - Resoluções”. 1990:21). Ainda, seria também em 1995 que no Rio Grande do Sul a CUT articularia, em processo de composição, sua participação na direção da FETAG.

Do lado da FETAG, pode-se supor que a atuação da CUT em 87, que de certa forma abalara o que até então fora quase um monopólio político da FETAG no sindicalismo rural gaúcho¹¹⁵, tenha causado um certo “susto”, aprofundando suas desconfianças e receios em relação aos cutistas.

ção a nível de macro-região, o Fórum Sul dos DETRs, que realizaria sua primeira plenária em 1993 (“Relatório da 1ª Plenária do Fórum Sul dos DETRs”. Chapecó, março de 1993).

¹¹⁵ Essa visão monolítica da FETAG é tão forte que impede (ainda no relatório do “Encontro de avaliação e planejamento das atividades para 1994”) a FETAG de sequer mencionar a existência da CUT em qualquer de seus documentos... que dirá reconhecer sua contribuição para as lutas no campo. Cabe ressaltar que no sindicalismo rural, em todo esse período, esse tipo de visão não foi exclusividade da FETAG.

Ainda, em 1986 a FETAG havia investido toda sua energia nas eleições daqueles que escolhera como seus candidatos à Assembléia Nacional Constituinte, elegendo um deputado federal pelo PMDB (o entrevistado número 12). A prática política de escolher candidatos através do movimento sindical e de colocar a máquina sindical a serviço dessas candidaturas, que nos anos seguintes seria repetida (em eleições municipais e estaduais) pela FETAG, não contava com a concordância daqueles sindicalistas cutistas que ainda defendiam no interior da CUT que esta deveria participar da Federação, o que contribuiu para aumentar o tensionamento e afastamento entre as duas entidades.

A partir do quadro descrito acima, podemos identificar que a partir do final dos 80 CUT e FETAG passariam a ter trajetórias marcadamente distintas, embora com confluências, inclusive no que diz respeito ao debate sobre as perspectivas da agricultura familiar.

Completando esse quadro, é importante lembrar que alguns acontecimentos ocorridos em 89-90, mais especificamente a queda do muro de Berlim, a derrota de Lula nas eleições presidenciais e a ascensão no País, com Collor, do projeto neoliberal e toda sua carga ideológica, inaugurariam para aqueles que se colocavam na construção de um projeto socialista, dentre esses os sindicalistas cutistas, um período de crise político-ideológica¹¹⁶.

Ainda, é necessário ter presente que o fortalecimento no País do ideário neoliberal legitimava, em relação à agricultura, o papel não intervencionista do Estado, papel que fora, em 1989, colocado em disputa por ocasião

¹¹⁶ Na história recente (pós ditadura militar) dos movimentos populares e partidos de esquerda no Brasil parecia, até então, que o fortalecimento e construção do projeto socialista seria um processo linear ascendente. Essa forma de encarar a história talvez explique a impetuosidade, característica até então, da militância desses movimentos e partidos. Ainda, de maneira simplista, poderíamos considerar essa crise como o equivalente sindical/popular do que nas Ciências Sociais se convencionou chamar “crise de paradigmas”.

do debate sobre a Lei Agrícola, complementar à Constituição (ver: “Lei Agrícola: o campo vai à luta”, *Boletim do DNTR-CUT*, julho/89).

“O pacote agrícola, anunciado pelo governo Collor, representa na prática a implementação da proposta de lei agrícola elaborada e defendida pelas entidades que representam o latifúndio, como a Confederação Nacional da Agricultura, a Sociedade Rural Brasileira, a Organização das Cooperativas Brasileiras e a Frente Ampla da Agricultura. Esta é a avaliação inicial da executiva do departamento estadual dos rurais da CUT... o pacote divulgado no dia 14 de agosto, com o nome de ‘Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura’... são medidas que se inserem dentro da lógica de liberalização da economia...” (*Folha da Terra*¹¹⁷, 1, agosto-setembro/90:3)

A intensificação do processo de integração do Cone Sul, tema extremamente prestigiado pela mídia, especialmente a gaúcha, vem a reforçar esse ideário, consolidando como senso comum a “inevitabilidade da exclusão dos que não são competitivos”.

“... começa a aparecer os problemas dos altos custos sociais que esta integração vai trazer... tanto as indústrias como os agricultores que não conseguirem se adaptar às novas condições de produção e produtividade vão falir. Aí, como o Estado não socorre estes produtores com subsídios, vai ter muito desemprego e muito agricultor assalariado, no campo ou na cidade, ou se ainda pode, se integrar a alguma grande agroindústria... para os pequenos agricultores vai ser o fim da viabilidade da produção de alguns produtos que estão produzindo hoje...” (“Iº Congresso do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT/RS - Resoluções”. 1990:9-10)

Tudo isso em um período em que se aprofundavam, a nível nacional, as distorções na distribuição de renda, com consequente elevação da fome e

da pobreza (PELIANO, 1993). Também a situação econômica dos agricultores familiares do Sul do País se agravava.

Nesse período, o movimento sindical, em particular o sindicalismo rural gaúcho, se considerava em crise.

“... os efeitos do capitalismo no campo... têm levado a um empobrecimento cada vez maior dos colonos... a situação em que se encontra o sindicalismo rural atualmente pode ser caracterizada como de uma crise. Temos tido dificuldades de responder aos desafios da conjuntura e muito pouca agilidade para tocar as lutas... no geral temos nos limitado a correr atrás dos prejuízos...” (“Iº Congresso do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT/RS - Resoluções”. 1990:18-9)

A FETAG atribuía sua crise principalmente às dificuldades financeiras, considerando ter encontrado a solução para o problema a partir da aprovação, em novembro de 90, da implantação da Contribuição Confederativa¹¹⁸ (*FETAG/RS: 30 anos de luta*, 1993:114-5).

No caso da CUT, o diagnóstico da crise sindical era mais complexo. Estava colocado em questão o papel do movimento sindical. Já em 86, o 2º Congresso Nacional da Central apontara “... a necessidade de os trabalhadores, inclusive através de sua organização sindical, construírem uma alternativa global de saída para a crise brasileira, além da necessária política de resistência em defesa dos interesses imediatos” (MARQUES, 1994). Em 1991, em seu 4º Congresso, a CUT assumiria “o papel estratégico de

¹¹⁷ Periódico do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT do Rio Grande do Sul.

¹¹⁸ A cobrança da taxa confederativa, como ficou conhecida, havia sido facultada às entidades sindicais pela Constituição Federal de 88 (artigo 8º, inciso IV). Significa o pagamento compulsório por todos os membros da categoria de uma taxa anual, paga à entidade sindical correspondente à categoria, independentemente do trabalhador ser ou não associado à entidade sindical. Embora ferindo os princípios de liberdade e autonomia sindical, presentes nos documentos da CUT desde sua fundação, o sindicalismo rural cutista também aprovaria a cobrança da taxa confederativa.

agente fundamental na construção de um projeto de sociedade democrática” (MARQUES, 1994).

O sindicalismo cutista se propunha a desenvolver uma ação política propositiva, fazendo uma avaliação retrospectiva de conotação negativa do caráter que considerava estritamente reivindicatório de sua atuação até então. É esse, em 1990, o tom do depoimento de um dirigente sindical rural cutista, atual vice-presidente da CUT Nacional:

“... uma questão está dada para o movimento sindical... e historicamente nós somos meio omissos nisso. Nós nos mobilizamos para garantir um pedacinho aqui, um pedacinho ali, mas na verdade quem está organizando a produção, quem está dando crédito, ou é o governo ou são as cooperativas. Aí nós não temos poder nenhum de influenciar... Ou nós entramos e começamos a pensar mais seriamente nisso e trazemos esse poder para o sindicato, ou tomamos as cooperativas que estão aí, ou organizamos alternativas de organização da produção através de pequenas cooperativas ou de associações, venda direta etc... Não sei para onde vai o sindicalismo. Nós estamos com as bandeiras, estamos com os discursos, com os gritos de guerra, com as formas de mobilização, etc. Mas aquilo que realmente está no dia-a-dia do trabalhador rural, do pequeno produtor, está na mão da cooperativa hoje. Então eu acho que esse é o grande passo que nós temos que dar para avançar realmente na consolidação do sindicato...” (in: GRZYBOWSKI, 1990:20-6)

Estava apontado o que se tornaria o eixo central do sindicalismo rural cutista do Rio Grande do Sul: a organização da produção. Era necessário “buscar respostas concretas” para a situação dos agricultores familiares.

“... A descapitalização é, sem dúvida, a pior ‘praga’ que atacou a pequena agricultura brasileira nos últimos anos... Os grandes complexos agroindustriais do tipo Sadia, Perdigão e Souza Cruz têm aproveitado a situação para oferecer ao pequeno produtor

semi-falido, como alternativa, a produção integrada... Por outro lado, cada vez mais, outra alternativa vem sendo apresentada: o associativismo rural..." (*Folha da Terra*, 2, novembro-dezembro/90:4)

Três anos depois - e em um período de intensas mudanças a defasagem de três anos não é pequena - também a FETAG faria a crítica às "velhas práticas reivindicatórias":

"A década de 1990 será marcada por profundas transformações na ordem econômica, política e social, em níveis nacional e internacional... reflexos como a fome, desemprego, achatamento salarial, êxodo rural... Para contrapor-se à nova ordem econômica, possibilitando a permanência do homem no campo, o MST necessita de urgente reestruturação, abandonando velhas práticas meramente reivindicatórias, paternalistas e sobre problemas específicos, partindo para a organização da pequena propriedade, com propostas claras e fundamentadas, visando seu conjunto. Com este objetivo a FETAG/RS promoveu o Seminário estadual de viabilização econômica e social da pequena propriedade rural..." ("Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais", FETAG, 1993:1)

"... não basta apenas discutir, debater, levantar os problemas... estão sendo apresentadas propostas de ação para o Movimento Sindical em níveis de município, estado e País. Sair do discurso e partir... rumo a um novo modelo de produção..." ("Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais", FETAG, 1993:17)

É visível a semelhança entre os dois discursos, bem como entre as propostas que se conformariam no sentido da "busca de respostas concretas". Porém, enquanto a CUT partia para o processo de organização da produ-

ção, o eixo de intervenção que a FETAG viria a eleger seria a municipalização da agricultura.

É possível identificar como ponto diferenciador entre as políticas de uma e outra entidade suas posturas em relação ao Estado.

O governo estadual vinha implantando, através de concessões de financiamentos subsidiados, associações e condomínios rurais, bem como os programas de troca-troca de sementes, política que se intensificaria a partir da administração de Alceu Collares, governador eleito em 1990 pela coligação PDT-PSDB. Nos municípios, a concessão desses financiamentos passava pela mediação da EMATER, Prefeitura e políticos regionais e locais, alimentando práticas clientelistas e de exclusão dos STRs cutistas¹¹⁹.

Enquanto a CUT, desde 90, manifestava-se crítica ao processo implementado pelo governo estadual, a adesão da FETAG parece ter se dado sem conflitos.

“... Cooperação... alguns grupos seguiram apenas por incentivos dos planos governamentais ou preocupados em prestar serviços de caridade, que na maioria das vezes são artificiais, não respondendo aos problemas políticos e econômicos, servindo como instrumentos de divisão dos trabalhadores, neutralizando a organização sindical. Outros grupos surgem da necessidade dos próprios agricultores de se organizarem para discutir os seus rumos e tentar resolver problemas da produção, comercialização, etc. Em muitos casos isto se dá pela insuficiência dos STRs em responder a estas questões...” (“Iº Congresso do Departamento

¹¹⁹ “... Dos 500 mil quilos de sementes de milho adquiridos pela Secretaria Estadual da Agricultura, 234,5 serão destinados a 28 municípios [neste ano eram 28 os STRs filiados à CUT no estado] dentro do programa troca-troca do governo estadual. Foram dois meses de negociações que culminaram com uma manifestação de colonos em frente ao Palácio Piratini... em protesto contra a discriminação sofrida pelos sindicatos rurais ligados à CUT na distribuição da primeira remessa de sementes feita pelas prefeituras...” (*Folha da Terra*, 5, julho-agosto/91:4-5).

mento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT/RS - Resoluções". 1990:15)

A “insuficiência dos STRs em responder a estas questões” é referência à avaliação de que até então o sindicalismo rural cutista não se debruçara sobre a questão da organização da produção, o que “dava espaço” a outras iniciativas, externas aos STRs. A relação entre sindicatos e associações seria, a partir daí, tema de intensos debates no interior da Central.

Enquanto a CUT condenava a política estatal de implementação dos condomínios rurais, a FETAG reivindicava a ampliação do programa:

“... As APSATs são exemplos de associativismo ‘de cima para baixo’. Criadas em diversos municípios gaúchos por inspiração da EMATER, elas reproduzem a filosofia do Estado para a agricultura, que nós sabemos ser bem próxima daquela defendida pela classe dominante, aí incluindo-se os grandes grupos agroindustriais. Essas entidades organizam os agricultores para a compra conjunta de máquinas, criação de suínos, ou outras atividades...” (“Formas de Organização”. *Folha da Terra*, 2, novembro-dezembro/90:4)

“... Formar uma frente: FETAG - regionais sindicais, Conselho Regional de Desenvolvimento, FAMURGS [Federação estadual dos Municípios], Associação dos Secretários de Agricultura, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, EMATER, Delegacia Federal da Agricultura, Bancos... com vista à implantação de um projeto de viabilização econômica e social da pequena propriedade... Gestionar junto ao governo do estado a liberação de maior volume de recursos para serem destinados à implantação de um maior número de condomínios e associações rurais de pequenos produtores...” (“Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais”, FETAG, 1993:19)

A municipalização da agricultura, proposta do governo estadual apresentada durante o processo de desmonte do sistema EMBRATER/EMATERS, aparece como proposta da FETAG no documento “Conclusões do seminário estadual de viabilização...” (1993:18).

Nesse momento, a proposta consistia em “... envolver todas as entidades ligadas aos pequenos produtores, como: Secretaria Municipal de Agricultura, Conselho Municipal de Agricultura, Associações, EMATER, Cooperativas... na identificação e diagnóstico da realidade dos pequenos produtores e aplicação do projeto de viabilização para os mesmos...”. Pouco depois, no “Encontro de avaliação e planejamento das atividades para 1994”, a municipalização da agricultura se tornaria o eixo articulador do conjunto de propostas anteriormente aprovadas no “seminário estadual de viabilização...”.

Apesar das semelhanças, a “busca de respostas concretas” se daria, então, de maneira bastante diferenciada entre o sindicalismo rural fetaguiano e o cutista. Enquanto o primeiro gestionava junto aos órgãos públicos, o segundo investia na organização da produção¹²⁰. As propostas de associativismo eram distintas¹²¹.

“... As associações do tipo APSATs, inspiradas por órgãos governamentais, são... só um dos lados dessa moeda chamada associativismo. Em muitos municípios experiências independentes, nascidas das discussões dos próprios agricultores, já dão bons

¹²⁰ Ver os seguintes documentos do DETR/RS: “Seminário sobre organização da produção”, 1991; “Nosso projeto para o campo”, in: “Resoluções do IIº Congresso do DETR/RS”, 1993; “Organizando a produção e construindo um novo sindicalismo”, 1994. O eixo “organização da produção” seria englobado por outro mais amplo, a construção de um novo “Projeto de Desenvolvimento”, consolidado em 95, na IVª Plenária do Fórum Sul, como eixo central do sindicalismo rural cutista dos três estados do Sul.

¹²¹ É possível relacionar a difusão, nesse período, entre os agricultores familiares do “novo” associativismo - forte componente das propostas do sindicalismo rural, cutista ou fetaguiano - por uma lado, à crítica ao cooperativismo tradicional e, por outro, a uma espécie de ressemantização das antigas formas de sociabilidade - características da agricultura colonial -, superadas com a modernização da agricultura.

resultados..." ("Formas de Organização". *Folha da Terra*, 2, no-vembro-dezembro/90:5)

Buscaremos, a seguir, olhar mais de perto alguns aspectos desses dois projetos.

produzir, industrializar, comercializar

Em encontro estadual, realizado em dezembro de 1987, a FETAG aprovara o "Projeto de política agrícola de viabilização social e econômica da pequena propriedade familiar", com o seguinte teor:

"... A pequena propriedade familiar, para sua viabilização social e econômica, deve produzir toda a produção agropecuária de subsistência, objetivando também a geração de excedentes destinados ao abastecimento do mercado interno, podendo, outros-sim, desenvolver uma ou mais atividades econômicas principais, segundo a vocação do solo e necessidades dos mercados regional, nacional e externo... A pequena propriedade familiar, por suas características de tamanho de área, pela disponibilidade de mão-de-obra e por sua natural vocação, não pode, em hipótese alguma, ter como atividade principal a prática da monocultura, mas sim a diversificação orientada e projetada para prover a subsistência familiar, aproveitando assim o máximo da unidade produtiva..." (p.3-4)

O documento "Encontro EMATER/FETAG" (Porto Alegre, setembro/88), bem como os documentos do 1º e do 3º Congressos Estaduais da Pequena Propriedade (Lajeado, outubro/85 e julho/89), eventos promovidos pelo governo do estado que sempre contaram com grande participação dos sindicatos ligados à FETAG, mostram continuidade na argumentação crise-viabilização / subsistência-produção de alimentos / diversificação da produção:

“... que seja incrementada a produção de alimentos básicos, tanto para a família, como para os animais; que seja incentivada a organização como base de sobrevivência da pequena propriedade... que o produtor seja auto-suficiente em sua propriedade e que venda o excesso da produção...” (“Anais do 3º Congresso Estadual da Pequena Propriedade”, julho/89:36-37)

“... somar esforços na luta pela concretização de políticas e ações que conduzam à recuperação e ao desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar... EMATER/RS e FETAG, conjuntamente, devem procurar conscientizar os pequenos produtores a desenvolver uma ou mais atividades econômicas, preferentemente integrando culturas e criações, e produzir também produtos de subsistência, com vistas ao consumo familiar, industrialização caseira e venda dos excedentes...” (“Encontro EMATER/FETAG”, 1988:1;4)

No trecho transcrito acima do documento de 1988 aparecia, embrionariamente, talvez por influência dos técnicos da EMATER que participavam do encontro, a idéia da especialização em alguns produtos, contraditória com a visão de diversificação da produção que propunha “produzir de tudo um pouco”.

Em 1993, as “Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais” trazem, em seu conteúdo, elementos interessantes para a análise da trajetória da FETAG no debate sobre a agricultura familiar. Há, sim, continuidade com o discurso anterior:

“... A pequena propriedade deve produzir toda a produção agropecuária para a sua subsistência, comercializando o excedente, e especializar-se na produção de uma ou mais atividades econômicas principais...” (“Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais”, FETAG, 1993:13)

Mas há novidades. Por um lado, aparecem mais claramente elementos do que poderíamos chamar de uma visão ecológica:

“... Deve ser elaborado um projeto técnico... que leve em consideração a vocação do solo, clima, equipamentos disponíveis, conhecimento e prática do agricultor, e mercado... estes projetos devem preservar o meio ambiente e os recursos naturais renováveis, objetivando a manutenção do equilíbrio ecológico...” (“Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais”, FETAG, 1993:13)

De outro lado, a agroindustrialização é claramente apontada como complemento à proposta de diversificação da produção:

“... priorizar a produção agropecuária que possa ser industrializada e comercializada na própria região... a criação de pequenas agroindústrias associativas regionalizadas permitirá aos trabalhadores rurais: a)armazenamento, processamento e transformação; b)eliminação do intermediário, possibilitando o fornecimento de insumos diretamente aos produtores, geração de empregos diretos e indiretos, aumento da receita dos produtores... A formação de pequenas agroindústrias municipais e regionais deve ser administrada pelos próprios produtores... A produção deve ser orientada para o abastecimento dos mercados local e regional e, dependendo das condições, até para o nacional e internacional...” (“Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais”, FETAG, 1993:13-4)

O depoimento de um dirigente sindical da FETAG da região de Santa Rosa (na época Secretário de Política Agrícola da CONTAG) é ilustrativo da visão que se conforma:

“... eu acredito que a pequena propriedade vai se viabilizar, vai se inserir no mercado porque nós aí vamos passar a produzir um pouquinho de tudo, e aí eu entro na questão da diversifica-

ção, porque a minha grande esperança e a grande luta é as agroindústrias nas mãos dos pequenos produtores. Então se junta aí uma associação de 50 famílias, 10 famílias, ou seja lá o número que for, eles vão passar a produzir tomate, vão passar a produzir abacaxi... batata, mandioca, seja lá o que for, ou o excedente que tem na minha lavoura... eu vou passar a fazer conservas, ou vou fazer uma ‘schmier’ de abóbora, uma ‘schmier’ de batata, ou vou fazer doces, ou vou industrializar, ou vou fazer compotas. Eu colho o meu trigo, eu vou moer ele, eu vou fazer a farinha, eu vou produzir biscoito, e daí dá lucro. Hoje o grande vilão que leva o dinheiro é o intermediário... então acho que se o governo tiver dinheiro, aí sim, as agroindústrias é o primeiro passo, e aí as associações, por exemplo dentro da região do Grande Santa Rosa, vamos ter 15 agroindústrias, uma prá fazer a farinha de mandioca, a farinha de trigo e a farinha de milho... outra vai fazer conserva de abacaxi e de pêssego e não sei de que, outra vai aproveitar a abóbora, a batata... prá fazer a ‘schmier’, o doce ou a marmelada... e essas associações formariam uma grande associação prá buscar mercado. Aí lá em São Paulo precisa 10 toneladas de biscoito... e de preferência também já os urbanos se organizar em cooperativas... vai direto pro consumidor, os grandes supermercados também vão deixar de faturar tanto, me parece que seria uma alternativa, uma saída que ia viabilizar... o consumidor vai comprar mais barato e eu vou passar a ter um lucro...“ (1)

A saída da crise da agricultura familiar continua, então, sendo a diversificação da produção, agora associada à agroindustrialização da produção. A proposta de organização dos agricultores em associações ou cooperativas, bem como a criação de agroindústrias sob controle desses agricultores, é construída, na visão do sindicalismo fetaguiano, como forma de enfrentamento ao setor que parece ser então percebido como o grande vilão: a intermediação entre produtores e consumidores.

“... Os trabalhadores rurais, para defenderem os seus interesses no processo econômico e produtivo, devem criar pequenas cooperativas, bem como associações, grupos formais e informais, condomínios rurais, sob seu controle e administração, podendo integrá-las a centrais municipais, regionais e estaduais. Para tanto, caberá ao Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais aprofundar essas formas de organização, promovendo encontros e seminários específicos...” (“Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais”, FETAG, 1993:15-6)

Produzir, industrializar, abastecer. Esse era o lema do “2º Encontro regional da pequena propriedade”, realizado em Santo Cristo em junho de 1993, tendo como principal promotor, entre cooperativas, diocese, movimentos sociais e ONGs, a CUT regional Missões. À primeira vista, os debates ocorridos e as propostas aprovadas, bem como depoimentos de alguns dirigentes sindicais cutistas, parecem não diferir muito do discurso da FETAG.

“... a proposta da ASCA... procurar meios prá sobrevivência, o produtor produzir aquilo que é prá sobrevivência, não pensar em plantar prá vender, mas em primeiro lugar prá sobreviver. É uma dificuldade, muita gente até não valoriza o seu próprio alimento, prefere comprar, às vezes, do que plantar. E o próprio município, fazer com que o município coma aquilo que é produzido aqui. Plantar prá consumir mesmo, e plantar prá vender também, prá os consumidores daqui... o ano passado, por exemplo, nós podíamos ter vendido não sei quantas mais vezes arroz se tivesse plantado, nosso município não produz arroz, tudo é trazido de fora. Tomate, todas as coisas... trazidas de fora...”

(15)

A explicação para as semelhanças entre as propostas expressas por dirigentes da CUT e da FETAG pode ser buscada na base que parecem ter em

comum: representações que remetem a um projeto de autonomia campesina.

Mas há uma diferença fundamental. O problema da exclusão dos agricultores familiares do processo produtivo aparece na análise da FETAG como uma ameaça colocada pelas mudanças da conjuntura, pela “nova proposta que o capitalismo apresenta”, mas não é associada explicitamente à dinâmica agroindustrial¹²²:

“... Nos três últimos anos, especialmente com o advento do MERCOSUL, o MST adotou uma prática mais voltada para questões específicas... Deve-se intensificar a luta por um projeto global, tendo clareza que a nova proposta que o capitalismo apresenta, sob o lema PRODUTIVIDADE, COMPETITIVIDADE E QUALIDADE, é, na realidade, uma ameaça concreta da exclusão de, no mínimo, 50% dos pequenos produtores do processo de produção. O MST não pode... apoiar um projeto excludente...” (“Conclusões do seminário estadual de viabilização econômica e social das pequenas propriedades rurais”, FETAG, 1993:1-2)

Embora obviamente incluídas entre os “intermediários”, é uma ausência nos documentos da FETAG, assim como nos depoimentos de seus dirigentes, a crítica específica às empresas agroindustriais ou ao sistema de integração agricultor-agroindústria. Nesse ponto há diferenças em comparação às análises da CUT.

¹²² A seleção e consequente exclusão de agricultores do processo produtivo pode ser considerada constitutiva da articulação das empresas agroindustriais (privadas ou cooperativas) com a agricultura familiar. Segundo WILKINSON (1995:27-8), nos casos (a exemplo da produção de aves, suínos, leite, uva, fumo), em que “as condições específicas de produção e de tecnologia, bem como determinantes históricas de estrutura fundiária” não favorecem a produção própria da agroindústria e/ou sua articulação com a grande propriedade, “... esta agroindústria privilegia uma articulação com a produção familiar, sendo que, embora deslanche um processo de seleção deste setor, ela também limita o grau de concentração da produção...”.

A exclusão dos agricultores familiares do processo produtivo associada à expansão das agroindústrias e ao sistema de integração era tema de preocupação do sindicalismo rural cutista ao menos desde 90:

“... integração [dos agricultores à agroindústria]... as perspectivas apontam para um avanço desta forma de produção... sendo assim, precisamos enfrentar esta conjuntura pois, fruto desta política, está o cada vez maior 'selecionamento' e subordinação dos produtores pelos complexos agropecuários (Sadia, Perdigão, Souza Cruz)...” (“Iº Congresso do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT/RS - Resoluções”. DETR-CUT/RS, 1990:15)

Desde então a CUT tinha presente em sua análise que a estratégia das agroindústrias integradoras passava pela proposta da diversificação da produção¹²³:

“... seleção dos camponeses integrados:... a ação das empresas, através do fomento da produção de aves e/ou suínos... não visava apenas a intervenção sobre este aspecto da produção, mas tendia a intervir sobre a propriedade como um todo. Os contratos de produção aprofundam a 'integração da propriedade' à empresa...” (“Anotações do seminário sobre a integração da pequena produção na região Sul”. Chapecó, 1990:13-5)

“... Para a agroindústria os pequenos agricultores deverão diversificar (para o ano 2001)¹²⁴ trabalhar com mais produtos, trabalharão em diversos produtos e incomodarão menos...” (“Seminário sobre organização da produção”. DETR/RS, 1991:12)

¹²³ Conforme analisado em “diversificação? agroindústria!”, a partir da página 111.

¹²⁴ Temos aí uma referência clara às estratégias da Sadia e Souza Cruz, expressas respectivamente nos documentos “Projeto 21” e “A Pequena Propriedade no ano 2000 - análises e sugestões para viabilidade”, comentados anteriormente.

Na proposta cutista, não bastava organizar os agricultores para produzir, industrializar e comercializar. Estava em questão a relação dos agricultores e suas associações com as agroindústrias:

“... Você tem hoje um bando de agrônomos da EMATER, da Cooperativa, e demais representantes das agroindústrias falando em diversificação. Você tem o cara da Souza Cruz que vem te encher de veneno e fumo, falando em diversificação, você tem o cara da Sadia, da Perdigão, da Prenda...” (4 - dirigente sindical cutista)

“... eu acho assim, se você faz associação... e discute o que vai produzir, e vai industrializar e vai comercializar, tem saída. Só não tem saída, eu não estou nem aí prá discutir saída prá vender prá grande agroindústria, prá comercializar através até da Cooperativa, se a Cooperativa não mudar, aí não tem saída mesmo...” (8 - dirigente cooperativista com origem no sindicalismo rural cutista)

“... o porco integrado ao frigorífico Prenda também não é soja... acho que deve ter um frigorífico de aves aqui na região... só que a forma de ser isso, integrado... tipo uma Sadia... isso não é alternativa prá nós, isso não é alternativa prá nós... se nós quermos ter alternativas, ela não pode ser... só trabalhar outra produção, ela também tem que pensar a dependência do complexo industrial... acho que esse lado que não está sendo cuidado...” (17 - dirigente sindical cutista)

“... integração... não é solução pro agricultor... pro agricultor a solução é diminuir exatamente o lucro da empresa... alguém está ficando rico, e alguém está ficando pobre, isso não está certo... eles não estão preocupados se o agricultor vai falir ou não...” (22 - dirigente sindical cutista)

A consequência que FETAG e CUT extraem da proposta de diversificação da produção é, do mesmo modo que para cooperativas, agroindústrias e Es-

tado, a agroindustrialização. As semelhanças e diferenças serão pontuadas a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A razão e a razão de ser de uma instituição... e dos seus efeitos sociais, não está na ‘vontade’ de um indivíduo ou de um grupo mas sim no campo de forças antagônicas ou complementares no qual, em função dos interesses associados às diferentes posições e dos *habitus* dos seus ocupantes, se geram as ‘vontades’ e no qual se redefine continuamente, na luta - e através da luta - a realidade das instituições e dos seus efeitos sociais previstos e imprevistos” (BOURDIEU, 1989:101).

Vimos que a proposta da diversificação da produção é construída, no Noroeste do Rio Grande do Sul, em um momento de crise e reestruturação da agricultura regional, a partir da contestação - técnica, econômica, política e social - do modelo dominante de desenvolvimento agrícola, baseado no binômio trigo-soja.

Na crítica a esse modelo - apoiada na crítica à modernização - se consolidam no imaginário social regional, a partir da revalorização de técnicas e costumes característicos da anterior agricultura colonial, elementos do que denominamos um projeto de autonomia camponesa.

Isso não significa que os projetos em disputa indiquem a volta ao passado: há a incorporação de valores do passado, sim, mas estes são atualizados, ressemantizados.

A atualização da história é, como explica BOURDIEU (1989:82-3), consequência do *habitus*, história no seu estado incorporado. “Os esquemas de pensamento e de percepção são, em cada momento, produto das opções anteriores transformadas em coisas” (BOURDIEU,1989:101).

A diversificação agora proposta é uma produção diversificada voltada ao mercado. E a resposta que se consolida entre todos os agentes sociais para o problema da viabilização da diversificação da produção é a agroindustrialização.

Observamos nesse processo a convivência - à primeira vista improvável - de, por um lado, como substrato simbólico comum, elementos de um projeto de autonomia camponesa e, por outro, o consenso em torno do eixo agroindustrialização. História incorporada, história instituída.

“A história objetivada, instituída, só se transforma em ação histórica, isto é, em história ‘atuada’ e atuante, se for assumida por agentes cuja história a isso os predispõe [*habitus*] e que, pelos seus *investimentos* anteriores, são dados a interessar-se pelo seu funcionamento e dotados das aptidões necessárias para a por a funcionar” (BOURDIEU,1989:83).

A convivência de elementos de um projeto de autonomia camponesa - refeita, atualizada pelo vivenciado no processo de modernização da agricultura (história incorporada) - com a proposta de agroindustrialização (história instituída) é não uma incongruência, mas, ao contrário, condição para a generalização dessa proposta.

Não que o eixo da agroindustrialização fosse por si, no caso estudado, uma “idéia fora do lugar”: ela é contextualizada sócio-historicamente nos processos de mudança em curso, pelas ações dos agentes.

Mas são os elementos do que denominamos projeto de autonomia campesina, componentes do imaginário social regional, que conferem um tipo de unidade a agentes sociais tão diversos: cooperativas, agroindústrias, Estado, sindicatos - da CUT e da FETAG. É o que predispõe esses agentes a assumir, a partir do consenso diversificação, o eixo agroindustrialização. Mesmo que esse consenso e esse eixo único expressem uma multiplicidade de sentidos e significações, uma multiplicidade de projetos, projetos em disputa.

Para o sindicalismo rural a crise coloca em questão a viabilidade dos agricultores familiares. A agroindustrialização da produção é vista como solução para o escoamento dos produtos que não a soja, as “alternativas”.

Para os demais agentes, o que está em crise é a agricultura regional. A proposta de agroindustrialização está inserida em um processo de redirecionamento do desenvolvimento regional, baseado na industrialização - industrialização da produção agrícola, mas industrialização. Diferente do que ocorre nos projetos do sindicalismo rural, aqui a agricultura - e muito menos os agricultores - não desempenha o papel central.

O projeto de ampliação do parque agroindustrial regional como solução da crise surge nos planos de cooperativas, prefeituras e das próprias agroindústrias já atuantes na região.

A partir de então, no campo em que se realiza o debate regional essa proposta é naturalizada como “a” resposta à crise, a única resposta possível. Isso ocorre na confluência de um outro processo, em que o sindicalismo rural se propõe a agir de forma propositiva no sentido da superação da situação dos agricultores familiares.

Em ambos os movimentos - o do sindicalismo rural e o dos demais agentes - está em questão a agregação de valor à produção agrícola e sua apropriação.

Isso demarca não apenas as diferenças entre os projetos do sindicalismo rural e os dos demais agentes - o que parece óbvio - mas também as diferenças entre o sindicalismo rural fetaguiano e o cutista.

O sindicalismo rural fetaguiano, ao não se posicionar de forma crítica em relação ao Estado e às relações agricultor-agroindústria¹²⁵, deixa de potencializar o tom contestatório que procura dar ao seu projeto. E, ao privilegiar apontar para as pequenas iniciativas (fabriquetas etc), deixa de conferir à noção de autonomia embutida em seu discurso uma dimensão política.

Já o sindicalismo rural cutista parece - ao se manter independente do Estado e crítico às relações de integração agricultor-agroindústria e ao procurar construir suas próprias experiências de organização da produção - buscar politizar a noção de autonomia.

Cabe ainda uma última observação, de caráter mais problematizador que afirmativo.

No movimento homogeneizante em que é construído o consenso entre os diversos agentes em torno da proposta de diversificação da produção e o eixo único agroindustrialização, um outro consenso subjacente parece ir se conformando¹²⁶: uma imagem negativa a respeito dos agricultores, que os apresenta como atrasados perante uma realidade em que a profissionalização começa a ser construída como palavra de ordem.

¹²⁵ Essa visão fica evidente no apoio sem restrições aos condomínios rurais, já comentado.

¹²⁶ Cabe lembrar que a análise aqui desenvolvida é referida aos discursos dos diversos agentes, e que o aparente consenso nesse nível não necessariamente corresponde a uma homogeneidade entre suas práticas.

Essa imagem pode ser observada mesmo no sindicalismo rural cutista, que enquanto procura afirmar um projeto para a agricultura próprio dos agricultores familiares reflete um tipo de visão sobre esses agricultores contraditória com esse seu projeto: o protagonismo é atribuído ao processo de reestruturação - externo a eles e excludente da maior parte deles. Aos agricultores caberia atingir a “competência” necessária à sua adequação:

“... os pequenos agricultores não têm visão administrativa... para viabilizar a pequena propriedade... precisamos, em primeiro lugar, da formação do nosso agricultor... sem termos instrução para esta nova realidade, não podemos chegar lá...” (dirigente sindical cutista e presidente de Cooperativa)

“... capacidade mínima de administrar... opera no vermelho, só que não avalia, não faz a conta...” (ex-dirigente sindical cutista, na época secretário municipal de agricultura)

“... o agricultor precisa ser profissionalizado...” (dirigente sindical cutista e diretor de Cooperativa)

“... precisamos organizar a produção, e para isso precisamos fazer um trabalho de conscientização a nível de agricultor...” (dirigente sindical cutista)

Os trechos reproduzidos acima, extraídos de pronunciamentos de dirigentes sindicais rurais cutistas da região em estudo (no II Encontro Regional da Pequena Propriedade, Santo Cristo, 1993), ilustram sua visão sobre os agricultores ao debater os novos rumos da agricultura regional¹²⁷.

¹²⁷ Cabe mencionar que esse tipo de visão não é uma peculiaridade do sindicalismo rural cutista ou desta região - ou mesmo dos sindicalistas, haja visto posicionamentos de muitos assessores desse sindicalismo -, como mostram as citações a seguir: “os agricultores que não conseguirem se adaptar às novas condições de produção e produtividade vão falir...” (“Iº Congresso do DETR/RS - Resoluções”, 1990:9-10); “... permanência no processo produtivo dos mais eficientes, dos que têm competitividade, qualidade e produtividade... 430 mil pe-

O agricultor familiar é caracterizado pela falta. Falta de capacidade gerencial e administrativa. Falta de visão, inadequação. Falta de condições para atingir a competitividade necessária em um espaço produtivo em reestruturação. É quase como se a responsabilidade pela situação de crise, ou pelas dificuldades em superá-la, fosse dos agricultores. Uma visão bastante diferente da imagem construída por esse mesmo sindicalismo nas lutas dos 80.

“A submissão a certos fins, significações ou interesses transcendentais, quer dizer, superiores e exteriores aos interesses individuais, raramente é efeito de uma imposição imperativa e de uma submissão consciente” (BOURDIEU, 1989:86).

quenas propriedades no estado... destas aproximadamente 70%, por falta de condições para competir no mercado, acabarão sendo excluídas do processo produtivo...” (“Conclusões do Seminário Estadual de Viabilização Econômica e Social das Pequenas Propriedades Rurais”, FETAG/RS, 1993).

BIBLIOGRAFIA E FONTES

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo/Rio de Janeiro/Campinas, HUCITEC/ANPOCS/UNICAMP, 1992.
- ALMEIDA, Jalcione. "A busca de autonomia na agricultura: estratégias, limites e possibilidades". *Cadernos de Sociologia*, 6, 1994:212-29.
- ALVES, Débora Bendocchi. "Apresentação à edição brasileira". In: Friedrich Von WEECH, *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial (a situação atual do Brasil e o seu sistema colonial, sobretudo em relação à agricultura e ao comércio. destinado especialmente a imigrantes)*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- BASSO, David. *Produção familiar e desenvolvimento agrário - algumas reflexões*. Ijuí, UNIJUI, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Ce que parle veut dire - l'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard, 1982.
- _____. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, DIFEL/Bertrand Brasil, 1989.
- BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre, FEE, 1988.
- BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura - trigo e soja*. Ijuí, FIDENE/Vozes, 1988.

- BRUNET, Luciano Gregory. "As lutas de 1987 e a identidade dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul". *Proposta*, 44, 1990:15-9.
- _____ & HACKBART, Rolf. "Maturando: a luta dos pequenos agricultores do Rio Grande do Sul no início dos anos 80". *Proposta*, 44, 1990:9-14.
- BÜTTENBENDER, Pedro Luís. *O cooperativismo e o desenvolvimento regional - estudo sobre as contribuições das cooperativas e das associações no desenvolvimento da região do Grande Santa Rosa*. Monografia apresentada à UNISINOS, São Leopoldo, 1993.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.
- CHAMPAGNE, Patrick. "Manifestation: la production de l'événement politique". *Actes de la recherche en sciences sociales*, 1984.
- _____. "La fête au village". *Actes de la recherche en sciences sociales*, 17/18, 1987:73-84.
- CHAYANOV, Alexander. "Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas". In: José Francisco GRAZIANO DA SILVA & Verena STOLCKE(orgs), *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- CIPRANDI, Olivio. *A modernização da agricultura e seus impactos sobre a reestruturação da produção familiar: o caso do Paraná e do Rio Grande do Sul*. Dissertação apresentada ao CPDA/UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- CONCEIÇÃO, Octavio Augusto. *A expansão da soja no Rio Grande do Sul - 1950-75*. Porto Alegre, FEE, 1984.
- CORADINI, Odacir Luiz. "Classes sociais e formas de incorporação/exclusão política na integração da agricultura". Porto Alegre, APIPSA, 1981.
- _____. "Produtores, cooperativismo empresarial e multinacionais: o caso do trigo e da soja". In: Odacir Luiz CORADINI & Antoinette FREDERICQ, *Agricultura, cooperativas e multinacionais*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.
- _____ & RIEDL, Mario. "Produção familiar, tecnologia e produção de soja". Porto Alegre, UFRGS, 1987.
- COULOMB, P. & DELORME, H. "Les discours de la diversification: discours de la crise?". In: Marcel JOLLIVET (dir.), *Pour une agriculture diversifiée: arguments, questions, recherches*. Paris, Éditions L'Harmattan, 1988.
- DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo, Ícone/UNICAMP, 1985.
- DESER. "A cadeia produtiva do fumo". Curitiba, 1994.
- DESER & DESEP. "O sindicalismo rural da CUT na região Sul - relatório de pesquisa". São Paulo, DNTR-CUT, 1993.

- DESER & CEMTR/PR. *Gênero e agricultura familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite*. Curitiba, 1996.
- DUDERMEL, Thierry; BASSO, David & LIMA, Arlindo Prestes de. *A política agrícola e a diferenciação da agricultura do Noroeste do Rio Grande do Sul*. Ijuí, UNIJUÍ, 1993.
- FEE. *25 Anos de Economia Gaúcha*, Porto Alegre, 3, 1982.
- FEHLAUER, Karla. "O imigrante em Santa Rosa". Santa Rosa, s.d.
- FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. "Movimentos sociais no Paraná - 1978-1982". In: Anamaria Aimoré BONIM & outros, *Movimentos sociais no campo*. Curitiba, Criar, 1987.
- FRANIZ, Telmo Rudi. *Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola - o caso da COTRIJUÍ*. Ijuí, FIDENE, 1982.
- FURSTENAU, Vivian. *O crédito rural no Brasil e seus efeitos sobre a agricultura gaúcha: 1965-84*. Porto Alegre, FEE, 1988.
- _____. "A evolução agropecuária - a lavoura de grãos na década de 80: a busca da eficiência". *A economia gaúcha e os anos 80*, Porto Alegre, FEE, 2, 1990:207-39.
- GALESKI, Boguslaw. "Peasant farming". In: *Basic concepts of rural sociology*, Manchester, Manchester University Press, 1972.
- GARCIA JR., Afranio Raul. *Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- GINSEBURG, Carlo. *O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis, Vozes/FASE, 1987.
- _____. "Construindo um movimento classista - dirigentes sindicais do Sul falam de suas lutas, problemas e vitórias". *Proposta*, 44, 1990:20-26.
- HETZEL, Moacir. *A alternativa da diversificação de culturas e sua integração com o sistema agroalimentar*. Ijuí, UNIJUÍ, 1993.
- HOBSBAWM, Eric. "O operariado e os direitos humanos". In: *Mundos do trabalho - novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- IBGE. *Censo Agropecuário - Rio Grande do Sul (1980)*, Rio de Janeiro, 1984.

- JOHNSON, Roger & BUSE, Rueben. *Estudio sobre la Extension y el Funcionamento Economico de las Granjas en Antigua Santa Rosa; Rio Grande do Sul*. Wisconsin, University of Wisconsin-Madison, 1972.
- KRUG, Ernesto. *O Complexo Agroindustrial do Leite no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo, UNISINOS, 1981.
- LAMARCHE, Hugues. "Crises et permanence de l'exploitation familiale en France". *Sociologie du travail*, 4, 1987:443-58.
- LENZ, Udo. *Exemple d'occupation et d'utilisation du sol dans un espace de colonisation recente du Sud du Bresil*. Tese apresentada à Universite Louis Pasteur, Strasbourg, 1984.
- LOUSA DA FONSECA, Maria Teresa. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Loyola, 1985.
- LOVISOLI, Hugo Rodolfo. *Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação*. Campinas, UNICAMP, 1989.
- MARQUES, Vicente Azevedo. "Notas sobre a proposta de modelo de desenvolvimento para o campo". DESEP/CUT, 1994.
- MARTINE, George & BESKOW, Paulo Roberto. "O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola". In: George MARTINE & Ronaldo GARCIA (orgs.), *Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola*. São Paulo, Catetes, 1987.
- MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro, FASE, 1989.
- MENASCHE, Renata. "Gauchismo: tradição inventada". *Estudos sociedade e agricultura*, 1, 1993:22-30.
- _____. "Mulheres na produção de leite: relações sociais de gênero na agricultura familiar - relatório de pesquisa". Curitiba, DESER/CEMTR-PR, 1995a.
- _____. "O guia de Friedrich Von Weech - impressões de um imigrante alemão no Brasil do século XIX". *Estudos sociedade e agricultura*, 5, 1995b:132-40.
- _____. "Pobreza e fome no campo - elementos para pensar a pesquisa do Deser". *Anais do XVII Encontro Nacional da APIPSA*, Porto Alegre, 1995c:142-9.
- MOREIRA, Roberto José. "A pequena produção e a composição orgânica do capital". *Revista de Economia Política*, 1(3), 1981:41-55.
- _____. "Agricultura familiar no capitalismo: formas sociais em mutação". Rio de Janeiro, CPDA/UFRJ, 1995.

- _____. “Agricultura familiar e sustentabilidade: valorização e desvalorização econômica e cultural das técnicas”. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1996a.
- _____. “Disputas paradigmáticas nos programas de pós-graduação em economia e desenvolvimento rural: reflexões e desafios”. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1996b.
- MUELLER, Charles Curt. “Censos Agropecuários”. *Agroanalysis*, 11(6), 1987:8-21.
- NUNES DA SILVA, Paulo Roberto & HOFFMANN, José Hermeto. “Agropecuária - agricultura 89: expressão das mudanças de uma década”. *Desempenho da economia do RS - 1989*, Porto Alegre, FEE, 1990.
- PELIANO, Anna Maria (coord.). “O mapa da fome - subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar”. In: *Frente de ação pela cidadania*, Brasília, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- _____. *RS: agropecuária colonial e industrialização*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1983.
- POLLAK, Michel. “Memória, esquecimento, silêncio”. *Estudos Históricos*, 2(3), 1989:3-15.
- _____. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, 5(10), 1992:200-12.
- REZENDE, Gervásio Castro de. “Ajuste externo e agricultura no Brasil: 1981-86”. *Textos para discussão interna*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 126, 1987.
- _____. *Crise externa e agricultura: Brasil, anos 80*. Rio de Janeiro, FASE, 1988.
- _____. “Controvérsias de economia agrícola: uma revisão crítica”. *Textos para discussão interna*, Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 184, 1989.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo, 1969.
- ROGEL GOMEZ, Guillermo & IÓRIO, Maria Cecília. *Os pequenos produtores, a indústria do leite e o sindicato de trabalhadores rurais - resultados preliminares*. Rio de Janeiro, CEDI, 1991.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- SCHALLENBERGER, Erneldo & HARTMANN, Helio Roque. *Nova terra, novos rumos - a experiência de colonização e povoamento no Grande Santa Rosa*. Santa Rosa, Barcelos, 1981.

- SCOTT, James. *The moral economy of the peasant - rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven-London, Yale University Press, 1976.
- SERVOLIN, C. "La modernisation de l'agriculture française". In: *L'agriculture moderne*, Paris, Seuil, 1989.
- SEYFERTH, Giralda. "As contradições da liberdade: análise de representações sobre a identidade camponesa". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 18, 1992.
- SILIPRANDI, Emma; ROGEL, Guillermo; PACHECO, Maria Emilia Lisboa & MENASCHE, Renata (orgs.). *A agricultura familiar em um modelo alternativo de desenvolvimento*. São Paulo, DNTR-CUT, 1995.
- SILVESTRO, Milton Luiz. *Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do Oeste Catarinense*. Dissertação apresentada ao CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1995.
- SOUZA, Ivan Sérgio Freire de. "Condicionantes da modernização da soja no Brasil". *Revista de economia e sociologia rural*, 28(2), 1990:175-212.
- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e luta - do Sul para a Amazônia*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- _____. "La economía 'moral' de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII". In: *Tradición, revuelta y conciencia de clase - estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*, Barcelona, Crítica, 1989.
- THOMPSON, Paul. *A Voz do Passado - história oral*. São Paulo, Paz e Terra, 1992.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *O sistema mundial moderno: a agricultura capitalista e as origens da economia-mundo européia no século XVI*. Porto, Afrontamento, 1990.
- WILKINSON, John. "Agroindústria e perspectivas para a produção familiar no Brasil". In: Emma SILIPRANDI & outros (orgs.), *A agricultura familiar em um modelo alternativo de desenvolvimento*. São Paulo, DNTR-CUT, 1995.

OUTRAS FONTES

FETAG¹²⁸

- *Informativo FETAG*. Periódico mensal, nº 3 a 41. Porto Alegre, 1983 a 1987.
- “Boletim Especial”, nº2. ARSTRGSR, Santa Rosa, abril de 1987.
- "Projeto de Política Agrícola de Viabilização Social e Econômica da Pequena Propriedade Familiar". Porto Alegre, janeiro de 1988. (Aprovado em Encontro Estadual da FETAG em 2 e 3 de dezembro de 1987).
- “Projeto Nacional de Política Agrícola”. CONTAG. Brasília, 1988.
- "Encontro EMATER/FETAG". Porto Alegre, 12 a 14 de setembro de 1988.
- *FETAG/RS: 30 Anos de Luta - 1963-1993*. Osmar Veronese. Porto Alegre, 1993.
- “Conclusões do Seminário Estadual de Viabilização Econômica e Social das Pequenas Propriedades Rurais”. Viamão, 22 e 23 de junho de 1993.
- “Encontro de Avaliação e Planejamento das Atividades para 1994”. São Leopoldo, 5 e 6 de outubro de 1993.
- *A Voz do Trabalhador*. Órgão informativo da ARSTRGSR, nº 5 e 6. Santa Rosa, 1993.
- “CONTAG: 30 anos de luta - dignidade e cidadania”. CONTAG. Brasília, novembro de 1993.
- Pautas de reivindicações e panfletos diversos.

¹²⁸ Também estão incluídos neste item materiais da CONTAG e da Associação Regional dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Grande Santa Rosa (ARSTRGSR). Em 1994 faziam parte dessa Associação, mais conhecida por Regional da FETAG, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Alecrim, Alegria, Boa Vista do Buricá, Campina das Missões, Cândido Godói, Giruá, Independência, Santa Rosa, Tucunduva, Tuparendi e São Paulo das Missões. Os Sindicatos de alguns municípios pertencentes à mesma base territorial (Horizontina, Porto Lucena, Santo Cristo e Três de Maio), Sindicatos cutistas, deixaram, por decisão política, de participar da Regional da FETAG.

CUT

- "Discussão sobre Cooperativismo - Relatório". Secretaria Rural da CUT-Missões. 3 de agosto de 1988.
- "A Tecnologia e os Trabalhadores Rurais". *Caderno da CUT*. São Paulo, 1988.
- *Boletim do DNTR*, 1, janeiro de 1989.
- "Cartilha de Política Agrícola". DNTR. São Paulo, 1989.
- "I Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT". Caderno de Teses. São Paulo, 30 de abril a 4 de maio de 1990.
- "Anotações do Seminário sobre a integração da pequena produção na região Sul". Chapecó, 1990:13-5. (Seminário promovido por: UNIJUÍ, CPT/SC, ASSESOAR, DESER).
- "Iº Congresso do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT/RS". Caderno de Teses e Resoluções. Passo Fundo, 20 a 23 de agosto de 1990.
- *Folha da Terra*. Periódico do DETR/RS, nº 1 a 5. Porto Alegre, 1990 e 1991.
- "Seminário sobre Organização da Produção". DETR/RS. Porto Alegre, julho de 1991.
- "Nosso Projeto para o Campo". In: "Resoluções do IIº Congresso do DETR/RS". Passo Fundo, 1993.
- "Organizando a Produção e Construindo um Novo Sindicalismo". DETR/RS. Porto Alegre, fevereiro de 1994.
- "Resoluções do 2º Congresso do DETR/SC". Chapecó, janeiro de 1993.
- "Relatório da Iª Plenária do Fórum Sul dos DETRs". Chapecó, março de 1993.
- "Crédito de Investimento: uma luta que vale vidas". Caderno de estudos e Caderno de debates na base. Fórum Sul dos DETRs, 1993.
- "Resoluções da 3ª Plenária do DETR/PR". Curitiba, julho de 1994.
- "Propostas de Políticas Governamentais Agrícola e Agrária do Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais Cutista". Fórum Sul dos DETRs, julho de 1994.
- "Projeto de Desenvolvimento". IVª Plenária do Fórum Sul dos DETRs. Chapecó, 13 a 17 de fevereiro de 1995.
- Pautas de reivindicações e panfletos diversos.

UNIJUÍ/FIDENE

- *Boletim CRIAEC*. Periódico, nº 5 a 43. Ijuí, 1982 a 1985.

COTRIJUÍ

- *COTRIJORNAL*. Periódico, nº 1 a 209. Ijuí, 1973 a 1993.
- *Programa para a Década: racionalização da agropecuária e exploração preservacionista do solo na região COTRIJUÍ*. Ijuí, 1993.

COTRIROSA

- *COTRIROSA em seu Lar*. Periódico, nº 3 a 50. Santa Rosa, 1989 a 1993.
- Boletim comemorativo dos 25 anos. Santa Rosa, 1993.

EMATER/RS

- “Uma Nova Proposta para a Extensão Rural no Estado do Rio Grande do Sul”. Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-RS. Porto Alegre, 1986.
- “Agricultura em Situação Difícil”. Jorge João Lunardi - Assistente Regional. Santa Rosa, 1992.
- Jornais e *folders* diversos.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

- “Viabilização Técnica e Econômica da Pequena Propriedade Agrícola do Rio Grande do Sul”. Miguel Bresolin, Altomir Pons & Nídio Barni. Porto Alegre, 1981.
- “1º Congresso Estadual de Pequena Propriedade”. Programa e Resumos. Lajeado, 10 a 12 de outubro de 1985.
- “Casas da Agricultura e Abastecimento”. Porto Alegre, maio de 1987.
- “FEAPER - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais”. Porto Alegre, 1988.
- “3º Congresso Estadual da Pequena Propriedade”. Anais. Lajeado, 26 a 28 de julho de 1989.
- “Política Agrícola Nacional, Política Agrícola Gaúcha - ações do Governo Collares junto ao Governo Federal”. Porto Alegre, 1993.

- “Proposta de Prioridades para Ação Conjunta: Governo do Estado / Região Noroeste Colonial e Conselho de Desenvolvimento da Região Noroeste Colonial do RS”. Região Noroeste Colonial, 1991.

DIVERSOS

- Revistas e *folders* de divulgação da FENASOJA - Feira Nacional da Soja. Santa Rosa, 1966, 1990, 1994.
- “Operação Tatu”. *A Granja*. Porto Alegre, 1968.
- *Zero Hora*. Porto Alegre, 1º de abril de 1980. (pp.25-32: reportagens sobre o Grito do Campo).
- *Terragente*. Periódico do GEA- Formação e Assessoria Sindical, nº 5 a 41. Porto Alegre, 1980 a 1987.
- “Projeto 21”. Sadia, Concórdia, 1988.
- “A Pequena Propriedade no ano 2000 - análises e sugestões para viabilidade”. Souza Cruz, s.d.
- “1º Seminário de Diversificação de Culturas para a Região”. *Folder* de divulgação. Tuparendi, 21 e 22 de julho de 1989.
- “Anotações do Seminário sobre a Integração da Pequena Produção na Região Sul”. Chapecó, 1990.
- “Encontro Regional da Pequena Propriedade”. Relatório e transcrição das fitas. Santo Cristo, 18 e 19 de outubro de 1990.
- “Linhos políticas - diretrizes para o PT relativas à pequena produção”. Secretaria Agrária do PT/RS, 1990.
- “I Encontro Municipal de Alternativas para a Pequena Propriedade”. Relatório. Francisco Beltrão/PR, 25 e 26 de julho de 1991.
- “I Seminário sobre as Perspectivas da Agricultura Familiar na atual Realidade Brasileira”. Relatório. Guarapuava/PR, 1991.
- *Saga*. Periódico, nº 9 a 20. Santa Rosa, 1991 a 1993.
- “Santa Rosa: o futuro está aqui”. *Folder* comemorativo dos 60 anos de emancipação do município. Prefeitura Municipal, Santa Rosa, 1991.
- *Agricultura Alternativa*. Periódico do Centro de Tecnologias Alternativas Populares - CETAP, nº 8 a 12. Passo Fundo, 1992 e 1993.
- “2º Encontro Regional da Pequena Propriedade”. Relatório e transcrição das fitas. Santo Cristo, 17 e 18 de junho de 1993.
- “A Pequena Propriedade na Perspectiva Agroecológica - Proposta de Desenvolvimento Sustentável”. CETAP. Passo Fundo, novembro de 1993.

- *Produzindo Alternativas* - Boletim Informativo dos STRs de Porto Xavier, Porto Lucena, Dezesseis de Novembro e Pirapó, nº 2. Porto Xavier, 1993.
- *O Interior*. Periódico, nº 821 a 833. Porto Alegre, 1993 a 1994.

ENTREVISTAS

Foram 27 pessoas entrevistadas¹²⁹, em fevereiro e março de 1994. Apenas o entrevistado número 26 não é da região Noroeste do Rio Grande do Sul (dirigente estadual rural da CUT). Os demais entrevistados são de Santo Cristo (12), Santa Rosa (7), Ijuí (3), Santo Angelo (1), Porto Xavier (1), Campina das Missões(1) e Tuparendi(1).

Dos 26 entrevistados da região, 16 são agricultores, sendo que destes 12 são ou foram dirigentes sindicais (3 deles são hoje¹³⁰ dirigentes de cooperativas). Entre os outros 10 entrevistados (não agricultores), encontram-se técnicos (técnico agrícola, agrônomo e veterinário), assessores, professores universitários, além de um bancário e um empresário.

Como a maioria dos entrevistados são agricultores, apenas serão citadas as outras profissões. Assim, quando não houver referência explícita à profissão, o entrevistado é agricultor. Quando o entrevistado for dirigente sindical, estará assinalado CUT ou FETAG (ou ambos), conforme a caracterização de sua atuação. Os termos “nacional”, “estadual”, “regional” e “municipal” são referentes à abrangência da atuação dos entrevistados.

A numeração da lista abaixo é a mesma utilizada em todo o trabalho sempre que foram utilizadas citações dos entrevistados.

- (1) 48 anos, dirigente sindical, nacional, FETAG
- (2) 60 anos, dirigente sindical, regional, FETAG

¹²⁹ As entrevistas são numeradas de 1 a 26, não a 27, porque participaram da entrevista número 21 duas pessoas, um casal de agricultores. Ao conjunto das entrevistas corresponderam 252 páginas transcritas em espaçamento simples.

¹³⁰ As posições ocupadas pelos entrevistados, bem como suas idades, são as posições e idades à época da realização das entrevistas.

- (3) 26 anos, assessor sindical, regional, FETAG
- (4) 33 anos, dirigente sindical, regional, CUT
- (5) 50 anos, dirigente sindical, estadual, CUT, FETAG
- (6) 47 anos, agrônomo, EMATER
- (7) 20 anos, técnico agrícola, Cooperativa
- (8) 47 anos, dirigente de Cooperativa, dirigente sindical, regional, CUT
- (9) 27 anos, técnico / assessor de Cooperativa
- (10) 46 anos, dirigente sindical, dirigente de Cooperativa, regional, CUT
- (11) 40-45 anos, dirigente de Cooperativa, dirigente sindical, regional, FETAG
- (12) 37 anos, ex-assessor sindical, regional, FETAG, ex-deputado pelo PMDB, prefeito em exercício pelo PSDB
- (13) 69 anos, empresário agroindustrial
- (14) 58 anos, liderança comunitária e cooperativista
- (15) 35 anos, dirigente do movimento de mulheres trabalhadoras rurais, regional, CUT, vereadora pelo PT
- (16) 73 anos, liderança comunitária
- (17) 31 anos, dirigente sindical, estadual, CUT
- (18) 27 anos, dirigente sindical, municipal, CUT, diretor de associação
- (19) 40 anos, dirigente sindical, municipal, CUT
- (20) 34 anos, bancário, dirigente partidário, estadual, PT, dirigente sindical, regional, CUT
- (21) 50 e 51 anos, casal de agricultores, lideranças comunitárias
- (22) 35 anos, dirigente sindical, regional, CUT
- (23) 47 anos, professor universitário, dirigente de Cooperativa
- (24) 64 anos, professor universitário
- (25) 47 anos, veterinário, Cooperativa
- (26) dirigente sindical, estadual, CUT

SIGLAS UTILIZADAS

ABCAR- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ABIOVE - Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais

AENORGS - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Noroeste do Rio Grande do Sul

APSAT - Associação de Prestação de Serviços e Assistência Técnica

ARSTRGSR - Associação Regional dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Grande Santa Rosa

ASCA - Associação Santocristense de Cooperação Agrícola

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

BB - Banco do Brasil

BM - Brigada Militar

CCGL - Cooperativa Central Gaúcha de Leite

CEMTR-PR - Comissão Estadual das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT/PR

CENTRALSUL - Central de Cooperativas do Sul

CETAP - Centro de Tecnologias Alternativas Populares

COMTUL - Cooperativa Mista Tucunduva Ltda

CONTAG - Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

COOPERCAND - Cooperativa Mista de Candeia Ltda

COOPERLUZ - Cooperativa de Eletrificação Rural Noroeste Ltda

COOPERMIL - Cooperativa Mista São Luiz Ltda

COOPTAL - Cooperativa Mista Agrícola Tuparendi Ltda

COTAP - Cooperativa Tritícola e Agro-Pastoril Giruá Ltda

COTRICAMPO - Cooperativa Tritícola Mista Campo Novo Ltda

COTRICRUZ - Cooperativa Tritícola de Produtores Cruzaltenses Ltda

COTRIFRED - Cooperativa Tritícola Frederico Westphalen Ltda

COTRIJUÍ - Cooperativa Regional Tritícola Serrana Ltda

COTRIMAIO - Cooperativa Alto Uruguai Ltda

COTRIPAL - Cooperativa Tritícola Panambi Ltda

COTRIROSA - Cooperativa Tritícola Santa Rosa Ltda

COTRISA - Cooperativa Tritícola Santo Angelo Ltda
COTRISABAL - Cooperativa Tritícola Santa Bárbara do Sul Ltda
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRIAEC - Central Regional de Informações Agropecuárias e Econômicas da UNIJUÍ/FIDENE
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DESER - Departamento Sindical de Estudos Rurais
DETR - Departamento Estadual dos Trabalhadores Rurais da CUT
DNTR - Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAG - Frente Agrária Gaúcha
FARSUL - Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul
FEAPER - Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais
FECOTRIGO - Federação das Cooperativas de Trigo do Rio Grande do Sul
FEE - Fundação de Economia e Estatística
FENASOJA - Feira Nacional da Soja
FETAG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FIDENE - Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste de Estado
IEP - Instituto de Educação Permanente (da FIDENE)
MASTER - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MCBI - Movimento Comunitário de Base de Ijuí
MERCOSUL - Mercado Comum do Cone Sul
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MSTR - Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais
PUR - Pacto de Unidade Rural
SLC - Schneider & Logman Cia Ltda
STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UDR - União Democrática Ruralista
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIJUÍ - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

USAID - United States Agency for International Development

ANEXOS

1. DEPOIMENTO DE UM IMIGRANTE¹³¹

“Morávamos em Volhynia, Rússia. Nossos antepassados haviam migrado da Alemanha. Morávamos no interior de uma aldeia, Perechik, onde plantávamos trigo, batatas, ervilha e cevada. A terra não nos pertencia. Era de um proprietário aristocrata. Alugávamos a terra e sobre ela pagávamos aluguel e tributos. Além de uma cota de nossa produção, trabalhávamos alguns dias na terra do senhor proprietário.

Nossas casas eram feitas de um barro muito grosso e cobertas com telhas de madeira e palha de aproximadamente 15 centímetros para proteger contra o frio. Eram casas muito seguras, não chovia e não passava o frio para dentro. A palha para o feitio da casa era conseguida na colheita do trigo e da cevada. As casas eram tão fortes que duravam algumas gerações.

A madeira para o aquecimento interno era conseguida nas florestas do governo ou aristocracia, com muita dificuldade e a preços bastante altos.

Era o ano de 1909. O plano de emigração estava fechado, acre-dito que pelo clima tenso da guerra que haveria de bater à nossa

¹³¹ Reprodução do depoimento do imigrante Júlio Fehlauer, realizado em 1983, traduzido por Laura Fehlauer e transcrito por K.FEHLAUER (s.d.).

porta. Se isso ocorresse, a tendência seria de sermos jogados, cada vez mais, para dentro da Rússia, com destino final na Sibéria.

Minha mãe convenceu a nós todos que deveríamos partir. Meu tio Hegele, emigrado anteriormente, mandava cartas com notícias de que no Brasil as batatas eram longas e gordas, não havia inverno, haviam galinhas sem fim, o gado andava solto, havia lenha à vontade e podia-se andar de pés no chão.

Vendemos nossos pertences e com o dinheiro pagamos um agente de emigração clandestino.

Às três horas de um domingo de setembro nos despedimos de nossos avós e tios e partimos em uma carreta.

Viajamos durante dois dias e tia Marichien nos acompanhou durante vários quilômetros em sua carroça, nos acenando um adeus prolongado, sem esperança de jamais nos vermos.

Chegando na Áustria, onde fomos conduzidos pelos agentes, em profundo sigilo, através de esconderijos pela floresta, despistando guardas e com muito medo, chegamos ao trem. Foi a primeira vez que vimos e andamos de trem. Lembro-me que senti uma angústia fascinante, contemplando os postes de luz à beira da ferrovia, passando como relâmpagos. Avistávamos do trem o pessoal nas plantações de batatas.

(...) Chegamos a Brehmen. Esta chegada foi tão maravilhosa que nem sei explicar. Estávamos seguros em território alemão. Minha mãe chorava de alegria. Lembro-me que fomos à igreja, em Brehmen. Aguardamos uma semana pelo trem que nos levaria ao porto de Hamburgo.

Em Hamburgo embarcamos no navio e em alguns minutos as pessoas e a cidade já estavam longe, parecendo grãozinhos de milho. As pombas e pelicanos nos seguiram até um determinado ponto. Jogávamos migalhas de pão a eles, dando-nos a esse luxo.

(...) Chegando ao Rio de Janeiro, ficamos de quarentena na ilha das flores. A comida era boa.

De lá partimos em direção ao sul, porto de Rio Grande, em um navio brasileiro. Tivemos que ficar num lugar onde batia o sol,

por sermos gente mais simples. Os mais abastados tinham seus lugares garantidos.

Começamos a sentir a miséria. Lembro-me do desespero das mulheres alemãs vendo as batatas minúsculas que eram servidas, além do charque, feijão e bolachas completamente bichados.

Chegando ao Rio Grande do Sul permanecemos na Casa do Imigrante, de onde alguns seguiram para as colônias mais próximas e outros embarcaram para Porto Alegre, para serem distribuídos no Estado.

(...) Nós fomos enviados a Porto Alegre, em um pequeno vapor. De lá pegamos um trem para Cruz Alta, Santo Angelo e, por fim, colônia de Guarani, atual Santa Rosa.

(...) Ganhamos em Guarani 25 hectares de terra. Ganhamos também foices e machados para a derrubada do mato. Limparamos um bom pedaço e a primeira coisa que fizemos foi um rancho, uma meia-água com quatro estacas e um telhado tipo palha. As árvores eram bastante grossas e após cortadas eram retiradas a muque do local. Cada dia limpávamos mais um pedaço, colocando fogo nos inços e plantando milho e feijão amarelo. A terra era de excelente qualidade, dada a camada de húmus deixada pelas árvores.

O milho era levado ao moinho para ser transformado em farinha e, consequentemente, em pão de milho. A oito quilômetros estava o moinho do Escher. Logo passamos a criar galinhas e a carne era farta.

Os animais selvagens eram problemas para nós. Os tigres comiam os cachorros e os porcos. Havia também antas, pacas e os veados passeavam pelo pátio da choupana.

Cozinhávamos o feijão sem gordura e comíamos como hoje se come o amendoim.

A cada ano a casa era ampliada, reformada e remodelada. Primeiramente era fechada com madeira roliça. Posteriormente já eram cortadas as tábuas e a casa era fechada com muito cuidado.”

2. OPERAÇÃO TATU¹³²

“Não é o tatu o objeto desta reportagem. Ele figura por duas razões: em primeiro lugar, como artifício para chamar a atenção do leitor. Em segundo, porque seu nome foi dado a uma das mais importantes iniciativas já adotadas na agricultura brasileira, como forma de situá-la mais próxima do homem e tornar mais efetivos os benefícios que deve prestar à coletividade. Estamos nos referindo à Operação Tatu. Quem batizou ninguém sabe. O certo é que os tatus vivem removendo terras. O certo, também, é que a operação que tem seu nome é da maior significação, devendo esta experiência ser objeto da consideração de todos, particularmente daqueles que têm sobre os ombros a missão de orientar a agricultura do País.

O solo é o patrimônio mais importante de qualquer nação. O bem-estar presente e futuro de seu povo depende do aproveitamento racional desta riqueza básica. A agricultura técnico-científica exige o emprego adequado de melhores práticas culturais e de conservação do solo, corretivos e fertilizantes, sementes selecionadas, herbicidas e inseticidas. O não conhecimento das de-

ficiências de nossos solos e consequente uso irracional dos mesmos tem sido o motivo principal do empobrecimento de nosso agricultor. As consequências são do conhecimento público: baixa o padrão de vida do agricultor que, na luta pela sobrevivência, procura terras mais férteis em outras regiões ou vai para as cidades. Cria-se o problema do êxodo e descapitalização do meio rural.

Compreendendo a gravidade deste problema e visando modificar esta situação, a Associação Rural de Santa Rosa (RS) e a Prefeitura local tomaram a iniciativa de liderar um trabalho interinstitucional com o objetivo de melhorar a fertilidade do solo e consequente produtividade agrícola daquela importante região.

Inicialmente, foi procedido um levantamento detalhado de fertilidade, realizado pelos técnicos do Setor de Solos da Faculdade de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação e participação de especialistas de solos da Universidade de Wisconsin, Convênio USAID e UFRGS. O trabalho de campo contou com a colaboração de

¹³² Reportagem publicada em *A Granja*, s.nº, 1968.

todos os técnicos das entidades sediadas no Município: Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, Instituto Privado de Fomento à Soja e ASCAR. Desta maneira, conseguiu-se que 1.300 agricultores trouxessem 2.300 amostras de terra para serem analisadas. Uma vez de posse dos resultados das análises foram estabelecidos ensaios sobre fertilidade em propriedades rurais da região, sob a supervisão dos técnicos da Secretaria da Agricultura e ASCAR. Os resultados foram fantásticos, principalmente no que diz respeito à aplicação de calcário para correção da acidez do solo e consequente melhor aproveitamento dos adubos.

A Operação-Tatu, em execução em Santa Rosa (RS), tem um mérito todo especial: despertou o agricultor para a adoção de técnicas mais racionais; motivou a comunidade para a união de esforços no sentido de resolver seus

problemas; congregou os serviços técnicos num trabalho planejado e de execução conjunta e, finalmente, interessou as instituições de crédito a dirigir mais operações visando à realidade da agricultura da região. Nos contratos de financiamento, os bancos já passaram a exigir as indicações fornecidas pela Operação-Tatu, bem como estão aumentando suas faixas de financiamento, possibilitando o atendimento de maior número de agricultores.

Outras operações Tatu já estão em andamento; em Ibirubá, em Taquari, em Ijuí, todas no Rio Grande do Sul. Oaxalá surjam muitas mais, não só no RGS, como em outros estados, pois a solução para a intensificação da nossa agricultura está na necessidade de, antes de tudo, incrementar o uso de calcário e o emprego racional dos fertilizantes.”

3. CONFISCO DA SOJA¹³³

MÁQUINAS E COLONOS OCUPARAM AS RUAS

Centenas de milhares de agricultores manifestaram ontem seu descontentamento em relação ao confisco da soja em todo o Estado, transportando suas máquinas para as sedes de praticamente todos os municípios produtores e desfilando pelas ruas centrais das cidades com faixas e cartazes satirizando o ministro Delfim Neto, do Planejamento, identificado por eles como o principal responsável pelo imposto sobre a exportação de soja. A imaginação criadora dos agricultores uniu-se à sua determinação e, assim, algumas cidades como Ijuí e Passo Fundo tiveram manifestações com mais de oito mil pessoas, algumas carregando faixas reivindicativas e outras abordando o confisco e o ministro de forma satírica. Em Lajeado, os colonos de todo o Alto Taquari desfilaram com

um enorme e gordo boneco, chamado de Delfisco. Já em Erechim uma faixa recomendava: Cuidado - Delfim é o novo lagartão da soja. Em Marau, à frente de um cortejo com mais de cinco mil agricultores seguia um burro, com um boneco decapitado na garupa, identificado com uma placa: Delfim. (...) Em todos os municípios gaúchos onde se cultiva soja e trigo o Dia de Protesto reuniu verdadeiras multidões de agricultores que reafirmaram sua determinação de não comercializar a soja e nem semear o trigo enquanto o Governo Federal mantiver o imposto sobre a exportação da soja. No Alto Uruguai, os colonos gaúchos receberam a adesão de seus colegas catarienses que prometem também boicotar o comércio da soja e não plantar trigo. (...)

NAS MISSÕES A PASSEATA COMEÇOU BEM CEDO

Às 5h da manhã já havia iniciado a movimentação dos 3.000 agricultores que participaram do “Dia do Protesto”, em Santo Ângelo. Mais de 500 automotrices e 300 tratores foram deslocados para o centro da cidade, ficando concentrados na frente da agência do Banco do Brasil. Apesar das ar-

térias centrais ficarem totalmente tomadas pelas máquinas agrícolas, não houve congestionamento, tendo uma guarnição da Brigada Militar disciplinado o trânsito.

Em vários pontos da cidade foram colocadas faixas com letreros contra o confisco cambial e exigindo a queda

¹³³ Trechos de reportagens sobre as mobilizações contra o Confisco da Soja, ocorridas em todo o Rio Grande do Sul em 31 de março de 1980 (*Zero Hora*, 1º/4/80:25-32).

do ministro Delfim Neto, tais como: “Delfim Neto, a praga da agricultura”; “Plante e coma, que o Governo toma”; Queremos o fim do Delfim, senão o protesto não terá fim”.

No início da tarde, alguns agricultores se mostravam descontentes e pediram autorização para o líder do movimento, o presidente do Sindicato Rural, Virgílio Copetti¹³⁴, para fechamento das ruas. Entretanto, a proposição não foi aceita pelo líder sindicalista que enfatizava que a concentração se tratava de uma manifestação pacífica, para “evidenciar o descontentamento do agricultor diante da atual política econômica”.

O movimento perdurou durante todo o dia, até aproximadamente as 18h. Sendo que, ao meio-dia, os agricultores realizaram um verdadeiro acampamento no centro da cidade, fazendo um almoço coletivo, onde até a comida foi preparada na via pública. (...)

Santa Rosa

Em Santa Rosa, três mil agricultores concentraram-se na Praça da Bandeira, ocupando cerca de quatro quadras da Avenida Rio Branco com seus maquinários agrícolas, desde as 9 horas da manhã de ontem, bem como bloqueando todas as ruas que dão acesso à avenida. Na praça pública, o presidente

do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Rosa, Hilário Schorr, reiterou a posição dos agricultores radicalmente contra as multinacionais, contra o confisco do soja e a decisão de, caso uma resposta negativa por parte do Governo às suas reivindicações, não plantarem mais trigo nem venderem o soja. Depois dos discursos, os agricultores em passeata, com faixas com dizeres contra o confisco e criticando principalmente o ministro Delfim Neto, se dirigiram até a sede do sindicato, dispersando-se mais tarde. (...)

Em Ijuí, um ar de domingo e um jeito de guerra

(...) Muitas máquinas começam a chegar com seus pequenos faróis acesos, escolhem um lugar junto às calçadas e estacionam, primeiro numa fileira só, depois em fila dupla. Aos poucos clarão o dia e as ruas principais vão sendo fechadas diante dos olhos assustados do policiamento da Brigada Militar, que mesmo sem experiência em orientar o trânsito de pesadas máquinas como aquelas, faz o possível para esquecer que, no passado, ao invés de trilhadeiras, tratores, caras magras, cigarros de palha de agricultores, havia nesse dia missa comemorativa do golpe militar. (...)

¹³⁴ Virgílio Copetti foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santo Angelo, não do Sindicato Rural.

4. A LUTA CONTRA A CORREÇÃO MONETÁRIA¹³⁵

O PROTESTO CONTINUA HOJE COM BLOQUEIO DAS ESTRADAS

*Ontem os pequenos produtores fecharam bancos e fizeram concentrações
Hoje a mobilização chega ao seu ponto mais alto*

... O protesto contra a política agrícola, iniciado nesta segunda-feira, com bloqueio a bancos, enterro simbólico de ministros, concentrações e passeatas, suínos, aves e grãos jogados dentro de bancos, deverá alcançar hoje seu ponto mais alto, com o fechamento das principais rodovias estaduais e federais. A mobilização, que pode se estender por toda a semana, acontece ao mesmo tempo em que uma caravana de 44 agricultores tenta, ainda sem sucesso, audiências e respostas concretas nos ministérios em Brasília... [em Não-me-Toque] Para conter o avanço dos produtores, soldados da Bri-

gada Militar dispararam suas armas, furando os pneus de um trator. Das seis às nove horas, agricultores e políticos negociaram a continuidade do movimento, que foi condicionada aos colonos não trancarem as ruas da cidade...

O secretário estadual da Segurança Pública, Waldir Walter, reuniu-se ontem à noite com o governador Pedro Simon para avaliar este episódio e também definir a posição do Estado frente ao fechamento das rodovias programado para hoje...

DIÁRIO DO SUL 31/03/87

PROTESTOS PARALISAM 250 MIL COLONOS EM TODO O ESTADO

Em Santo Angelo 700 máquinas agrícolas bloquearam a BR-285

... Aproximadamente 700 máquinas, entre colheitadeiras e tratores, estacionaram em fila dupla sobre o asfalto, numa extensão de quatro quilômetros. Uma assembléia de produtores no meio da tarde de ontem resolveu atender ao general Geraldo Vilella, comandante da 16ª Brigada de Infantaria Motorizada de Santo Angelo, e abriu a pista por duas

horas, para que todo o tráfego paralisado fosse liberado...

Os produtores começavam a chegar às 2 horas da manhã, a maioria com toda a família. Ao raiar do dia, eram centenas as barracas montadas junto à estrada, e no trevo de acesso para Santo Angelo...

ZERO HORA 01/04/87

¹³⁵ Trechos de reportagens publicadas em diversos jornais entre 31 de março e 3 de abril de 1987.

GANHA FORÇA O PROTESTO GAÚCHO E CATARINENSE

A mobilização dos pequenos produtores, iniciada na segunda-feira, ganhou fôlego ontem nas regiões das Missões e Alto Uruguai (interior gaúcho) e no oeste de Santa Catarina... Em Santa Catarina, os prefeitos da microrregião do oeste (cerca de quarenta municípios) decretaram ponto facultativo em apoio ao movimento,

que rejeita o pagamento de correção monetária... [no RS] Com o apoio da CUT, que controla cinquenta sindicatos de trabalhadores rurais, os agricultores estão fazendo uma mobilização inédita - não deixando passar pelas rodovias qualquer produto agrícola...

GAZETA MERCANTIL 01/04/87

BLOQUEIO CONTINUA ATÉ QUE BRASÍLIA SOLUCIONE

A falta de respostas concretas nos contatos mantidos pela comissão de agricultores no Banco Central, no Ministério da Agricultura e as dificuldades para marcar audiência com o ministro da Fazenda,

Dilson Funaro, em Brasília, vai manter o protesto dos pequenos produtores nas estradas gaúchas...

ZERO HORA 01/04/87

FUNARO VEM ESTA SEMANA FALAR COM AGRICULTORES

O protesto dos agricultores, que ontem bloquearam as principais estradas do Rio Grande do Sul, trará ao estado ainda esta semana o ministro da Fazenda Dilson Funaro... Dois episódios perturbaram os protestos de ontem, que aconteceram exatamente sete anos após a primeira grande mobilização dos produtores rurais do Rio Grande do Sul, quando colocaram

máquinas nas ruas para exigir o fim do confisco da soja. Em Sarandi, um caminhão sem freios investiu contra uma barreira e matou três colonos. Em Santo Angelo, o exército forçou a retirada do bloqueio, empunhando baionetas e metralhadoras.

DIÁRIO DO SUL 01/04/87

EXÉRCITO DESFAZ BLOQUEIO DE AGRICULTORES

Cerca de trezentos soldados do Exército, armados de metralhadoras e fuzis, desfizeram ontem à tarde as barreiras de tratores montadas pelos agricultores de Santo Angelo... em protesto contra a política agrícola do governo federal. Não houve incidentes... O governador Pedro Simon (PMDB), 57, não solicitou a intervenção do Exército no movimento dos agriculto-

res de Santo Angelo, o maior já feito no município, com mais de dois mil participantes. No entanto, o chefe de gabinete disse que Simon conversou sobre o problema, por telefone, com o presidente José Sarney e com os ministros do Exército e da Fazenda...

FOLHA DE SÃO PAULO 01/04/87

BM TERMINOU BLOQUEIO EM SANTO CRISTO

Desde o final da noite de quarta-feira mantinham-se negociações para a retirada das barreiras da RS 472, que liga Santa Rosa a Santo Cristo. Na madrugada de ontem, por volta das 3 horas, dois ônibus e sete viaturas da Brigada Militar, vindas de Santa Maria chegaram à primeira barreira no acesso a cidade de Santo Cristo. Segundo o tenente Ramirez, que comandou o efetivo deslocado para Santo Cristo a negociação foi suficiente para liberar a estrada. Já os coordenadores do movimento dos agricultores afirmam que haviam se comprometido a liberar somente

parte da estrada dando acesso aos ônibus e, após terem sido retirados 2 tratores a Brigada retirou todas as máquinas da estrada. No centro de Santo Cristo estacionaram em frente ao Sindicato, retiraram os tratores das ruas, arrancaram faixas e cartazes e fizeram barreiras em frente aos bancos. Ao meio-dia, em uma reunião convocada pela Associação Industrial e Comercial de Santo Cristo, a Prefeitura e os comerciantes locais decidiram fechar suas portas em repúdio à intervenção da Brigada no movimento dos agricultores...

ZERO HORA 03/04/87

FUNARO JÁ DECIDIU ATENDER PRODUTORES

Fim da correção nos empréstimos de emergência
AGRICULTORES OBTÊM VITÓRIA POLÍTICA

... Tropas do Exército continuaram guardando as rodovias na região das Missões em Três de Maio e Três Passos, mas os agricultores retiraram-se para o lado das estradas evitando repetir os conflitos da noite anterior, segundo o vice-presidente estadual da CUT, Roque Barbieri. No final da tarde, soldados e tanques deslocavam-se para Guarani das Missões, onde um grupo de produtores ainda bloqueava a estrada. As expectativas maiores eram dirigidas para Brasília, onde uma comissão de 44 colonos conseguiu uma audiência pela manhã com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e também a garantia que será suspensa a cobrança da correção

monetária dos empréstimos de emergência feitos durante a seca de 1985...

Roque Barbieri, da CUT, ressalta que onde existia maior solidez na base os protestos foram mantidos "e nem a intervenção do Exército fez o pessoal recuar"

"O fato político de forçar o governo a negociar é a maior vitória de todo o movimento", avalia o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sarandi, Romeu Schmitt.

Economicamente, entretanto, a proposta ainda não atende o conjunto das reivindicações que levaram cerca de 250 mil agricultores para a rua, repetindo a série de manifestações que vêm realizando para modificar a política agrícola...

DIÁRIO DO SUL 02/04/87

EXÉRCITO DESBLOQUEIA ESTRADAS GAÚCHAS

Tropas do Exército e da Brigada Militar (a PM gaúcha) desbloquearam ontem, pela manhã e à tarde, a maioria das barreiras montadas por agricultores em rodovias federais e estaduais do Rio Grande do Sul...

A remoção das máquinas foi determinada pela presidência da República...

O chefe da quinta seção do Estado-Maior da Brigada Militar, tenente-coronel Bento Montezuma de Vasconcelos, 43, afirmou que a corporação "tem planos prontos e usará de mais energia se os agricultores persistirem com o protesto"...

Em assembléias realizadas em várias cidades, os agricultores decidiram que invadirão os fóruns da Justiça, caso suas propriedades sejam levadas a leilão por falta de pagamento dos empréstimos agrícolas... À noite, extra-oficialmente, os agricultores receberam informações de Brasília, segundo as quais o governo teria aceitado retirar as correção monetária dos empréstimos de emergência e dos financiamentos feitos durante o Plano Cruzado, uma das reivindicações da categoria.

FOLHA DE SÃO PAULO 02/04/87

VIOLÊNCIA MARCA SUSPENSÃO DO PROTESTO DOS PRODUTORES

Hoje será avaliada repressão ao movimento e definidos os novos passos da luta. O Exército usou a força para desmanchar ontem as últimas barreiras em estradas mantidas por pequenos produtores, que protestam desde segunda-feira contra a política agrícola...

Em Bento Gonçalves, onde todos os bancos foram impedidos de abrir por uma concentração de 1.000 produtores e 300 máquinas, houve a tentativa da Brigada Militar de reprimir a manifestação. Valmir Villa, secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, explica que a polícia desistiu com a persistência dos colonos em deixarem as máquinas estacionadas sobre as calçadas e correntes trancando as portas do bancos. Neste município a mobilização manteve-se durante todo dia, enquanto os agricultores ocupavam uma tribuna livre para manifestar sua revolta com a política agrícola, preços que recebem pela produção, cobrança de ju-

ros e correção monetárias nos empréstimos e inclusive problemas de assistência médica e previdência social...

Em vários municípios foi definida a idéia de retomar as mobilizações a partir de 1º de maio, após a colheita da soja. Os novos projetos podem se centralizar no trancamento de silos onde está armazenada a produção...

O governador Pedro Simon, explicou ao repórter Pablo Pereira que ontem não faria qualquer comentário sobre esta questão, alegando estar doente e ter transferido para hoje todos seus compromissos.

DIÁRIO DO SUL 03/04/87

5. ALGUNS DADOS SOBRE A REGIÃO

6. MAPAS